

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 096/2025
Data: 16/07/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
FALHA NA COMUNICAÇÃO É OBSTÁCULO PARA AVANÇO SUSTENTÁVEL ENTRE PORTOS	4
PORTOS DO PARANÁ IMPLEMENTAM PROJETOS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS	6
JUSTIÇA ACATA PEDIDO DA APS PARA FISCALIZAR ÁGUA DE LASTRO NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA A DECISÃO	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
APROVAÇÃO DO GOVERNO LULA AVANÇA NO SUDESTE E ESTACIONA NAS OUTRAS REGIÕES.....	9
CONSTRUTORA DOIS A É HABILITADA EM LICITAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO.....	12
NE PODE TER NOVO CICLO INDUSTRIAL COM GÁS E RENOVÁVEIS, DIZ JOAQUIM LEVY	13
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	15
ANTAQ PUBLICA PORTARIA COM O NOME DOS NOVOS SERVIDORES	15
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	16
GOVERNO ASSINA DECRETO QUE REGULAMENTA A CABOTAGEM NO BRASIL.....	16
MINISTRO SILVIO COSTA DISCUTE INVESTIMENTOS COM BANCADA DO NORTE E DETALHA PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NA AMAZÔNIA.....	18
RECEITA FEDERAL AUTORIZA INTERNACIONALIZAÇÃO DO AEROPORTO DE SOROCABA (SP)	19
GRUPO DE TRABALHO DO NAVEGUE SIMPLES DEBATE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E INOVAÇÕES NO SETOR.....	20
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA DECRETO QUE REGULAMENTA PROGRAMA BR DO MAR EM CERIMÔNIA NO PLANALTO.....	21
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM SETOR PRODUTIVO PARA TRATAR DE TARIFAS DOS EUA.....	22
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	23
COM CONCESSÃO DA PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA - SANTO TOMÉ, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CHEGA AO 15º LEILÃO DE SUCESSO.....	23
LOTES 4 E 5 DAS RODOVIAS DO PARANÁ TÊM EDITAIS APROVADOS PELA ANTT	25
COM INVESTIMENTO DE R\$ 42 MILHÕES, GOVERNO FEDERAL CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA BR-364/GO.....	26
BE NEWS – BRASIL EXPORT	26
EDITORIAL – ALCKMIN ARTICULA REAÇÃO ESTRATÉGICA SOBRE TARIFA DOS EUA	26
NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO PARTICIPA DE LEILÃO DA PONTE INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	27
<i>Ligação São Borja–Santo Tomé concentra 23% das trocas com a Argentina e quase 40% com o Chile</i>	27
<i>Melhorias</i>	27
<i>Maior valor de outorga</i>	28
<i>BR do Mar</i>	28
<i>Estímulo à cabotagem</i>	28
<i>Ovos para exportação</i>	28
<i>Fornecedor de confiança</i>	28
NACIONAL - GOVERNO TENTA ACORDO COM OS EUA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO TARIFAÇO	28
NACIONAL - CÂMARAS DE COMÉRCIO PEDEM SUSPENSÃO DA TARIFA DE 50%	29
NACIONAL - AGRO PRESSIONA GOVERNO POR SOLUÇÃO RÁPIDA CONTRA TAXAÇÃO DOS EUA	30
REGIÃO SUDESTE - TARCÍSIO SE REÚNE COM EMPRESÁRIOS PARA AVALIAR DIAGNÓSTICO DE TARIFAÇO	31
REGIÃO SUDESTE - APS VENCE DISPUTA E RETOMA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO PORTO DE SANTOS.....	32
REGIÃO CENTRO-OESTE - DNIT CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE 27 KM DA BR-364 EM GOIÁS	33
REGIÃO SUL - ANTT LIBERA OS EDITAIS DOS DOIS ÚLTIMOS LOTES DE RODOVIAS NO PARANÁ.....	34
REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ REGISTRA CRESCIMENTO HISTÓRICO DE 1.686% NO 1º SEMESTRE.....	35
REGIÃO NORTE - DIRETOR DA AGEMAR DIZ QUE O BRASIL PRECISA VOAR MAIS E REFORÇA AÇÕES NO NORTE	36
BRASIL EXPORT - MERCOSUL EXPORT DISCUTE TRANSPORTE DE CARGAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	38
PROGRAMAÇÃO MERCOSUL EXPORT 2025.....	39
JORNAL O GLOBO – RJ	39
ALCKMIN DIZ A PARLAMENTARES QUE LEI DA RECIPROCIDADE É ÚLTIMO RECURSO CONTRA TARIFAÇO DE TRUMP	39
É INACREDITÁVEL QUE TRUMP ESTEJA PREOCUPADO COM A 25 DE MARÇO E PIX, DIZ RUI COSTA.....	41
MESMO COM IOF, GOVERNO DEPENDERIA DE NOVAS RECEITAS PARA CUMPRIR CENTRO DA META PARA CONTAS PÚBLICAS EM 2026, DIZ TESOURO.....	41
PLANALTO VÊ 'PRESENTE' DE TRUMP PARA A COMUNICAÇÃO DE LULA EM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL MIRANDO O PIX.....	43
TRUMP DIZ QUE ENVIARÁ CARTAS TARIFÁRIAS A MAIS DE 150 PAÍSES	44



EMPRESA ARGENTINA PLUS BYTE VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DA PONTE INTERNACIONAL DE SÃO BORJA COM R\$ 162 MILHÕES DE OUTORGA	44
TRUMP ARRECADADA QUASE US\$ 50 BI COM TARIFAS; APENAS CHINA E CANADÁ RETALIARAM	45
DIMENSÃO DA LISTA DE INVESTIGAÇÃO DOS EUA ELEVA RISCO DO BRASIL	46
SEM LULA, SILVIO COSTA FILHO ASSINA DECRETO SOBRE 'BR DO MAR' COM INCENTIVOS PARA CONTRATAÇÃO DE 'EMBARCAÇÕES VERDES'	47
DEMOCRATAS ACUSAM TRUMP DE CEDER INFLUÊNCIA GLOBAL À CHINA, E PESQUISA MOSTRA QUEDA DOS EUA EM PERCEPÇÃO POSITIVA	48
TRUMP DIZ QUE TARIFAS SOBRE MEDICAMENTOS E CHIPS PODEM SER IMPLEMENTADAS ATÉ O FIM DO MÊS	51
CHEFE DA OTAN ADVERTE CHINA, ÍNDIA E BRASIL SOBRE RISCO DE SANÇÕES POR SEUS VÍNCULOS COM A RÚSSIA	52
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	53
ALCKMIN E VIEIRA COBRAM RESPOSTAS E MANIFESTAM INDIGNAÇÃO COM TARIFAS EM NOVA CARTA AO GOVERNO TRUMP	53
EUA USAM INVESTIGAÇÃO CASO LEI ECONÔMICA NÃO SIRVA PARA TAXAR BRASIL, DIZ DIRETOR DA EURASIA.....	55
CNI: TARIFAÇO PODE REDUZIR EM 0,16% O PIB DO BRASIL E DA CHINA; PIB AMERICANO PODE CAIR 0,37%.....	56
BRASIL CONTINUARÁ IMPORTANDO COMBUSTÍVEL RUSSO MESMO SE HOVER TARIFA DE EUA E OTAN, DIZ ABICOM.....	57
TARIFAÇO SOBRE A CARNE BOVINA É PROBLEMA MAIOR PARA OS EUA DO QUE PARA O BRASIL, DIZ ESPECIALISTA	59
GOVERNO DE MINAS GERAIS IMPULSIONA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COM O PROGRAMA COMPETE MINAS	60
O QUE É A SEÇÃO 301 E O QUE PODE ACONTECER COM O BRASIL COM A INVESTIGAÇÃO COMERCIAL DOS EUA?.....	61
VALOR ECONÔMICO (SP).....	63
BR DO MAR REDUZIRÁ DE 20% A 60% OS CUSTOS LOGÍSTICOS E POTENCIALIZARÁ SETOR PORTUÁRIO, DIZ COSTA FILHO	63
PARA CNA, PROJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 'MODERNIZA, AGILIZA E DESBUROCRATIZA' CONCESSÃO DE LICENÇAS	64
COSTA FILHO CRITICA DECLARAÇÕES DE EDUARDO BOLSONARO SOBRE TARIFAÇO: 'ME DEU VERGONHA'	66
ECONOMIA RESILIENTE DA CHINA ESCONDE CORTES SALARIAIS E TRABALHOS PARALELOS	67
PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA 2050 DEVERÁ REFERENCIAR EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA	69
CONTRATO DO GALEÃO ABRE CAMINHO PARA OUTRAS REACTUAÇÕES.....	71
GOVERNOS APRESENTAM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA EM ROADSHOWS	71
SUZANO ENCONTRARÁ FORMAS DE VENDER PARA OUTROS MERCADOS DIANTE DE TARIFAS DOS EUA, DIZ DIRETOR.....	72
AGÊNCIA BRASIL - DF	73
REUNIÃO ENTRE STF E CONGRESSO SOBRE IOF TERMINA SEM ACORDO	73
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	74
CLÁUSULAS ESSENCIAIS EM CONTRATOS DE LONGO PRAZO DA CABOTAGEM ENTRAM EM CONSULTA PÚBLICA	74
CNI CRITICA POLÍTICA DE JUROS DO BC E 'TARIFAÇO' DOS ESTADOS UNIDOS	74
FIRJAN MANIFESTA GRANDE PREOCUPAÇÃO COM TARIFAÇO DOS EUA E PEDE ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA POR SOLUÇÃO NEGOCIADA	76
GRUPO INTERMINISTERIAL DISCUTE TARIFAS AMERICANAS COM SETOR PRODUTIVO	76
CÂMARA DE COMÉRCIO ESTIMA US\$ 10 BILHÕES DE PERDAS PARA BRASIL COM 'TARIFAÇO'.....	77
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	79
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	80



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

FALHA NA COMUNICAÇÃO É OBSTÁCULO PARA AVANÇO SUSTENTÁVEL ENTRE PORTOS

Comissão se reuniu no Porto de Paranaguá, no Paraná. Evento foi promovido pelo Grupo Tribuna
Por Bárbara Farias 16 de julho de 2025



As iniciativas foram debatidas durante o painel que abordou corredores marítimos climáticos e inovação, além de ações coletivas para a descarbonização e os impactos nas áreas portuária e aquaviária do País (Claudio Neves/Portos do Paraná)

As primeiras propostas para o avanço da agenda sustentável nos portos brasileiros e como endereçá-las foram discutidas durante o 1º Encontro COP Portos Sustentáveis, realizado nesta terça-feira (15), no Palácio Taguaré, sede administrativa do Porto de Paranaguá (PR).

O evento foi promovido pelo Grupo Tribuna.

Este foi o primeiro de três encontros presenciais da COP Portos, uma comissão capitaneada pelo Grupo Tribuna e constituída por representantes dos setores público e privado. O próximo encontro será realizado em agosto no Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) e o último ocorrerá em setembro, no Porto de Santos.

Após o último encontro, o grupo organizará um documento contendo as propostas sustentáveis para o setor portuário que será entregue na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), no mês de novembro, em Belém (PA).

As propostas foram apresentadas durante o painel “COP 30 – Corredores marítimos climáticos: Inovação e ação coletiva para a descarbonização. Resiliência do setor portuário e aquaviário”.

O diretor-técnico da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Eduardo Bezerra, sugeriu o endereçamento da inovação. “Temos capacidade de inovar, são inúmeros exemplos aqui. Alguém usou a palavra conectividade e nós temos que fazer disso uma voz ativa para que outros possam se espelhar nas experiências que aqui foram compartilhadas. Essa inovação passa por dois aspectos: algum tipo de subsídio ou de incentivo”, afirmou.

Bezerra sugeriu também a participação de armadores nos próximos encontros. “Qual é o combustível ideal do futuro? Essa discussão passa pelos armadores”, pontuou.

O gerente de Relações Institucionais e Governamentais do Porto do Açu (RJ), Caio Cunha, ressaltou que todos precisam falar a mesma língua. “Precisam estar medindo os mesmos dados e da mesma forma, para que a gente possa monitorar a nossa situação, sem dados não há gestão”. Ele deu o exemplo do Amazonas, onde há uma mensuração completamente diferente da que é feita no Porto de Paranaguá. “Todo mundo tem que medir e reportar os dados do mesmo jeito. Para isso, é fundamental o papel da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). As rotas de descarbonização já existem, o que nós precisamos é de ações imediatas, baratas, simples, que você pode aplicar de um dia para o outro e começar a diminuir suas emissões”, afirmou Cunha.

Representando o Ministério de Portos e Aeroportos (MPr), a chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Portos, Marina Cavalini Bailão, acredita que convidar os armadores é muito importante



para o debate. “Principalmente por causa do nosso planejamento nacional logístico. A gente precisa saber qual é a demanda de energia deles para mapearmos os seus pontos. Não é todo lugar que vai ter offshore ou produzir hidrogênio. Então, a gente precisa se conhecer. A comunicação da política pública vai ser muito importante para o setor”.

Anfitrião do encontro, o presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, comentou que não adianta falar em eletrificação de equipamentos se um porto não consegue realizar uma avaliação. “Temos que ter um diagnóstico real do que acontece no Brasil, senão os problemas continuarão”. Segundo ele, é preciso ter um mecanismo de segurança para os gestores públicos investirem em “inovação, incentivos ou salvaguardas para que a gente possa investir, atestar e apostar no desenvolvimento de novas práticas”.

O superintendente de Governança, Riscos e Compliance da Autoridade Portuária de Santos (APS), Claudio Bastos, propôs que seja feito um modelo evolutivo de inventário. “Porque tem porto que nem começou a medir, outro já fez o seu inventário ampliado, que mede emissões de navios. O Porto de Paranaguá, por exemplo, tem um plano de metas de descarbonização. Ou seja, um modelo evolutivo até para servir de benchmark (modelo) para os portos que estão atrás no processo”.

A diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Gilmara Temóteo, observou que “é perceptível o avanço do setor privado, a possibilidade de realizar investimentos numa velocidade bem diferenciada do que a gente vê no setor público”. “A Abeph tem realizado reuniões com autoridades portuárias e tem visto essa discrepância no setor, mas com intuito positivo de poder realizar boas ações e boas práticas para que haja um nivelamento e a gente possa atender essas metas de sustentabilidade”, complementou.

Participando on-line, o presidente da Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA Latam), Juan Duarte, afirmou que “necessitamos que os portos lancem soluções autossustentáveis alternativas”.

A superintendente de ESG e Inovação da Antaq, Cristina Castro, também participou por vídeo. “Que a gente consiga ver as vocações de todos os nossos portos verificando onde eles podem ser verdes”.

O documento que será apresentado na COP 30 será preparado pelo consultor jurídico da Abeph, Fábio Silveira, e pela advogada especialista em Direito Marítimo e Empresarial Cristina Wadner. “O desafio é prazeroso, nos exige criatividade para desenvolver esse documento. A eletrificação é um dos caminhos, mas nós temos o biocombustível e existe uma pauta já desenvolvida por armadores, que discutiram esse assunto na Abeph”, afirmou Silveira.

Cristina pontuou que o gargalo não é financeiro e sim regulatório. “O setor privado e o público têm investidores que querem colocar dinheiro, mas juridicamente não é viável. Nós temos política pública de hidrogênio, a do biocombustível, a Lei do offshore, da energia eólica, do crédito de carbono, para ser regulamentada entre o final de 2025 e 2026, mas a gente não tem regulamentação. Sem regulamentação, não se consegue fazer um contrato, porque o investidor não tem segurança jurídica”.

Comissão

O evento é liderado pelo Grupo Tribuna e conta com a participação de autoridades portuárias e representantes de entidades como a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), a Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA Latam), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio da Secretaria Nacional de Portos (SNP).

Falha de comunicação é desafio entre portos

Um dos desafios identificados no 1º Encontro COP Portos, em Paranaguá, é a falta de comunicação entre os portos brasileiros, ou seja, uma sinergia para o avanço da agenda sustentável.



Para Rodrigues, o arcabouço legal não conversa com as iniciativas (Claudio Neves/Portos do Paraná)

“Há muitas iniciativas que estão sendo propostas pelo Governo Federal, mas também tantas outras que estão sendo executadas pelos portos do Brasil. Somos um país com dimensões continentais e a gente percebe que a informação chega muitas vezes distorcida lá na ponta. Nem todos os portos têm conhecimento”, afirmou o consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues. “O Grupo Tribuna pôde contribuir muito nesse sentido,

reverberando essas iniciativas.”

Rodrigues observou que a sustentabilidade está dentro desse contexto. “Cuidar do meio ambiente não é somente olhar para a questão ambiental, mas para a economia, o social e a governança. E a gente precisa ter a convicção de que todos eles serão atendidos. Não dá, por exemplo, para ter políticas que obriguem a transição energética sem que haja a sustentabilidade econômica.”

Segundo ele, o desafio da comissão é grande, “porque o arcabouço legal não conversa com as iniciativas que precisam ser realizadas. Então, a proposta é trazer para a COP essa percepção desse universo muito míope que todos acabam enfrentando”, declarou.

Por fim, o consultor disse que a “iniciativa do Grupo Tribuna será um legado que nós vamos deixar ao mundo e ao meio ambiente”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/07/2025

PORTOS DO PARANÁ IMPLEMENTAM PROJETOS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

Autoridade Portuária de Paranaguá e terminais privados apresentaram projetos com foco em inovação

Por Bárbara Farias 16 de julho de 2025



Os principais projetos desenvolvidos na região foram apresentados no 1º Encontro COP Portos Sustentáveis (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

A região do entorno do Porto de Paranaguá, no Paraná, reúne comunidades insulares que são assistidas por meio de ações socioambientais. Além de incentivarem atividades que beneficiam famílias em situação de vulnerabilidade e estudantes de escolas públicas, empresas que operam no complexo portuário também investem em infraestrutura com tecnologia de ponta e de

baixo carbono.



Os principais projetos desenvolvidos na região foram apresentados por representantes da Portos do Paraná, que administra Paranaguá e Antonina, e de empresas privadas arrendatárias, ao longo de quatro palestras realizadas no 1º Encontro COP Portos Sustentáveis.

Ângela explicou descarbonização (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

A Portos do Paraná é a única empresa portuária do mundo a participar cinco vezes seguidas da Conferência do Clima,

a convite da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira palestra foi ministrada pelo gerente de Meio Ambiente da Portos do Paraná, Thales Schawnka, que apresentou os projetos socioambientais realizados pelos portos paranaenses. Em 2024, a empresa pública investiu R\$ 35 milhões em programas de meio ambiente e ações socioambientais. Do total, aproximadamente R\$ 20 milhões foram aplicados diretamente em prol das comunidades do litoral paranaense.

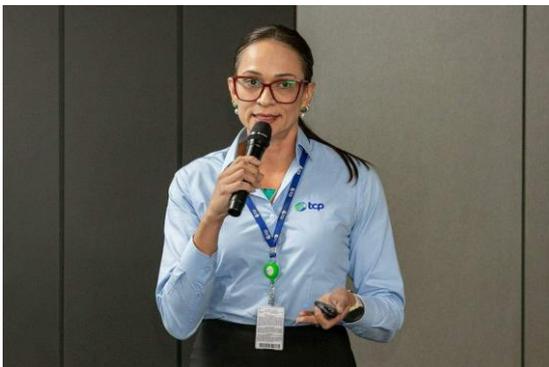
Sobre a agenda sustentável do porto, o diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Santana, ressaltou que, pela sexta vez consecutiva, a empresa apresentará “um trabalho de vanguarda e que a ONU reconhece como excelência no setor portuário do planeta”.

Gabriella: meta é reduzir emissões (Cláudio Neves/Portos do Paraná)



Empresas privadas

A coordenadora de ESG da Rocha Terminais Portuários e Logística, Larissa Guimarães, e a analista de sustentabilidade, Maitê Carlim, apresentaram projetos inovadores, com destaque para o sistema Start-Stop. “Implementamos o mesmo sistema utilizado na indústria automotiva, que coloca o carro parado em modo stand-by, economizando combustível. Implementamos o mesmo princípio nos guindastes da nossa operação”, explicou Maitê.



Eliane citou ações socioambientais (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

Em seguida, as coordenadoras da Cattalini Terminais Marítimos, Ângela Cristina Bahry e Gabriella Rodrigues da Silva, apresentaram o plano de descarbonização e o inventário de gases de efeito estufa, além das boas práticas na parte social, de governança e de meio ambiente da empresa. “Conseguimos reduzir, entre os anos de 2023 e 2024, 17% do índice que correlaciona as emissões do escopo 1 com a movimentação de líquidos,

que hoje representa 95% das emissões de carbono na operação da Cattalini”, pontuou Gabriella.

A coordenadora de Meio Ambiente do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), Eliane Oliveira, comentou sobre as principais ações dentre os 60 projetos socioambientais aplicados pela empresa. Um deles é o projeto Troca Solidária, que atua há dez anos no litoral paranaense e atende centenas de famílias que trocam materiais recicláveis por produtos alimentícios, de higiene e limpeza em um mercado flutuante.

Ela também destacou outras iniciativas sustentáveis como “o plano de descarbonização do terminal, entre eles a eletrificação dos três guindastes RTGs dedicados à ferrovia”.

Complexo apresenta projetos ambientais

A Portos do Paraná realizou um projeto de esgotamento sanitário ecológico junto às comunidades insulares e o programa de recuperação de áreas degradadas para as famílias que residem na Serra do Mar. Os projetos foram apresentados pela estatal portuária durante o 1º Encontro COP Portos Sustentáveis, nesta terça-feira.

“É um orgulho para nós que o Grupo Tribuna tenha escolhido Paranaguá para inaugurar esse tipo de evento. Serão três encontros prévios à COP30, o primeiro aqui, depois seguimos para Suape (PE) e terminamos em Santos”, afirmou o anfitrião e diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva.



Maitê destacou projetos da Rocha (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

“O COP Portos Sustentáveis é onde o setor portuário tem a oportunidade de propor melhores soluções e melhores práticas para quem sabe a gente consiga contribuir”, salientou.

“Dentro desse ambiente de transição energética, sustentabilidade, que todos os terminais portuários têm adotado boas práticas, é o momento de a gente contribuir com essas pautas para quem sabe conseguimos alterar processos, evoluir numa burocracia em processos cada vez mais rápidos, mas também seguros em termos sustentáveis em termos ambientais”, comentou.



Larissa ressaltou a inovação (Cláudio Neves/Portos do Paraná)

Garcia ressaltou que a Portos do Paraná participará da sexta edição consecutiva da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima neste ano. “Não à toa, nos últimos cinco anos da COP, nós fomos convidados para apresentar as nossas melhores práticas”.

“As pessoas, por vezes, pensam que só podemos avançar em infraestrutura se criarmos alguma condição negativa para o nosso meio-ambiente. Nós comprovamos o contrário. É possível avançarmos e chegarmos a uma estrutura cada vez melhor, respeitando e atendendo às melhores práticas ambientais no mundo”, afirmou.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 16/07/2025

JUSTIÇA ACATA PEDIDO DA APS PARA FISCALIZAR ÁGUA DE LASTRO NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA A DECISÃO

Decisão é em ação judicial contra a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
Por *ATribuna.com.br* 16 de julho de 2025



A água de lastro é utilizada para manter a estabilidade dos navios (Divulgação/Porto de Santos)

Em ação da Autoridade Portuária de Santos (APS) contra a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Justiça Federal manteve o direito da APS de exigir laudo sobre o controle e tratamento da água de lastro como condição para atracação de navios no Porto de Santos. O mandado de segurança foi emitido pela 17ª Vara Federal de Brasília.

O processo foi movido porque a Antaq havia anulado a norma da gestora do Porto sob alegação de invasão de competência, argumentando que a APS não teria atribuição para regulamentar sobre isso. A administradora do cais santista disse na ação que a norma é essencial para a proteção ambiental local.

A APS justifica que a exigência de laudo previne danos ambientais por invasão de espécies exóticas e nocivas à vida marinha e ao meio ambiente.

Outra ação

No início deste mês, em ação movida pelo Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) e pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) contra a APS, a 1ª Vara Federal de Santos anulou, em sentença, a norma editada pela gestora do Porto de Santos que exigia o laudo, além de condenar a APS a devolver os valores cobrados das armadoras. O custo médio é de US\$ 1,5 mil por embarcação e apenas uma empresa é credenciada para emitir o documento.

As entidades sustentaram que a norma invadia competência exclusiva da Marinha do Brasil, porque a água de lastro já é regulamentada pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP).

A APS recorre nesse segundo processo, que tem efeito suspensivo, ou seja, ela mantém a exigência em vigor no cais santista.

A água de lastro é coletada em portos de todo o mundo e armazenada de forma inversamente proporcional à quantidade de carga, para dar estabilidade e segurança ao navio. Quanto menos carga, mais água de lastro. Após suficientemente carregado, o navio a descarta.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 16/07/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

APROVAÇÃO DO GOVERNO LULA AVANÇA NO SUDESTE E ESTACIONA NAS OUTRAS REGIÕES

Pesquisa da Genial Quest mostra que 79% acreditam que as tarifas de Trump vão prejudicar suas vidas e que 44% dizem que Lula está agindo certo diante das ameaças

Por *Patrícia Raposo - De Recife* patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Aprovação do governo Lula fica sem variação no Nordeste/Foto: Agência Brasil

A aprovação do governo Lula subiu de 40% para 43%, uma recuperação puxada especialmente pela classe média e por eleitores com maior escolaridade, após o embate com o presidente norte-americano Donald Trump. É o que aponta a nova pesquisa Quaest, em parceria com a Genial Investimentos.

Além de avaliar a popularidade do presidente, a pesquisa apurou a percepção da população sobre a carta de Trump, sobre sua medida de tarifar o Brasil em 50%, sobre a economia, o custo de vida e o papel do Congresso na atual conjuntura política. Para 44% Lula e o PT estão agindo certo diante das ameaças de Trump.

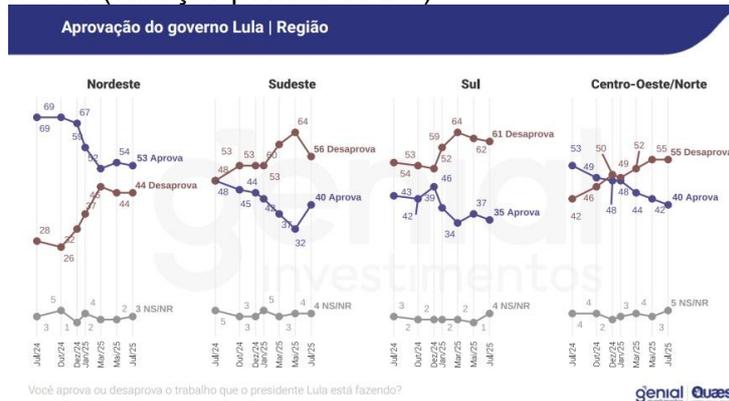
A pesquisa mostrou que aprovação de Lula variou mais no Sudeste, onde subiu de 32% para 40%, (3 pontos na margem de erro), entre maio e julho. O



dado chama atenção por se tratar da região mais industrializada do país e onde está localizado o estado de São Paulo, o principal exportador para os Estados Unidos — ou seja, o mais diretamente atingido pela ameaça tarifária.

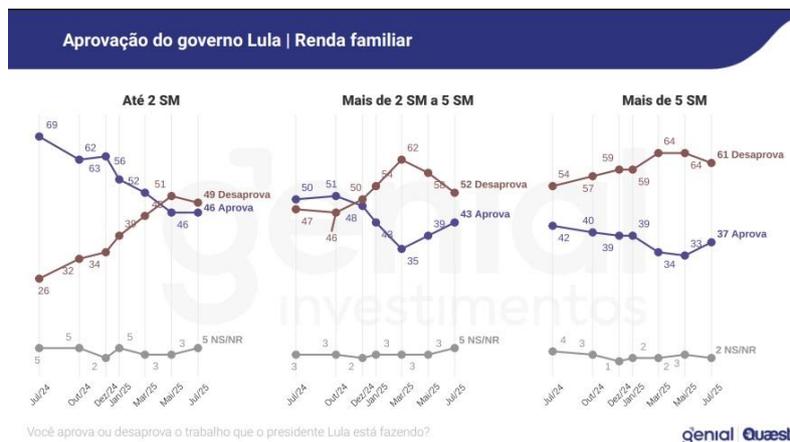
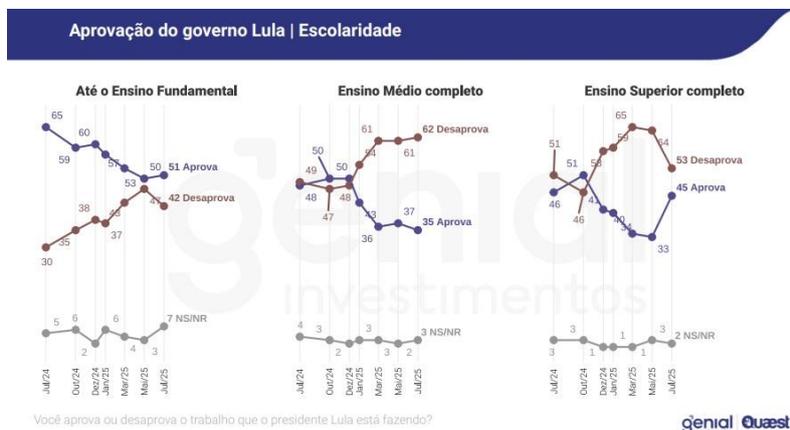
Em outras regiões, a aprovação se manteve estável, variando dentro da margem de erro:

- Nordeste: 53% (variação de 1% na margem de erro)
- Sul: 35% (queda de 2%)
- Centro-Oeste/Norte: 40% (variação positiva de 2%)



A avaliação positiva do governo também cresceu entre pessoas de 35 a 59 anos (de 38% para 44%), ficando estável as demais e entre pessoas com ensino superior completo (de 33% para 45%) e renda acima de 5 salários mínimos (de 40% para 46%).

Esses públicos têm maior exposição ao noticiário econômico e maior sensibilidade a riscos externos, o que pode indicar apoio à postura institucional e de reação do governo Lula frente à escalada de Trump.



Lula é avaliado por religiosos

Entre os religiosos, os católicos se destacam com aprovação subindo de 45% para 51%, enquanto que, entre evangélicos, foi a desaprovação que se elevou de 66% para 69%. O grupo evangélico ainda concentra uma base significativa de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, o que pode explicar a resistência na avaliação presidencial nesse segmento.

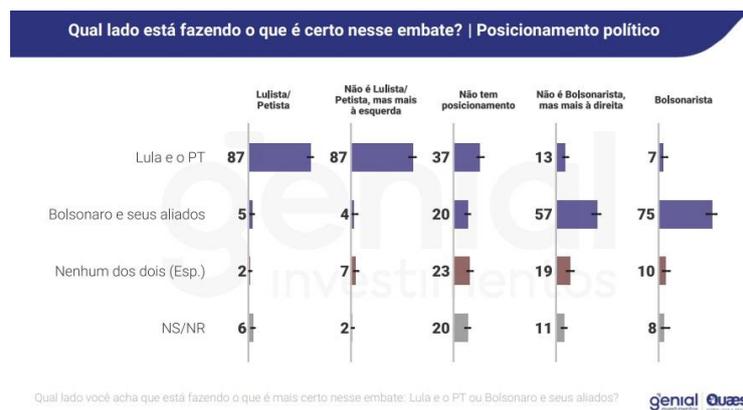
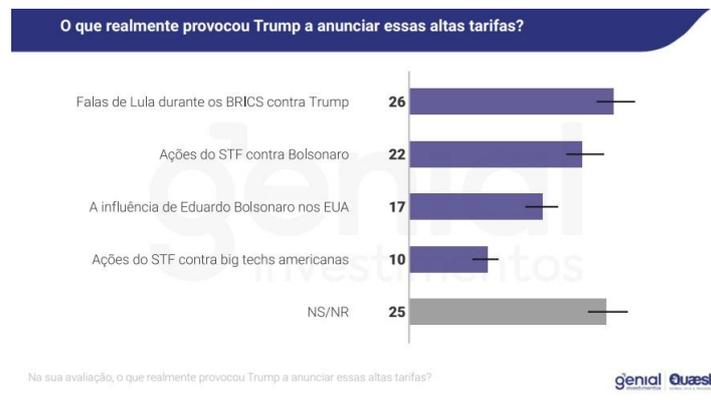
Crise com Trump: percepção pública crítica à medida dos EUA

- 66% dos entrevistados disseram ter conhecimento sobre a carta de Trump a Lula, sendo esse conhecimento mais elevado entre os bolsonaristas (88%) contra os petistas (53%).
- Após tomarem conhecimento, 79% acreditam que as tarifas vão prejudicar suas vidas ou a de suas famílias.
- Para 72% dos entrevistados, Trump está errado ao impor tarifas ao Brasil para beneficiar Bolsonaro.
- E 57% rejeitam a ideia de que Trump tenha direito de criticar o processo judicial contra Bolsonaro;
- Para 17% apontam Eduardo Bolsonaro como um dos principais responsáveis pela crise diplomática com os EUA.

A crítica de Lula à medida americana, com anúncio de retaliação tarifária, encontra apoio na opinião pública:

- 53% consideram correta a resposta de Lula com tarifas em reciprocidade.
- Entre os próprios eleitores de Bolsonaro, 30% também aprovam a retaliação, sinalizando desconforto mesmo na base oposicionista.

Além disso, 84% dos brasileiros defendem que governo e oposição se unam para defender os interesses econômicos do Brasil nesse momento.

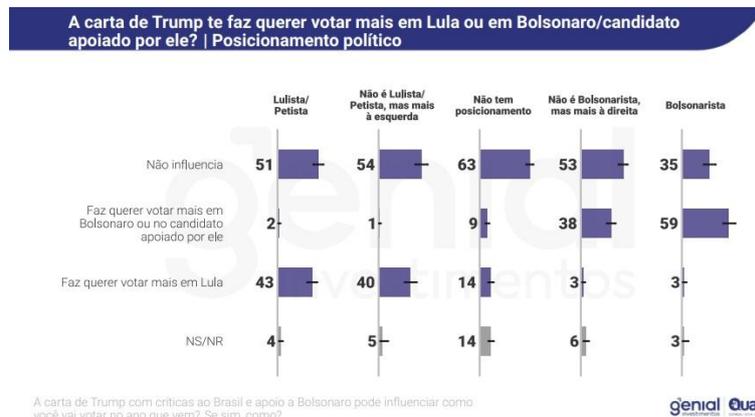


Avaliação da economia: cenário ainda negativo, mas com expectativas moderadas

A percepção econômica segue desafiadora:

- 46% dizem que a economia piorou nos últimos 12 meses contra 48% da pesquisa anterior.
- 80% afirmam que o poder de compra caiu comprado a há um ano atrás.
- 76% viram aumento no preço dos alimentos nos últimos mês contra 79%.
- 56% notaram alta nos combustíveis contra 54% em maio, e 62% nas contas de luz e água contra 60% no mês anterior.
- 43% acham que a economia vai piorar, nos próximos 12 meses, maior percentual, contra 30% em maio.

Quando perguntados se as desvantagens com Donald Trump interferem no cenário eleitoral a pesquisa mostra o seguinte:



Apesar da crise diplomática com os EUA e do cenário econômico ainda desfavorável para boa parte da população, a avaliação do governo Lula mostra resiliência, especialmente entre os segmentos mais informados e impactados. O apoio à reciprocidade tarifária, o rejeito à ingerência de Trump no processo judicial de Bolsonaro e o apelo por união nacional indicam que parte do eleitorado valoriza a defesa da soberania e da estabilidade institucional — pontos centrais na resposta do Planalto à crise.

Fonte: Pesquisa Genial/Quaest (julho/2025), margem de erro nacional: 2,2 pontos percentuais.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/07/2025

CONSTRUTORA DOIS A É HABILITADA EM LICITAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO

O Arco Metropolitano é considerado estratégico para o setor produtivo de Pernambuco e vai melhorar a mobilidade no Grande Recife

Por **Ângela Fernanda Belfort - De Recife** angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



O Arco Metropolitano vai permitir ir do Porto de Suape a Goiana sem passar pelos congestionamentos constantes da BR-101. Foto: Arthur Mota/Folha de Pernambuco

O governo de Pernambuco aceitou e habilitou a construtora potiguar Dois A Engenharia Ltda na licitação que vai escolher a empresa que vai fazer o trecho sul do Arco Metropolitano, uma alça viária que vai ligar o Porto de Suape, no litoral Sul do Grande Recife, às proximidades de Goiana, na área norte da RMR. É a segunda empresa habilitada na concorrência, que desclassificou a primeira colocada. A obra é estratégica porque vai melhorar a mobilidade sem

ter que passar pelos constantes engarrafamentos da BR-101 nas cidades de Abreu e Lima e Igarassu.

A licitação só é dada por encerrada, quando a empresa é homologada. Antes disso, devem ser cumpridos os prazos de recursos, no qual o resultado pode ser questionado pelas demais concorrentes por via administrativa ou judicial. Por isso, o governo do Estado não está citando prazos para a conclusão da concorrência.

Com sede em Natal (RN), a Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda atua nas áreas de obras de infraestrutura urbana, viária e de energias renováveis, incorporações e construção imobiliária, fabricação e montagem de torres eólicas de concreto; fazendo também a manutenção de parques eólicos.

A construtora Dois A foi a segunda classificada no resultado geral da licitação e entregou a documentação ao governo do estado no dia 14 de maio depois que a Tecnologia em Construção e Pavimentação Ltda -TCPAV -, que obteve a primeira colocação, foi inabilitada para continuar na concorrência.

A construtora Dois A se propôs a fazer o serviço por R\$ 631,9 milhões, enquanto a primeira colocada a TCPAV, também do Rio Grande do Norte, pediu R\$ 629,9 milhões para fazer o serviço.

Licitação do trecho Sul do Arco Metropolitano

Foram classificadas 29 empresas e o preço do serviço foi um dos itens da classificação. A 29ª colocou o preço em R\$ 755,1 milhões. A TCPAV foi desclassificada por não ter comprovado integralmente o atendimento às exigências do Termo de Referência com relação “à qualificação técnica operacional e profissional, bem como a qualificação econômica”, segundo informações do site Compras.gov.br. O site também informa que a documentação entregue pela primeira classificada foi analisada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER-PE).

Depois da primeira empresa ser inabilitada, segue a análise da documentação da segunda classificada e assim consecutivamente até achar uma empresa que cumpra todas as regras e exigências estabelecidas no edital.

A terceira empresa habilitada na licitação foi a Construtora Luiz Costa Ltda, também do Rio Grande do Norte, com uma proposta de R\$ 650 milhões para realizar o serviço. Veja aqui a lista das 29 habilitadas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/07/2025

NE PODE TER NOVO CICLO INDUSTRIAL COM GÁS E RENOVÁVEIS, DIZ JOAQUIM LEVY

Joaquim Levy destacou que matriz energética posiciona o Nordeste como protagonista em uma nova fase de desenvolvimento

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Presidente do Banco Safra, Joaquim Levy, destacou potencial do Nordeste na produção de gás natural e energias renováveis. Foto: Agência Brasil

O presidente do Banco Safra, Joaquim Levy, afirmou, durante participação no evento Origem 360 Alagoas – Caminhos para a Segurança Energética, realizado em Maceió, nesta terça-feira (15), que o Nordeste tem papel estratégico na segurança energética do Brasil e pode se tornar um novo polo de industrialização a partir da

combinação entre fontes renováveis e gás natural com preços competitivos.

Em entrevista ao Movimento Econômico, o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do BNDES destacou que o Brasil vive um momento privilegiado no cenário internacional por reunir diversidade energética e condições de expandir sua matriz de forma sustentável, inclusive com efeitos positivos na balança comercial.

“Segurança energética vai ser cada vez mais importante para todos os países. O Brasil tem o privilégio de ter uma diversidade enorme de fontes de energia: hidráulica, eólica, solar, e até mesmo combustíveis fósseis, que usados com critério, ainda podem contribuir com a exportação de energia, substituindo opções mais poluentes em outros países”, afirmou.

Joaquim Levy citou o projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), como exemplo de oportunidade concreta para ampliar o fornecimento de gás natural com menor custo logístico.

“O Nordeste tem possibilidades muito grandes. A grande vantagem é que os poços [em Sergipe] estão mais próximos da costa do que no Sudeste, o que reduz o custo do gasoduto e permite uma precificação mais barata. Isso pode ser um grande estímulo à industrialização da região”, avaliou.

Segundo Levy, o acesso a gás natural competitivo, aliado à força das fontes renováveis integradas ao sistema elétrico nacional, posiciona o Nordeste como protagonista em uma nova fase de desenvolvimento.

“Se você tiver gás próprio para a indústria, pode criar polos industriais sem necessidade de subsídio. Isso é emprego na veia, uma coisa superpositiva.”



Evento em Maceió, promovido pela Origem Energia debate caminhos da transição energética no país. Foto: Dean Almeida

Financiamento para segurança energética

Ao comentar o papel do setor financeiro, Joaquim Levy afirmou que o financiamento é decisivo para a segurança energética, principalmente em projetos estruturantes, e ressaltou a importância dos bancos neste processo.

“O BNDES tem a grande vantagem de poder ancorar projetos com um horizonte de longo prazo. Projetos bons geralmente conseguem financiamento, e o banco está desenhado para isso”, comentou.

Levy também defendeu que a construção de infraestrutura energética eficiente pode gerar ganhos sociais, econômicos e ambientais. “Ter uma energia segura e limpa é essencial para atrair investimentos de qualidade e transformar potencial em crescimento de longo prazo”, afirmou.

Futuro energético do Brasil

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), empresário José Carlos Lyra de Andrade ressaltou que Alagoas vive um momento singular, consolidando-se como referência na produção, processamento e estocagem de gás natural. Ele saudou a atuação da Origem Energia, destacando a instalação da primeira unidade de estocagem subterrânea de gás natural do país, no município de Pilar.

“Um projeto estratégico, que amplia a segurança energética e contribui para estabilizar preços — um ganho direto para a Indústria e para a sociedade”, afirmou ele, que também representou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, na solenidade.



Evento reuniu diversos empresários de Alagoas e do Sudeste/ Foto: Ascom FIEA

O presidente da FIEA também enfatizou a importância de uma política industrial que enxergue o gás como ativo estratégico na transição energética e defendeu maior infraestrutura de distribuição e harmonia regulatória.

“Este encontro é uma oportunidade única para fortalecer a colaboração entre empresas, governo, reguladores, financiadores e tomadores de decisão. O

futuro energético do Brasil exige diálogo, cooperação e visão de longo prazo”, completou.

Origem 360 reúne setor energético e financeiro em Maceió

O evento Origem 360 Alagoas – Caminhos para a Segurança Energética reúne, em Maceió, entre os dias 15 e 17 de julho, autoridades, especialistas, empresas e representantes do setor de gás e energia para discutir os rumos da matriz energética brasileira. A programação inclui painéis sobre integração energética, infraestrutura e financiamento, além de workshops técnicos e rodada de negócios.

Organizado pela Origem Energia, o evento busca fomentar o diálogo entre empresas, governo, sociedade, reguladores e investidores, promovendo soluções para uma matriz mais eficiente, resiliente e integrada.

O Nordeste, como anfitrião e destaque em fontes renováveis e reservas estratégicas de gás, ocupa posição central nos debates. A expectativa dos organizadores é que o Origem 360 contribua para acelerar iniciativas estratégicas que garantam abastecimento seguro, competitivo e sustentável para o Brasil dos próximos anos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ANTAQ PUBLICA PORTARIA COM O NOME DOS NOVOS SERVIDORES

Aprovados no CPNU vão auxiliar no ganho de eficiência e no avanço do setor aquaviário



Brasília, 15/07/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) nomeia, em caráter efetivo, novos servidores aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) 2024.



Confira a lista com o nome dos 26 novos Especialistas em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários neste link. A cerimônia de posse está prevista para o início de agosto.

O incremento ao quadro da autarquia, assim como o CPNU, representa um passo essencial para o processo de reconstrução do Estado brasileiro, ao promover a recuperação das capacidades das organizações governamentais.

Os novos servidores da Agência realizaram entre março e abril o curso de formação para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários. A capacitação garantiu aos candidatos uma introdução aos conhecimentos aplicados e às práticas utilizadas na autarquia, necessários ao desempenho das atividades inerentes ao cargo, considerando as áreas de conhecimento pertinentes.

CPNU 2

As inscrições para a segunda edição do CPNU estão abertas até 23h59min (horário de Brasília) de domingo (20). Os interessados podem se inscrever neste link. Nesta edição, a ANTAQ conta com 30 vagas para Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários.

Passo a passo completo de como se inscrever no CPNU 2

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/como-se-inscrever-no-cpnu-2-veja-o-passo-a-passo-completo#:~:text=As%20inscri%C3%A7%C3%B5es%20seguem%20at%C3%A9%2023h59min,da%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20em%20Servi%C3%A7os%20P%C3%ABlicos.>

As vagas estão distribuídas em sete estados: 7 para Brasília (DF), 8 para Manaus (AM), 6 para Belém (PA), 2 para Santarém (PA), 2 para Santana (AP), 2 para Santos (SP), 2 para o Rio de Janeiro (RJ) e 1 para Florianópolis (SC). A carreira está contemplada no “Bloco 9” do edital, nomeado: “Intermediário - Regulação”.

Em 2025, a aplicação da prova acontecerá em dois dias. O primeiro dia, previsto para 5 de outubro, será dedicado somente à realização das provas objetivas, para todos os candidatos e candidatas inscritos. Já no segundo dia, previsto para 7 de dezembro, ocorrerão as provas discursivas. Dessa vez, somente os candidatos habilitados na 1ª fase e convocados para essa segunda fase do concurso realizarão as provas.

Assessoria de Comunicação e Cerimonial

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 16/07/2025



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO ASSINA DECRETO QUE REGULAMENTA A CABOTAGEM NO BRASIL

Nova regulamentação incentiva embarcações menos poluentes e pode reduzir fretes em até 15%, gerando uma economia anual de até R\$ 19 bilhões para empresas e consumidores

O presidente Lula assinou, nesta quarta-feira (16), o decreto que regulamenta o programa BR do Mar, para estimular o uso da cabotagem no transporte de cargas entre portos nacionais. A regulamentação foi elaborada pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, do Ministério de Portos e Aeroportos, e prevê a redução do custo do frete e do impacto ambiental do transporte de cargas no país.



Em cerimônia no Palácio, decreto que regulamenta Programa BR do Mar foi assinado com a presença de ministros - Foto: Vosmar Rosa

Com o programa, o governo pretende ampliar a oferta de embarcações para a navegação, criar novas rotas, reduzir custos logísticos e aumentar empregos no setor. O BR do Mar também estimula o desenvolvimento e inovação da indústria naval e implementa quesitos de sustentabilidade para permitir o aluguel de embarcações estrangeiras.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, lembrou que o BR do Mar foi apresentado em 2022, mas somente agora, dois anos depois, no governo do presidente Lula, ele saiu do papel e está sendo regulamentado. "Temos hoje o privilégio de assinar esse decreto, que foi construído ao lado do setor produtivo e da indústria naval brasileira e que terá um impacto importantíssimo no fortalecimento da cabotagem no Brasil. O Programa vai fazer com que utilizemos os 8 mil quilômetros do litoral brasileiro para ampliarmos a cabotagem", disse o ministro.

Costa Filho afirmou ainda que o BR do Mar vai fazer o setor crescer, gerar empregos e fortalecer os portos públicos brasileiros. "E ele tem o papel de reduzir os custos logísticos no país, de 20% a 60%, potencializando, ainda mais, o setor portuário brasileiro. E vai fazer com que uma carga, por exemplo, possa sair de contêineres do porto de Suape, de Pernambuco, levando para o porto de Santos, em São Paulo, reduzindo o custo, ajudando na agenda de descarbonização e ajudando na agenda da sustentabilidade."



Durante a cerimônia de assinatura no Palácio do Planalto, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o Brasil precisa desenvolver o transporte intermodal para continuar a crescer e levar investimentos para todo o Brasil. "E aí entram os nossos mares, rios e a cabotagem. Essa cabotagem vai unir ainda mais o Brasil. Isso significa desenvolvimento, significa justiça social e nós vamos diminuir a desigualdade com desenvolvimento social, com portos, aeroportos, hidrovias e cabotagem".

Para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, um país continental como o Brasil deve saber que os modais são complementares. "Estamos avançando nos investimentos em portos, nas TUPs, mas também nas vias expressas, rodovias duplicadas e estruturas capazes de suportar o aumento da produção e de cargas no país. O que nós estamos buscando aqui, portanto, é reduzir custos, tornar o Brasil mais competitivo, tornar a nossa produção, seja ela de minério, seja ela industrial, agrícola, de proteína, mais competitiva para que a gente consiga gerar emprego

e atividades econômicas", afirmou.

Empresas de navegação

Para as Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs), o programa incentiva a formação e capacitação de marítimos nacionais, operações para novas cargas, rotas e mercados, além de otimizar emprego dos recursos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Um dos instrumentos estipulados no decreto do BR do Mar prevê ainda que a EBN poderá ampliar em até 50% a tonelage de sua frota própria com afretamento de embarcação estrangeira. Ou seja, se hoje tem dois navios próprios, poderá alugar mais um semelhante em capacidade. Este percentual sobe para 100%, caso a embarcação afretada seja sustentável. Se a EBN tem embarcações sustentáveis, poderá afretar o dobro de navios tradicionais com a mesma capacidade. Caso contrate embarcações estrangeiras sustentáveis, poderá afretar até três navios.

De acordo com a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação, há dois tipos básicos de contratação de embarcações previstas em lei: afretamento a casco nu, quando a empresa brasileira de navegação (EBN) aluga a embarcação sem tripulação, assumindo os custos de operação e manutenção; e o afretamento a tempo, quando o armador coloca a disposição do afretador o navio completo, com tripulação, por tempo determinado.

Cabotagem

Atualmente, a cabotagem representa 11% da carga total transportada por navios e o Plano Nacional de Logística (PNL) projeta um crescimento de 15% nos próximos 10 anos, devido à tendência de redução de custos. O valor médio do frete de uma tonelada transportada por cabotagem é 60% menor que o transporte rodoviário e 40% menor que o ferroviário.

Segundo estudos da estatal Infra SA, as modificações vão estimular a concorrência, podendo reduzir o frete em até 15%, o que pode representar uma economia de até R\$ 19 bilhões anuais nos custos logísticos. A navegação também reduz em 80% a emissão de gases de efeito estufa.

Em 2024, a cabotagem movimentou 213 milhões de toneladas no Brasil. Cerca de 77% da carga transportada foi em petróleo, especialmente das plataformas offshore até o porto na costa. O BR do Mar deve estimular o transporte de carga em contêiner e carga geral, que hoje respondem por 11% e 2% respectivamente do total transportado por cabotagem.

De acordo com estimativa da Infra SA, um eventual aumento de 60% no transporte por cabotagem de carga containerizada pode representar uma redução de mais de 530 mil toneladas de CO2 equivalente por ano, quando comparado com o modo de transporte rodoviário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/07/2025

MINISTRO SILVIO COSTA DISCUTE INVESTIMENTOS COM BANCADA DO NORTE E DETALHA PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NA AMAZÔNIA

Ministério detalha empreendimentos e articula com parlamentares a ampliação dos modais de transportes da região



Ministério de Portos e Aeroportos recebe parlamentares do Norte para debater logística da região - Foto: Sérgio Francês

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu nesta terça-feira (16) com parlamentares da bancada do Norte para discutir a ampliação da infraestrutura de transporte na região. O encontro teve como foco o programa Ampliar, iniciativa do Governo Federal que prevê o uso de recursos de outorga de concessões para modernizar e requalificar aeroportos regionais, com foco na ampliação do modal e acesso a

mais brasileiros.

Costa Filho destacou a relevância dos investimentos nos aeroportos do Amazonas, em especial Parintins, com forte potencial para o turismo cultural, além da importância logística do aeroporto de Manaus. "O Norte do país é uma região mais do que nunca estratégica para o Brasil, é importante a gente focar no turismo de negócio, no turismo de lazer, e transformar os estados num grande hub logístico, porque isso vai ser escoamento da produção para toda a América do Sul e vai gerar desenvolvimento, emprego e renda", indicou.

O ministro também mencionou os esforços do governo para viabilizar o projeto Manaus Moderna, em articulação com a Casa Civil, que prevê investimentos em obras de dragagem e melhorias no escoamento de cargas em pontos estratégicos como o Rio Solimões, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. "O projeto vai ajudar no fluxo de navios que movimentam o escoamento de cargas de toda a região", finalizou.

Durante a reunião, o diretor de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias, Daniel Longo, apresentou os detalhes técnicos do programa ampliar, que contempla inicialmente 19 aeroportos, sendo nove deles na Amazônia Legal. Entre os terminais da região Norte incluídos na primeira fase estão os aeroportos de Parintins, Barcelos e Itacoatiara (AM), Araguaína (TO) e Cacoal (RO).

"O que está sendo criado é uma tecnologia de gestão para que a gente possa edificar isso nos próximos cinco, seis, sete, oito, nove anos", afirmou Daniel Longo. "A gente está focando principalmente em 19 aeroportos, sendo oito na região Norte. O objetivo é estruturar um modelo que possa ser replicado ao longo do tempo", completou.

O coordenador da bancada do Norte, deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), afirmou que os parlamentares atuarão de forma conjunta para garantir a inclusão de aeroportos prioritários no orçamento federal de 2026. Ele sugeriu a realização de uma reunião de trabalho em setembro para definir, junto ao ministério, as prioridades regionais.

Já o deputado Henderson Pinto (MDB-PA) ressaltou que será necessário mobilizar a bancada para viabilizar cerca de R\$ 30 milhões em emendas parlamentares, valor estimado para a construção dos aeroportos de Uiramutã e Rorainópolis, em Roraima.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 16/07/2025

RECEITA FEDERAL AUTORIZA INTERNACIONALIZAÇÃO DO AEROPORTO DE SOROCABA (SP)

Autorização permite que aeronaves do exterior utilizem o terminal para serviços de manutenção



Autorização permite que aeronaves do exterior utilizem o terminal para serviços de manutenção - Foto: Divulgação/MPor

O Aeroporto Estadual Bertram Luiz Leupolz, em Sorocaba (SP), passa a operar oficialmente como aeroporto internacional voltado à manutenção, ao reparo e à importação e exportação de aeronaves. A autorização foi publicada nesta terça-feira (15) pela Receita Federal no Diário Oficial da União e marca um novo momento para o aeroporto, que já é

referência mundial em manutenção de aeronaves executivas.

Iniciado em 2012, o processo de internacionalização permitirá que o aeroporto receba e envie aeronaves do exterior para manutenção, sem a necessidade de utilização de outros aeroportos para esse fim. O alfandegamento tem validade inicial de 12 meses e destina-se exclusivamente à manutenção e à importação e exportação de aeronaves, sem transporte comercial de passageiros ou de carga.

“Não tenho dúvidas de que esse segmento é estratégico para gerar empregos, atrair investimentos e contribuir para o desenvolvimento regional. Nosso compromisso, junto aos demais órgãos, é garantir um ambiente cada vez mais eficiente, seguro e competitivo para o setor”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Nos últimos anos, o terminal recebeu melhorias estruturais para atender às operações internacionais, incluindo instalação de salas administrativas para órgãos aduaneiros, implantação de canal de inspeção com raio-x para bagagens, instalação de posto de emissão de passaportes da Polícia Federal e reformas no terminal de passageiros e em áreas operacionais.

Impacto regional

Administrado pela Rede VOA, o aeroporto é conhecido por servir de base para empresas que realizam manutenção em aeronaves executivas de pequeno, médio e grande porte, como as da Embraer.

Para o CEO da Rede VOA, concessionária responsável pela administração do terminal, Marcel Moure, o resultado é fruto da integração entre equipes e órgãos federais. “Foi um processo longo e trabalhoso, que se conclui hoje após grande empenho da nossa equipe e de um excelente trabalho de integração com a Receita Federal, a Polícia Federal, a Anvisa, a Anac e demais órgãos”, afirmou.

A medida permitirá, entre outros avanços, que a Embraer amplie a capacidade de manutenção de aeronaves de empresas internacionais, como a United Airlines.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/07/2025

GRUPO DE TRABALHO DO NAVEGUE SIMPLES DEBATE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E INOVAÇÕES NO SETOR

Encontro interministerial discutiu soluções para desburocratização, sustentabilidade e fortalecimento dos portos públicos



Grupo é coordenado de forma conjunta pelo Ministério de Portos e Aeroportos, Mdic e Antaq - Foto: Vosmar Rosa

O grupo de Trabalho G-06 do Navegue Simples se reuniu nesta segunda-feira (14), na sede do Instituto Brasileiro de Infraestrutura, para discutir respostas intersetoriais a temas como enfrentamento à emergência climática e inovação dentro do programa. O encontro foi coordenado de forma conjunta pelos ministérios de Portos e Aeroportos (MPor) e de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq).

Os integrantes foram divididos em seis grupos para garantir o amplo debate de cada tema e a participação do setor privado nas discussões. Os GTs buscam apresentar soluções para a melhoria do fluxo processual em relação a terminais privados, licenciamento ambiental em portos e instalações portuárias, utilização de áreas da União para projetos portuários fora do porto público e simplificação e desburocratização de processos de arrendamento de áreas em Portos Organizados.



As soluções também giram em torno da adaptação às mudanças climáticas e inovação no ambiente portuário, o fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I) e o fortalecimento institucional dos portos públicos brasileiros.

Os esforços dos grupos de trabalho farão parte de um conjunto de políticas, que contribuirão para melhorias operacionais, econômicas, sociais e ambientais no setor portuário, conforme explica o diretor de Programas da Secretaria-Executiva do MPOR, Tetsu Keiko. “Os próximos passos serão consolidar essas contribuições, elaborarmos um plano em que vamos definir essa política, fazer uma tomada de subsídios e abrir para a sociedade por pelo menos 30 dias e com isso construímos uma proposta escrita de uma portaria de Política de Inovação.”

As contribuições trazidas dos Grupos de Trabalho serão apresentadas, em 30 de setembro, no Ministério de Portos e Aeroportos

Nesta etapa, o grupo contou com a participação de representantes da Presidência da República, do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Navegue Simples

O Programa Navegue Simples busca reduzir a burocracia nos processos de navegação, eliminando etapas desnecessárias e garantindo que a tramitação documental ocorra de forma mais eficiente. O programa promove a digitalização e integração dos sistemas portuários, para permitir que informações sejam compartilhadas de maneira centralizada entre diferentes órgãos e operadores do setor.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/07/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA DECRETO QUE REGULAMENTA PROGRAMA BR DO MAR EM CERIMÔNIA NO PLANALTO

Iniciativa busca ampliar a cabotagem no país, reduzir custos logísticos e fomentar a indústria naval brasileira

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assina nesta quarta-feira (16) o decreto que regulamenta o Programa BR do Mar, durante cerimônia no Palácio do Planalto. O evento contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Programa BR do Mar visa estimular o crescimento da cabotagem entre os portos brasileiros, ampliar a oferta de embarcações, criar novas rotas, reduzir custos logísticos e aumentar os empregos no setor. O programa também estimula o desenvolvimento e inovação em sustentabilidade da indústria naval.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados na cobertura devem se credenciar pelo Sistema de Credenciamento de Imprensa, no site do Palácio do Planalto. Os profissionais com credenciamento anual também podem participar.

Serviço

O quê: Assinatura do Decreto que Regulamenta o Programa BR do Mar

Onde: Palácio do Planalto - Salão Oeste, 2º andar

Quando: Quarta-feira, 16 de julho

Horário: 10h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 16/07/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO SE REÚNE COM SETOR PRODUTIVO PARA TRATAR DE TARIFAS DOS EUA

O ministro do MPor participou de reunião do Comitê Interministerial criado para buscar soluções para os impactos das tarifas sobre os produtos brasileiros



Silvio Costa Filho participou da reunião do Comitê Interministerial com o setor produtivo, para discutir as tarifas de 50% anunciadas pelo governo dos EUA sobre produtos brasileiros - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, participou nesta terça-feira (15) da reunião do Comitê Interministerial, criado pelo Governo Federal, com o setor produtivo, para discutir as tarifas de 50% anunciadas pelo governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. A reunião foi liderada pelo ministro

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o vice-presidente Geraldo Alckmin.

Durante o encontro, o ministro Silvio Costa Filho se colocou à disposição do setor produtivo. “Acho que devemos transformar este momento que estamos vivendo em uma janela de oportunidades”, afirmou o ministro, sugerindo a elaboração de um planejamento estratégico para a próxima década, considerando que o mundo vive uma economia extremamente globalizada. “Quero me colocar à disposição de todos os setores, especialmente daqueles que atuam nos portos brasileiros, para que possamos colaborar neste momento mais delicado”, acrescentou.

O grupo de trabalho, do qual o Ministério de Portos e Aeroportos faz parte, busca soluções para mitigar os impactos do aumento tarifário imposto pelo governo americano sobre os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos. Também participaram da reunião os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; do Planejamento, Simone Tebet; e a ministra substituta das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha, além de representantes de associações de diversos setores.

A criação do Comitê Interministerial está prevista em decreto presidencial publicado nesta terça-feira no Diário Oficial da União. O Comitê tem como objetivo “deliberar sobre a possibilidade de adoção de contramedidas provisórias” e “acompanhar as negociações para a superação das medidas unilateralmente impostas em detrimento da competitividade internacional brasileira”.

Pelo setor produtivo, participaram da reunião representantes da indústria da aviação (Embraer), do setor industrial, de máquinas e equipamentos, calçados, alumínio, têxtil, madeira, autopeças, aço, entre outros.

Agronegócio

À tarde, o ministro participou da segunda rodada de reuniões, desta vez com os setores do agronegócio, representantes de associações de café, suco de laranja, carnes, frutas e derivados e pescados. Pelo lado do Governo Federal, estavam presentes além do vice-presidente Geraldo Alckmin, de Rui Costa e de Silvio Costa Filho, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e da Pesca, André de Paula.

Silvio Costa Filho mostrou a preocupação com o impacto do tarifaço no setor produtivo e consequentemente no emprego. “Ficou muito claro que foi uma ação política, e, ao final, prejudicando o setor produtivo e sobretudo a população brasileira, porque não existe emprego de direita, de esquerda, de setor. O emprego é do povo brasileiro”, afirmou durante a reunião. “Nós estamos falando aqui de milhões e milhões de empregos que foram gerados no Brasil e essa é uma preocupação”, acrescentou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 16/07/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

COM CONCESSÃO DA PONTE INTERNACIONAL SÃO BORJA - SANTO TOMÉ, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CHEGA AO 15º LEILÃO DE SUCESSO

Com proposta de outorga de US\$ 29 milhões, Plusbyte SRL irá oferecer tarifas sociais e realizar melhorias no transporte entre Brasil e Argentina



Com outorga de US\$ 29 milhões e previsão de US\$ 99 milhões em investimentos, Plusbyte SRL assume concessão da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé. - Foto: Michel Corvello/MT

Em um leilão marcado pela grande expectativa do mercado e do setor de infraestrutura e logística, a Plusbyte SRL se consolidou como nova gestora da Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé, elo vital entre Brasil e Argentina. O certame, realizado pelo Ministério dos Transportes nesta quarta-feira (16),

definiu a empresa vencedora com uma proposta de outorga fixa de US\$29 milhões.

O contrato prevê um aporte de US\$99 milhões em investimentos para transformar a importante travessia e impulsionar a integração entre os países da América Latina. Após 16 anos, investidores estrangeiros voltaram a disputar concessões no país, com cinco propostas nos 15 leilões recentes promovidos pela pasta.

“Em tempos tão confusos, em que defende-se a construção de muros — alguns físicos, mas outros muros como barreiras tarifárias —, nós defendemos pontes entre governos. A relação Brasil e Argentina é histórica no sentido de cooperação para o desenvolvimento humano”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

“Não devem ser as preferências que norteiam as relações internacionais. Potencializar o comércio é um jogo de ganha-ganha. Ganha a Argentina, ganha o Brasil”, complementou.

No lado brasileiro, o acesso rodoviário se inicia no município de São Borja, no Rio Grande do Sul, a partir do entroncamento com a BR-285 (Avenida dos Imigrantes), e se estende por 6,60 quilômetros até o início da ponte. A estrada se conecta a outras vias como a BR-392, BR-472 e BR-158, corredores estratégicos para a exportação, que contribuem para o escoamento da produção nacional e o fortalecimento da economia. Já na Argentina, a ligação parte do entroncamento com a Ruta Nacional n.º 14.

Além das obras de modernização da estrutura da ponte, o contrato estabelece que a empresa vencedora do leilão deverá fornecer insumos, implementar sistemas e garantir conectividade para viabilizar as operações dos órgãos de controle fronteira dos dois países. O objetivo é reduzir o tempo de desembarço alfandegário e melhorar as condições de trabalho na área, beneficiando especialmente os caminhoneiros, que costumam aguardar longos períodos no local. A expectativa é de que a agilidade no processo estimule o aumento do fluxo de veículos entre São Borja e Santo Tomé.

A Plusbyte S.R.L. é uma empresa argentina que atua no setor privado e tem desenvolvido principalmente projetos junto a prefeituras e administrações públicas do país, oferecendo serviços que vão desde a manutenção urbana até a gestão de frotas de veículos.

“São duas potências dentro do Mercosul e da América do Sul, sendo fundamental o trabalho conjunto entre os dois países”, afirmou Diego Herson, CEO da Plusbyte. “É a possibilidade de integração econômica, social e política”, concluiu.



Atualmente, a gestão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé é supervisionada pela Comissão Mista Brasil-Argentina (Comab), órgão criado por um acordo firmado entre os dois países em 1989.

INFOGRÁFICO--Resumo-VLT-de-Campina-Grande.jpg

“É um passo importante para melhorar a infraestrutura logística, gerar novos serviços complementares, aprimorar as condições dos órgãos de controle que trabalham na região e garantir que tanto as empresas de transporte quanto os turistas tenham uma melhor experiência ao passar pela fronteira”, comemorou Tomás Pannunzio, representante da vice-jefatura de Gabinete do Interior da Argentina.

Pedágio reduzido

O projeto da ponte recebeu atenção especial do Governo Federal, que garantiu, no contrato de concessão, tarifas sociais para moradores locais e usuários dos ônibus da região, com o objetivo de facilitar a mobilidade e ampliar o acesso aos serviços durante todo o

período de vigência.

Para quem cruza o percurso a turismo, a diminuição de até 97% no preço tornará as viagens mais acessíveis, enquanto os caminhoneiros também terão descontos que ajudam a amortecer os custos do transporte de cargas, beneficiando toda a comunidade envolvida.

Aprimoramento constante

A nova concessão da ponte é resultado de um trabalho do Ministério dos Transportes para aperfeiçoar o edital e tornar o projeto mais atrativo ao setor privado. Uma das mudanças implementadas foi a alteração do critério de julgamento do leilão. Em vez do menor valor da Tarifa Básica de Pedágio, que é o modelo padrão adotado pela pasta conforme a Portaria n.º 995, venceu a proposta que ofereceu o maior valor de outorga.

O novo modelo reflete o esforço do Governo Federal para atualizar a lógica regulatória, alinhando as concessões aos parâmetros atuais de gestão por incentivos e foco na execução de obras.

Governo passado prorrogou 3 vezes a tentativa de leiloar a ponte, por ausência de projeto e de falta de acordo com a Argentina.

“A Infra tem muito orgulho de ter desenvolvido esse projeto tão importante. A ponte internacional entre as cidades de São Borja e São Tomé é mais do que um elo físico entre os países; é também um símbolo de união entre as duas nações, fortalecendo as conexões econômicas e culturais”, disse o presidente da Infra.SA, Jorge Bastos.

A ligação Brasil-Argentina faz parte da estratégia do Executivo para ampliar a integração econômica na América Latina, fortalecer a infraestrutura regional, aumentar a competitividade dos países no mercado global e promover desenvolvimento sustentável, além de gerar postos de trabalho.

Mais leilão no Sul

Junto à concessão da ponte, na carteira de ativos do Ministério também constam os leilões das BR-116/RS, 158/RS, 392/RS e 290/RS, conhecidos como Rota Integração do Sul, previstos para ocorrer até o final de 2026. Com mais de R\$8 bilhões em investimentos para os próximos 30 anos, as melhorias vão beneficiar cerca de 600 quilômetros de rodovias no estado.

“Esse é o 15º leilão realizado no atual governo do presidente Lula. Para efeito de comparação, no governo anterior, em quatro anos, foram realizados apenas seis leilões. Nós já fizemos 15, que levantaram mais de R\$160 bilhões em novos contratos assinados. Por isso, precisamos garantir segurança jurídica, confiança, transparência e uma relação sólida com a iniciativa privada, para atrair investimentos”, finalizou o ministro Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/07/2025

LOTES 4 E 5 DAS RODOVIAS DO PARANÁ TÊM EDITAIS APROVADOS PELA ANTT

Leilões em outubro, promovidos pelo Ministério dos Transportes, devem atrair mais de R\$ 29 bi em investimentos

A população paranaense será beneficiada com a modernização de aproximadamente 1.060 quilômetros de rodovias federais e estaduais, com investimentos previstos de mais de R\$ 29 bilhões. A iniciativa avança com a aprovação, nesta terça-feira (15), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dos editais para os leilões dos Lotes 4 e 5 do Sistema Rodoviário das Rodovias Integradas do Paraná (PRVias), que ocorrerão nos dias 23 e 30 de outubro, na B3, em São Paulo.



ANTT autoriza publicação de edital dos Lotes 4 e 5 do Paraná. - Foto: Divulgação/ANTT

“Nada tem uma externalidade econômica tão positiva quanto esse volume de investimentos nas rodovias do Paraná. Isso impulsiona o desenvolvimento do estado em todas as áreas, do turismo à indústria, da agricultura ao setor de comércio e ao

serviço”, afirma o ministro Renan Filho.

O programa promoverá mais segurança viária, geração de empregos e fortalecimento da economia regional, além de melhorar a mobilidade para milhões de habitantes.

Investimentos

Os Lotes 4 e 5 abrangem, juntos, 1.060,29 quilômetros de rodovias federais e estaduais do Paraná, incluindo as BRs 272, 369, 376, 158, 163 e 467. Para o primeiro, estão previstos aportes superiores a R\$ 18 bilhões, enquanto o segundo conta com mais de R\$ 11,7 bilhões destinados a duplicações, barreiras acústicas, contenção de produtos perigosos, entre outras obras voltadas à modernização e segurança.

Histórico

A execução das Rodovias Integradas do Paraná faz parte do maior volume de investimentos em infraestrutura rodoviária da América Latina. Desde 2023, quatro lotes do sistema já foram leiloados. Os Lotes 1 e 2 contam com R\$ 30,4 bilhões em investimentos, beneficiando cerca de 6 milhões de habitantes. Em dezembro de 2024, os Lotes 3 e 6 também tiveram os contratos assinados, prevendo mais R\$ 36 bilhões em investimentos, 1.231 quilômetros de rodovias modernizadas e mais de 326 mil empregos gerados.

Com os novos leilões previstos para outubro, o programa avança em sua fase final, garantindo transparência, tarifas justas e ampla cobertura de obras em estradas que são vitais para o escoamento da produção agrícola, o turismo e a circulação de pessoas em toda a região Sul do país

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/07/2025

COM INVESTIMENTO DE R\$ 42 MILHÕES, GOVERNO FEDERAL CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE TRECHO DA BR-364/GO

Intervenções na sinalização horizontal e serviços de manutenção já somam mais de R\$ 21,6 milhões



Trecho revitalizado da BR-364/GO com melhorias na sinalização e pavimentação. - Foto: Divulgação/DNIT (GO)

O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), concluiu a revitalização de um trecho de 27,6 quilômetros da BR-364/GO, entre os quilômetros 209 e 236,6, no município de Jataí. As intervenções fazem parte de um projeto maior de modernização da rodovia, que contempla ainda a manutenção do trecho entre

os quilômetros 192,7 e 296,2, incluindo o Anel Viário de Jataí. O investimento total nas obras é de aproximadamente R\$ 42 milhões, dos quais R\$ 21,6 milhões já foram aplicados.

A revitalização incluiu a execução de fresagem contínua e descontínua, aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e microrrevestimento asfáltico. Já a manutenção rotineira contempla serviços de roçada, limpeza dos dispositivos de drenagem e outras intervenções essenciais para garantir a conservação da rodovia.

Com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego, a segurança viária e o conforto dos motoristas, as melhorias realizadas também contribuem para a redução do tempo de viagem e para a preservação da vida útil do pavimento. Além disso, as obras beneficiam diretamente o escoamento da produção do agronegócio na região.

Importância estratégica

A BR-364/GO é um dos principais corredores rodoviários do Estado de Goiás, conectando a região Centro-Oeste ao Estado de Mato Grosso. A rodovia facilita a integração regional, amplia o acesso a serviços essenciais e estimula o turismo e a instalação de novos empreendimentos na região.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/07/2025

BE NEWS
BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – ALCKMIN ARTICULA REAÇÃO ESTRATÉGICA SOBRE TARIFA DOS EUA
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Vice-presidente lidera comitê interministerial e defende diálogo como caminho para reverter medida norte-americana

A articulação liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin para resolver a disputa comercial com os Estados Unidos em torno da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, que deve entrar em vigor em 1º de agosto, demonstra uma postura estratégica do governo federal. A mobilização de um Comitê Interministerial, que reuniu representantes da indústria e da agropecuária, reflete o reconhecimento da gravidade da situação e a busca por um esforço conjunto para reverter o quadro.



O vice-presidente Alckmin, ao relatar o alinhamento entre governo e setor produtivo, enfatizou a prioridade do diálogo antes de qualquer medida de retaliação. A mensagem do presidente Lula sobre o empenho em rever a situação foi reiterada, sublinhando que a diplomacia é a principal ferramenta para a solução do impasse. A crítica do vice-presidente ao caráter unilateral da decisão norte-americana é pertinente, especialmente considerando o superávit que os Estados Unidos mantêm na balança comercial com o Brasil há mais de 15 anos.

A urgência do diálogo para evitar o aumento tarifário

A importância de o governo do Brasil buscar negociar um acordo com os Estados Unidos para evitar a adoção dos novos valores tarifários é inquestionável. A imposição de uma tarifa de 50% pode causar prejuízos significativos para setores-chave da economia brasileira, como aviação, aço, alumínio, têxteis e calçados, comprometendo a competitividade e a rentabilidade das empresas. O prazo exíguo, com a meta de resolver a questão até 31 de julho, exige agilidade e precisão nas negociações.

A busca por um entendimento, como defendeu Alckmin, não apenas preserva as relações comerciais, mas também demonstra uma abordagem pragmática. A mobilização do setor produtivo e a participação de diversos ministros nas reuniões reforçam o peso do problema para a economia nacional e a necessidade de uma resposta coordenada.

A parceria privada como ferramenta diplomática

Além da atuação do governo, é fundamental que os empresários brasileiros tentem obter o apoio de seus parceiros comerciais norte-americanos. O diálogo entre os setores privados de ambos os países, como sugeriu o vice-presidente, pode ser uma ferramenta diplomática poderosa. Ao demonstrar que a tarifa prejudica não apenas o Brasil, mas também a população americana — por meio do encarecimento de produtos e da interrupção de cadeias de valor integradas — os empresários podem influenciar a opinião pública e os tomadores de decisão nos Estados Unidos.

A complementariedade econômica entre os dois países é um argumento forte a ser explorado. O setor privado, ao se unir e atuar em conjunto com o governo federal, pode adicionar uma dimensão extra às negociações, mostrando que a tarifa é uma medida despropositada e prejudicial para ambas as nações.

Em suma, a mobilização do governo brasileiro para resolver a disputa comercial com os Estados Unidos por meio do diálogo é a abordagem mais sensata. A urgência da situação exige que as negociações sejam conduzidas com rapidez, e a colaboração entre o governo e o setor privado, incluindo o apelo aos parceiros comerciais americanos, é essencial para se reverter essa questão e proteger a economia nacional de um impacto potencialmente devastador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO PARTICIPA DE LEILÃO DA PONTE INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

LIGAÇÃO SÃO BORJA–SANTO TOMÉ CONCENTRA 23% DAS TROCAS COM A ARGENTINA E QUASE 40% COM O CHILE

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa hoje, quarta-feira (16), em Foz do Iguaçu (PR), do leilão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé, que liga Brasil e Argentina. Uma das principais ligações rodoviárias entre os dois países, a ponte possui 15,62 quilômetros e responde por 23% do comércio entre Brasil e Argentina, além de quase 40% das transações com o Chile.

MELHORIAS

A concessionária vencedora do leilão irá investir US\$ 99 milhões em melhorias na ponte, como a recuperação de sua estrutura, dos acessos e do centro de fronteira, além da ampliação das instalações de processamento aduaneiro.

MAIOR VALOR DE OUTORGA

Devido à especificidade do projeto, que envolve dois países e é regido por um acordo internacional, o critério de leilão será o de maior valor de outorga e não o menor valor de Tarifa Básica de Pedágio, adotado como padrão pelo Ministério dos Transportes, segundo a política pública estabelecida pela Portaria 995. Durante o período de concessão, moradores locais e usuários dos ônibus da região irão pagar tarifas reduzidas, facilitando a mobilidade e o acesso aos serviços.

BR DO MAR

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assina nesta quarta-feira, dia 16, o decreto que regulamenta o Programa BR do Mar, durante cerimônia no Palácio do Planalto. O evento contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ESTÍMULO À CABOTAGEM

O Programa BR do Mar visa estimular o crescimento da cabotagem entre os portos brasileiros, ampliar a oferta de embarcações, criar novas rotas, reduzir custos logísticos e aumentar os empregos no setor. Segundo o Governo, o programa também estimula o desenvolvimento e inovação em sustentabilidade da indústria naval.

OVOS PARA EXPORTAÇÃO

As exportações brasileiras de ovos, incluindo produtos in natura e processados, somaram 24.915 toneladas no primeiro semestre do ano, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). O volume representa alta de 192,5% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram exportadas 8.518 toneladas.

FORNECEDOR DE CONFIANÇA

Segundo o presidente da ABPA, Ricardo Santin, o avanço demonstra a consolidação do Brasil como fornecedor de confiança no mercado global. “Os embarques de ovos atingiram patamares históricos neste primeiro semestre, com forte ampliação da presença brasileira em mercados estratégicos como os Estados Unidos, México e Japão”, afirma.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

NACIONAL - GOVERNO TENTA ACORDO COM OS EUA ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO TARIFAÇO

Alckmin diz que negociações seguem com setor produtivo e defende acordo antes do início da cobrança de 50% sobre produtos brasileiros

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A reunião em Brasília contou com a participação de diversos ministros, além de lideranças do agronegócio dos setores de café, frutas, pescados e carne bovina, entre outros

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o governo federal trabalha para resolver, até o dia 31 de julho, a disputa comercial com os Estados Unidos em torno da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. O aumento nas taxas de importação foi anunciado pelo presidente

Donald Trump e deve entrar em vigor em 1º de agosto.

Alckmin comandou na terça-feira (15) duas reuniões com representantes da indústria e da agropecuária, realizadas no âmbito do Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas



Econômicas e Comerciais — criado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para coordenar a resposta brasileira a medidas tarifárias unilaterais.

Segundo o vice-presidente, o encontro foi marcado pelo alinhamento entre governo e setor produtivo. “A reunião (com o setor produtivo) foi muito proveitosa. Ouvimos todos os setores com maior fluxo de comércio com os Estados Unidos — desde aviação, aço, alumínio, máquinas, têxteis, calçados, papel e celulose. O que vimos foi um alinhamento em torno da negociação. Eu trouxe a mensagem do presidente Lula de empenho para rever esta situação”, afirmou.

Na avaliação de Alckmin, o momento é de buscar entendimento antes de qualquer medida de retaliação. Ele ressaltou que o Brasil acumula prejuízos nas áreas industrial e agropecuária, mas que a prioridade do governo é o diálogo. “Podemos ouvir o setor produtivo e reiterar o compromisso com o diálogo, que é o compromisso do presidente Lula, para trabalharmos juntos e reverter este quadro. Houve uma colocação aqui de que o prazo é exíguo, pedindo um prazo maior. Mas a ideia do governo é procurar resolver até o dia 31 de julho.”

Durante as reuniões, algumas associações sugeriram que o Brasil peça o adiamento do início das tarifas, enquanto outras reforçaram a confiança nas negociações lideradas pelo governo federal.

A reunião contou com a participação de diversos ministros — entre eles Rui Costa (Casa Civil), Carlos Fávaro (Agricultura), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), André de Paula (Pesca), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e a ministra substituta das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha. Participaram ainda lideranças do agronegócio dos setores de café, frutas, pescados e carne bovina, entre outros.

Diálogo

Na entrevista coletiva após o encontro, Alckmin disse que os empresários brasileiros vão dialogar com seus parceiros norte-americanos. “Às vezes você tem cadeias integradas, então vamos trabalhar também com os empresários americanos, mostrando que isso tem um prejuízo não só para o Brasil, mas também um prejuízo para a população americana, porque há uma complementariedade econômica”, afirmou.

Ele também criticou o caráter unilateral da decisão norte-americana. “Em relação à questão tarifária, entendemos que ela é equivocada, o Brasil tem déficit na balança comercial com Estados Unidos, os Estados Unidos tem déficit com o mundo todo, mas tem superávit com o Brasil, aliás, tem superávit há 15 anos, foram mais de US\$ 400 bilhões de superávit na balança comercial, então não tem o menor sendo você ter uma tarifa totalmente despropositada. A ideia, o trabalho é reverter isso.”

A mobilização com o setor produtivo continuará ao longo da semana, com reuniões com outras entidades e representantes dos trabalhadores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

NACIONAL - CÂMARAS DE COMÉRCIO PEDEM SUSPENSÃO DA TARIFA DE 50% **Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br**

A U.S. Chamber of Commerce e a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) divulgaram na terça-feira (15) uma nota conjunta em que pedem ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que suspenda a imposição da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, prevista para entrar em vigor no dia 1º de agosto.

As entidades alertam que a medida poderá impactar negativamente a economia norte americana, ao afetar “produtos essenciais às cadeias produtivas e aos consumidores norte-americanos, elevando os custos para as famílias e reduzindo a competitividade de setores produtivos estratégicos dos Estados Unidos”.

Segundo o comunicado, mais de 6.500 pequenas empresas norte-americanas dependem das importações brasileiras e outras 3.900 têm investimentos no Brasil. “O Brasil está entre os dez principais mercados para exportações dos Estados Unidos e é destino, a cada ano, de cerca de US\$ 60 bilhões em bens e serviços norte-americanos”, informa o texto.

As câmaras defendem a retomada do diálogo bilateral. “A U.S. Chamber e a Amcham Brasil solicitam aos governos dos Estados Unidos e do Brasil que se engajem em negociações de alto nível a fim de evitar a implementação da tarifa de 50%.

A imposição dessa medida como resposta a questões políticas mais amplas tem o potencial de causar danos graves a uma das relações econômicas mais importantes dos Estados Unidos, além de estabelecer um precedente preocupante.” O documento também afirma que uma relação comercial estável entre os dois países “beneficia consumidores, sustenta empregos e promove prosperidade em ambos os países”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 16/07/2025

NACIONAL - AGRO PRESSIONA GOVERNO POR SOLUÇÃO RÁPIDA CONTRA TAXAÇÃO DOS EUA

Reunião com ministros em Brasília discutiu impacto imediato; produtores pedem prorrogação ou isenção para alimentos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Representantes do agronegócio reuniram-se na terça-feira (15) com ministros e secretários do governo federal para discutir os impactos da decisão dos Estados Unidos de impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. Apesar de expressarem confiança nas negociações lideradas pelo governo, os produtores apresentaram um cenário alarmante caso a medida entre em vigor em 1º de agosto.



O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, destacou a importância do diálogo. “Vamos intensificar a busca por alternativas. O diálogo está aberto da parte brasileira.”

O encontro, realizado em Brasília (DF), teve a participação dos ministros Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), além de representantes de setores como carne bovina, frutas, café e pesca. Horas antes, Alckmin havia se reunido com líderes da indústria para tratar do

mesmo tema.

Roberto Perosa, presidente da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), afirmou que a nova taxa tornaria inviável a exportação de carne bovina para os EUA. Segundo ele, frigoríficos já suspenderam parte da produção, mas cerca de 30 mil toneladas do produto estão em trânsito para o mercado norte-americano.

“Nossa sugestão de imediato é a prorrogação do início da taxa. Existem contratos em andamento. Precisamos de prorrogação ou retorno à situação anterior. O setor já é taxado em cerca de 36%. Esse 50% seriam inviáveis para a exportação”, destacou Perosa.

LEIA TAMBÉM: Câmaras de comércio pedem suspensão da tarifa de 50%

<https://portalbenews.com.br/camaras-de-comercio-pedem-suspensao-da-tarifa-de-50/>

Guilherme Coelho, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (Abrafrutas), relatou o desespero dos produtores de manga, que já contrataram 2,5 mil contêineres para atender à demanda dos EUA. Ele defendeu a exclusão de alimentos da medida.

“Quero aqui parabenizar a iniciativa rápida do vice-presidente Geraldo Alckmin, do governo brasileiro, do ministro Fávaro. Uma hora dessa não podemos pegar essa manga e jogar na Europa. Não tem logística para isso”, explicou.

“Não podemos colocar essa manga no Brasil porque vai colapsar o mercado. Urge uma definição, urge o consenso, a flexibilidade, um pensamento global, para não ter que deixar a fruta no pé, o desemprego em massa.”

Ibiapaba Netto, da Citrus BR, alertou que 40% das exportações de suco de laranja têm os EUA como destino, sendo 70% do consumo norte-americano suprido pelo Brasil. “Ainda tem tempo para negociação. Temos confiança de que o governo vai alcançar um bom resultado. Precisamos de diálogo, negociação e pragmatismo”, afirmou.

Já Márcio Ferreira, do Cecafré, destacou que 33% do café consumido nos EUA é brasileiro e elogiou a atuação do governo. “O café brasileiro é o mais competitivo. Traz o corpo e a doçura que o café de outras origens não tem. O consumidor está satisfeito e feliz com o café do Brasil”.

“Agradecemos ao governo por tudo que tem feito no Brasil e no exterior, inclusive para abertura de mercados. Vamos achar uma solução e ela será benéfica para todos.”

Fávaro destacou a importância do diálogo. “Estamos realizando essa conversa aberta com as entidades representativas do setor para entender as angústias e os anseios. Vamos intensificar a busca por alternativas. O diálogo está aberto da parte brasileira.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

REGIÃO SUDESTE - TARCÍSIO SE REÚNE COM EMPRESÁRIOS PARA AVALIAR DIAGNÓSTICO DE TARIFAÇÃO

Encontro reuniu representantes dos setores das exportações paulistas, além do encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil

Da Redação redacao.jornal@redeneews.com.br



Durante o encontro, o governador falou da importância do diálogo e do estabelecimento de caminhos para fortalecer as parcerias da indústria paulista com os Estados Unidos

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se reuniu na terça-feira (15) com empresários de setores da economia paulista que concentram a pauta de exportações, a exemplo do café, carne, citricultura, máquinas e equipamentos, sucroalcooleiro, energia, papel e celulose, aviação e transporte de cargas.

O encontro definiu diretrizes e um diagnóstico referente ao anúncio de tarifas de 50% dos Estados Unidos. O encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar, também participou do encontro, segundo o Governo de São Paulo.

Representando o Governo do Estado estavam, além de Tarcísio, Arthur Lima, secretário-Chefe da Casa Civil, e Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Durante o encontro, o governador Tarcísio de Freitas falou da importância do diálogo e estabelecimento de caminhos para fortalecer as parcerias da indústria paulista com os Estados Unidos.

Os representantes do estado, junto aos empresários, expuseram com exemplos o potencial impacto das novas tarifas, inclusive nos preços de produtos americanos. Foram colocadas também pelos empresários presentes as preocupações dos segmentos mais expostos aos impactos da elevação de tarifas comerciais anunciada pelo governo norte-americano.

“O Governo do Estado de São Paulo reforça o seu compromisso com o produtor, empresários e agronegócio paulista, e fará todo esforço necessário para garantir o melhor desfecho ao setor produtivo, bem como seus milhões de empregos gerados direta e indiretamente”, disse o Governo do Estado, em comunicado oficial. Com o tarifaço do presidente Donald Trump, o estado de São Paulo deverá acumular a maior perda em valores, sendo 0,73% no PIB (Produto Interno Bruto) estadual referente à agropecuária, 0,12% na indústria extrativa e de 0,31% na indústria de transformação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/07/2025

REGIÃO SUDESTE - APS VENCE DISPUTA E RETOMA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO PORTO DE SANTOS

Justiça reconhece legitimidade da Autoridade Portuária para exigir cumprimento de normas sobre água de lastro

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A água de lastro refere-se à água do mar que os navios utilizam para garantir estabilidade e segurança durante a navegação, sobretudo em casos de embarcações com pouca carga

A Justiça Federal concedeu segurança ao mandado impetrado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), gestora do Porto de Santos (SP), contra a decisão da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que fiscalizava o cumprimento de convenção internacional sobre o descarte irregular de água de lastro nos oceanos, inclusive no estuário de Santos, além de enseadas e baías da Baixada Santista. Com

a medida, a companhia pode retomar o direito de fiscalização de água de lastro.

De acordo com a APS, a decisão foi do juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal de Brasília (DF). Com a decisão da Justiça, a APS mantém o direito de condicionar a atracação de navios no Porto de Santos ao cumprimento das normas que previnem danos ambientais por espécies exóticas e nocivas à vida marinha e ao meio ambiente.

A água de lastro refere-se à água do mar que os navios utilizam para garantir a estabilidade e a segurança durante a navegação, especialmente em casos em que embarcações estão com pouca carga.

Segundo a companhia, a Antaq havia anulado a norma sob alegação de invasão de competência, argumentando que a APS não teria atribuição para regulamentar a matéria. Instituições como o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar) e o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) pediram admissão no feito para fornecerem informações a respeito.

A APS recorreu da decisão informando que a norma é essencial para a proteção ambiental local, destacando que um terço dos navios não cumpriram as obrigações legais durante sua vigência, evidenciando falhas nos mecanismos de fiscalização existentes.

O magistrado lembrou que a Antaq afirmou que a APS teria violado a competência da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) ao emitir uma norma fiscalizadora. “A priori, entendo que quem detém competência para dizer se as atribuições legais da AMB foram ou não foram invadidas não é a Antaq, mas a própria AMB. E, caso se conclua que houve violação, quem tem legitimidade para atuar no sentido de restabelecer a sua autoridade é a AMB, e não a Antaq”, diz a decisão.

Na sua decisão, o juiz federal lembrou que a Lei 9.966/2000 estabelece uma série de obrigações ambientais para as autoridades portuárias. O artigo 9º dispõe que “entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio deverão realizar auditorias ambientais bienais, independentes, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades”.

O magistrado afirmou e provou que existem vários acórdãos que puniram, inclusive órgãos ambientais estatais, por suposta omissão no dever de fiscalizar adequadamente atores que vieram a causar danos ambientais.

O diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, a decisão da Justiça Federal permite a retomada dos trabalhos de fiscalização da água de lastro. “Sempre acreditamos na justiça e no bom senso, que fez prevalecer o cumprimento de uma norma internacional em defesa dos mares”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

REGIÃO CENTRO-OESTE - DNIT CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE 27 KM DA BR-364 EM GOIÁS

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o órgão, o Governo Federal já investiu R\$ 21,6 milhões nas obras e serviços de manutenção no trecho entre Jataí e Mineiros

A BR-364 interliga os estados de Goiás e Mato Grosso, desempenhando papel estratégico no escoamento da produção agrícola e pecuária, com destaque para soja e milho

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) concluiu os trabalhos de revitalização em um trecho de 27,6 quilômetros da BR-364/GO, entre os quilômetros 209 e 236,6, no município de Jataí. Além dessa obra, seguem em andamento serviços de manutenção rotineira entre os quilômetros 192,7 e 296,2 da rodovia, no trecho que liga Jataí a Mineiros, incluindo o Anel Viário de Jataí.

O contrato que abrange as intervenções tem valor total de R\$ 42 milhões. Desse montante, aproximadamente R\$ 21,6 milhões já foram investidos pelo Governo Federal até o momento.

Segundo o Dnit, os serviços de revitalização envolveram fresagem contínua e descontínua, aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e microrrevestimento asfáltico. A autarquia informou ainda que, após a conclusão das obras, foi realizada a renovação da sinalização horizontal no trecho, com objetivo de ampliar a segurança e o conforto dos usuários.

Já os serviços de manutenção rotineira compreendem ações como roçada, limpeza de bueiros, sarjetas e demais dispositivos de drenagem, além de outras atividades voltadas à conservação da via.

De acordo com o Dnit, as intervenções contribuem para o aumento da segurança viária, a preservação do pavimento e a melhoria das condições de tráfego, beneficiando motoristas e o transporte de cargas, especialmente do agronegócio da região.

A BR-364 é um dos principais eixos logísticos do sudoeste goiano, interligando os estados de Goiás e Mato Grosso. A rodovia desempenha papel estratégico no escoamento da produção agrícola e pecuária, com destaque para soja e milho, e também contribui para a integração regional, o acesso a serviços, o turismo e a atração de investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

REGIÃO SUL - ANTT LIBERA OS EDITAIS DOS DOIS ÚLTIMOS LOTES DE RODOVIAS NO PARANÁ

Leilões dos trechos 4 e 5 estão previstos para outubro, com R\$ 29,8 bilhões em investimentos e mais de mil quilômetros de estradas concedidas

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Com a liberação da ANTT, o cronograma prevê que o leilão do lote 4 ocorra em 23 de outubro, enquanto o lote 5 será leiloadado na semana seguinte, no dia 30, ambos na B3

A concessão dos dois últimos lotes do programa de rodovias do Paraná avançou para uma nova etapa. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou na terça-feira (15) a publicação dos editais dos lotes 4 e 5, que somam 1.058 quilômetros de rodovias federais e estaduais com previsão de

investimentos de R\$ 29,8 bilhões.

Os dois lotes haviam sido aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em maio. Com a liberação da ANTT, o cronograma prevê que o leilão do lote 4 ocorra em 23 de outubro, enquanto o lote 5 será leiloadado na semana seguinte, no dia 30, ambos na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.

A exemplo dos demais trechos do pacote paranaense, os editais adotam o critério de menor tarifa-base por quilômetro rodado, sem cobrança de outorga para os governos federal e estadual. O modelo visa garantir a execução das obras com cobrança de pedágio a preços mais baixos. As propostas deverão ser entregues até os dias 20 e 27 de outubro, respectivamente para os lotes 4 e 5. Os contratos estão previstos para serem assinados até fevereiro de 2026.

O lote 4 é o maior dos dois, com 627,5 quilômetros de extensão. Ele abrange trechos de três rodovias federais (BR-272, BR-369 e BR-376) e oito estaduais (PR-182, PR-272, PR-317, PR-323, PR-444, PR-862, PR-897 e PR-986), passando pelas regiões Oeste, Noroeste e Norte do estado. A malha conecta a fronteira com o Paraguai, em Guaíra, até a divisa com São Paulo, em Nova Londrina.

Os investimentos no lote 4 somam R\$ 18,2 bilhões, sendo R\$ 10,9 bilhões destinados a obras. Estão previstos 239 quilômetros de duplicações, 87 quilômetros de faixas adicionais, 59 quilômetros de

contornos, 39,4 quilômetros de vias marginais, 34 quilômetros de ciclovias, além de 39 passarelas, oito passa-faunas, pontos de ônibus e outros dispositivos de segurança e mobilidade.

Já o lote 5 contempla 430,7 quilômetros das BRs 158, 163, 369, 467 e da PR-317, ligando regiões do Oeste e Noroeste do Paraná e facilitando o tráfego entre o estado, o Paraguai e Mato Grosso do Sul. O projeto prevê investimentos de R\$ 11,6 bilhões, com R\$ 6,5 bilhões destinados a intervenções como 238 quilômetros de duplicações, 20 quilômetros de vias marginais, 3,7 quilômetros de contornos, além de passarelas, passagens de fauna e outros dispositivos.

A concessão será válida por 30 anos, a partir da chamada Data de Assunção — quando for assinado o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a União e as concessionárias. Com os dois novos editais, o programa paranaense totaliza cerca de 3,3 mil quilômetros concedidos à iniciativa privada, sendo 1,1 mil de rodovias estaduais.

A previsão é de que os investimentos superem R\$ 60 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão.

Lotes 1 e 2

Os dois primeiros contratos do programa entraram em vigor em janeiro de 2024. O lote 1, arrematado em agosto de 2023 pelo Grupo Pátria, prevê investimentos de R\$ 7,9 bilhões em trechos das BRs 277, 373, 376, 476 e das PRs 418, 423 e 427.

O lote 2, leilado em setembro e operado pelo Grupo EPR, receberá R\$ 10,8 bilhões para obras nas BRs 153, 277 e 369, além de trechos das PRs 092, 151, 239, 407, 408, 411, 508, 804 e 855.

Os contratos dos lotes 3 e 6 entraram em vigor em abril. O lote 3, com cerca de 570 quilômetros, é administrado pelo Grupo Motiva (antiga CCR S.A.) e conecta o Interior do Paraná ao Porto de Paranaguá, além de integrar o estado a Santa Catarina e São Paulo.

Já o lote 6, arrematado pelo Grupo EPR, é o maior projeto do programa. Com 662,1 quilômetros de extensão, ele prevê R\$ 20,2 bilhões em investimentos, com duplicações em 70% do trecho e melhorias nas BRs 163, 277 e nas PRs 158, 180, 182, 280 e 483.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 16/07/2025

REGIÃO SUL - PORTO DE ITAJAÍ REGISTRA CRESCIMENTO HISTÓRICO DE 1.686% NO 1º SEMESTRE

De janeiro a junho de 2025, porto movimentou 1.859.082 toneladas

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Segundo dados divulgados pela SPI, somente em junho, o cais público do Porto de Itajaí movimentou 147.937 toneladas. Já a área arrendada respondeu por 231.484 toneladas

O Porto de Itajaí (SC) registrou um desempenho expressivo na movimentação de cargas no primeiro semestre do ano ao alcançar a marca de 1.859.082 toneladas em cargas gerais e contêineres. O volume representa um crescimento de 1.686% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram movimentadas

104.144 toneladas.

Segundo dados da Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), divulgados nesta semana, desse total, 200.090 toneladas foram destinadas à exportação e 179.331 à importação, considerando exclusivamente as operações realizadas no Cais Público e na área arrendada do porto.

Contando somente o mês de junho, o cais público de Itajaí movimentou 147.937 toneladas, enquanto a área arrendada respondeu por 231.484 toneladas.

O superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos, celebrou o resultado e afirmou que trata-se de um crescimento contínuo do porto. “O Porto de Itajaí não apenas se recuperou, como superou expectativas e ampliou significativamente sua movimentação. Crescemos em relação ao mesmo período do ano passado, e fomos destaque nacional no segmento de contêineres, especialmente na região Sul, que bateu recorde de movimentação. A tendência é de crescimento contínuo”, afirmou.

Os dados do porto catarinense acompanham o ritmo nacional. Segundo o Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os portos brasileiros movimentaram 532 milhões de toneladas entre janeiro e maio, o que representa um crescimento de 0,8% no período.

Complexo

Considerando todo o complexo portuário de Itajaí — que inclui unidades operacionais como Tepor, Poly Terminais, Barra do Rio, Trocadeiro, Braskarne e Portonave —, o volume movimentado no primeiro semestre alcançou 7.116.922 toneladas.

Foram 3.574.635 toneladas exportadas e 3.542.287 importadas, um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. A movimentação de 610 embarcações no acumulado do ano, sendo 101 apenas em junho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

REGIÃO NORTE - DIRETOR DA AGEMAR DIZ QUE O BRASIL PRECISA VOAR MAIS E REFORÇA AÇÕES NO NORTE

Em entrevista ao BE News, Manoel Ferreira Neto destacou as obras no Aeroporto de Belém, visando a COP30, em novembro

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O diretor do Grupo Agemar, Manoel Ferreira Neto, esteve em Santos na terça-feira, dia 15, e concedeu entrevista ao BE News durante sua visita à sede do Grupo Brasil Export

A aviação civil na região Norte registrou a melhor movimentação para o mês de maio dos últimos onze anos. Foram mais de 972 mil passageiros, um crescimento de quase 11% na comparação com o mesmo período no ano passado, e de 22% em relação a maio de 2019, último ano antes da pandemia. O bom momento tem reflexos dos investimentos no setor

realizados na região. Em entrevista ao BE News, o diretor executivo do Grupo Agemar, Manoel Ferreira Neto, destacou alguns desses aportes, voltados à expansão do setor no Norte do país, destacando os preparativos do Aeroporto de Belém (PA) para a COP30.

A expansão da oferta de voos no Aeroporto de Belém, operado há pouco mais de dois anos pela Dix Aeroportos, subsidiária do Grupo Agemar, teve um papel importante nos números positivos. O empreendimento ultrapassou pela primeira vez a marca de 4 milhões de passageiros em um ano, e

registrou um crescimento de 58% no fluxo de voos internacionais. “Nós tivemos, em 2023, uma movimentação de pouco mais de 3,7 milhões de passageiros, em 2024, 4,1 milhões. Esperamos, neste ano, chegar a 4,5 milhões. O Brasil precisa voar mais. Isso significa ter capacidade de renda para comprar passagens”, salientou o diretor, que esteve em Santos (SP) na terça-feira (15) e visitou a sede do Grupo Brasil Export.

“NÓS TIVEMOS, EM 2023, UMA MOVIMENTAÇÃO DE POUCO MAIS DE 3,7 MILHÕES DE PASSAGEIROS, EM 2024, 4,1 MILHÕES. ESPERAMOS, NESTE ANO, CHEGAR A 4,5 MILHÕES. O BRASIL PRECISA VOAR MAIS. ISSO SIGNIFICA TER CAPACIDADE DE RENDA PARA COMPRAR PASSAGENS”

MANOEL FERREIRA NETO
Diretor Executivo do Grupo Agemar

Em maio, a Agemar anunciou investimentos de R\$ 230 milhões para obras nos aeroportos de Belém, Macapá (AP), Fernando de Noronha (PE), e no Ceará, onde a companhia voltou a operar, em caráter emergencial, os aeroportos de Jericoacoara e Aracati, após distrato do contrato entre o Governo do Estado e a Infraero, firmado no fim da gestão anterior da Dix.

Além desse aporte, o Aeroporto de Belém passa pelos preparativos para receber a COP30. O evento acontece em novembro, e vai atrair autoridades de todo o mundo para a capital paraense. Serão mais de 40 mil participantes durante a 30ª edição da conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas.

O empreendimento recebeu investimentos de R\$ 470 milhões, voltados à expansão da capacidade e modernização. As obras foram antecipadas, focando na requalificação da área de embarque, pista de pousos e decolagens e terminal de passageiros, com previsão de conclusão para o final de agosto. “São investimentos elevados. Estamos fazendo um mezanino, piso superior, sala VIP, recuperação de pista, novo pátio de estacionamento... Vamos deixar o aeroporto pronto para receber a COP30”, ressaltou.

Aeroporto de Noronha

A Agemar também tem participação na gestão do Aeroporto de Fernando de Noronha, que passou por limitações na operação e paralisação nas obras de requalificação feitas pelo Governo de Pernambuco após casos recentes de atolamento de dois aviões no pátio do aeródromo. No início de julho, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) proibiu o aumento no número de voos e limitou a operação a apenas uma aeronave por vez.



As obras no Aeroporto de Belém visam requalificar a área de embarque, pista de pousos e decolagens e terminal de passageiros, com previsão de conclusão para o final de agosto

Segundo o diretor do Grupo Agemar, mesmo com a responsabilidade das obras sendo do poder público, a Dix tem atuado no controle das operações durante o período. “A gente fez, junto à Anac, a flexibilização do horário dos voos. Não houve redução de voos comerciais. Dentro dessa flexibilidade, o estado está cumprindo a parte dele.

Já começou a fazer intervenção na área de estacionamento para completar essa obra, que já era para ter sido terminada desde janeiro”, pontuou.

O aeroporto também recebeu um plano de investimentos com aporte de R\$ 35 milhões para modernização e construção de um novo terminal. “Nós tivemos que adquirir um navio pra atender a construção da obra no prazo de um ano. Já queremos entregá-lo em novembro de 2026. Vamos sair de um terminal de baixo nível para um de 3 mil metros quadrados. Vamos dar à ilha um equipamento compatível àquilo que ela oferece”, explicou o diretor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/07/2025

BRASIL EXPORT - MERCOSUL EXPORT DISCUTE TRANSPORTE DE CARGAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Fórum no Paraguai propõe debate sobre soluções logísticas para o bloco em painéis com nomes do setor público, privado e acadêmico

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Mercosul Export 2025 será realizado nesta quinta e sexta-feira (17 e 18 de julho), em Assunção, no Paraguai, com uma programação centrada em painéis que discutem os desafios e as oportunidades para a logística e a integração dos países do bloco. Promovido pelo Grupo Brasil Export, o evento chega à terceira edição reunindo representantes do setor público, da iniciativa privada e da academia para debater temas ligados ao transporte portuário, fluvial, rodoviário, ferroviário e aeroportuário.



Um dos painéis de sexta-feira do Mercosul Export terá como tema “Caminhos para melhorar o fluxo do transporte rodoviário na fronteira” e será debatido por especialistas do setor

As atividades serão realizadas no Gran Bourbon Hotel Asunción e terão transmissão online e gratuita pelo canal da TV BE News no YouTube (@tv_benews).

O primeiro painel será realizado na quinta-feira (17), às 17h, com o tema “Os impactos e a relevância da hidrovía

Paraguai–Paraná para a economia do Mercosul”. O debate reunirá Adalberto Tokarski (Grupo J&F), Sergio Abreu (Aladi) e Bernd Gunther (Centro de Armadores Fluviales y Marítimos de Paraguay e Hidrovias do Brasil). A mediação será de Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News.

Na sequência, às 18h, será realizado o painel “Como a iniciativa privada está transformando o transporte fluvial no Mercosul”, com apresentação de Paulo Berne (Tecon Rio Grande) e participação de Diego Azqueta (InterBarge), Francisco Mackinlay (Atria Logística) e Regis Prunzel (Cargill).

Na sexta-feira (18), às 9h30, o fórum recebe o painel “Caminhos para melhorar o fluxo do transporte rodoviário na fronteira”, com apresentação de Celso Gallegario (Grupo Binacional e Sindifoz) e participação de Gustavo Vieira (Unila), Luis Fernando González Os campos (Dinatran), Clayr Luiz Marca (Grupo Seagri) e Ever Rojas Bojas (Puerto Campestre).

Encerrando a programação, às 11h, será realizado o painel “Ações para ganho de eficiência no transporte de cargas no Mercosul”, com apresentação de Guillermo Valles, ex-embaixador do Uruguai no Brasil, e participação de Ricardo Molitzas (Instituto Brasil Logística), Hugo Pastore (Capeco), Fabio Ciocca (Câmara Empresarial Argentino-Brasileira) e Ricardo Dos Santos Izaguirre (Câmara Nacional de Comércio e Serviços do Paraguai).

Além dos painéis, a programação do Mercosul Export inclui apresentações técnicas, rodadas de negócios e encontros bilaterais, com o objetivo de promover maior integração entre os países do bloco e estimular investimentos em infraestrutura logística na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025

PROGRAMAÇÃO MERCOSUL EXPORT 2025

PROGRAMAÇÃO MERCOSUL EXPORT 2025

17 | JULHO | QUINTA-FEIRA

08h30 Saída do transporte oficial do Gran Bourbon Hotel Asunción (momento para convidado)

09h00 Visita técnica ao Puerto Unión (PUSA), operado pela Cargill. Principal porto paraguaio e estratégico na cadeia logística do agronegócio

11h00 Encerramento da visita e retorno ao Gran Bourbon Hotel Asunción

14h00 Credenciamento

14h30 Solenidade de abertura com autoridades convidadas: Fabrício Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Rubén Ramírez Lezcano, Ministro de Relaciones Exteriores do Paraguai; Sergio Abreu, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); José Antônio Marcondes, Embaixador do Brasil no Paraguai; Juan Ángel Delgado, Embaixador do Paraguai no Brasil; Rodrigo Maluff, Vice-ministro de Comércio e Serviços do Paraguai; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Guillermo Vallés, Ex-Embaixador do Uruguai no Brasil; Carlos Padilla, Coordenador de Investimentos da ApexBrasil; Jhancy Sanabria, Jefa de Relaciones Internacionales de la Administración Nacional de Navegación y Puertos; Djalma Vilela, Presidente do Conselho do Mercosul Export; Marcelo Juan Fibernat, Presidente de la Cámara de Comercio Brasil - Uruguay; Joel Julka, Presidente do Conselho Argentino do Brasil Export; Fabio Ciocca, Presidente da Câmara Empresarial Argentino-Brasileira do Rio Grande do Sul; Sergio Klein, Coordenador do Grupo Temático de Logística do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERSG)

16h00 Intervalo

16h15 Abertura do Infratlar, Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

Participação: Celso Peel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Brasil Export; Fábio Silveira, Sócio do Gallotti Advogados;

16h30 Infratlar | Apresentação de Marcelo David Gonçalves, Vice-Presidente do Tribunal Marítimo

Tema: A Harmonização dos Acordos Bilaterais de Transporte no âmbito do Mercosul – Desafios Jurídicos para a Integração Logística Regional

17h00 Painel 1: Os impactos e a relevância da Hidrovia Paraguai-Paraná para a economia do Mercosul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatadores: Adalberto Tokanski, Consultor do Grupo J&F; Sergio Abreu, Secretário-Geral da ALADI; Bernd Günther, Presidente del Centro de Armadores Fluviales y Marítimos de Paraguay e Diretor de Operações da Hidrovias do Brasil

18h00 Painel 2: Como a iniciativa privada está transformando o transporte fluvial no Mercosul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Apresentação: Paulo Bertinetti, Diretor-Presidente do Ticon Rio Grande

Tema: Hidrovia como vetor de desenvolvimento e as boas práticas aplicadas no cone sul do Brasil

Debatadores: Diego Argenta, CEO da InterBarge; Francisco Mackinlay, CEO da Aeria Logística; Regis Prunzel, Diretor de Portos da América do Sul da Cargill Agrícola

19h15 Coquetel de confraternização

18 | JULHO | SEXTA-FEIRA

09h00 Apresentação de Marcos de Souza Vale, Especialista em Atração de Investimentos da ApexBrasil

Tema: Programa de atração de investimentos em logística

09h15 Apresentação de Gilmará Temótes, Diretora-Executiva da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH)

Tema: Panorama das inovações em gestão nos portos e Hidrovias do Brasil

09h30 Painel: Caminhos para melhorar o fluxo do transporte rodoviário na fronteira

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Apresentação: Celso Gallegario, Presidente do Grupo Binacional e do Sindifoz

Debatadores: Gustavo Vieira, Professor de Direito da Integração da UNILA e pesquisador da Fundação Acaucária (FNAP-Trinacional); Luis Fernando González Ocampos, Presidente del Consejo y Director Nacional de Transporte - DINATRAM; Clayr Lulo Marca, Diretor-Presidente do Grupo Seagri; Ever Rojas Bojas, Presidente do Puerto Campestre

10h30 Rodada de apresentação: Panorama dos investimentos das empresas brasileiras no Mercosul

11h00 Painel 3: Ações para ganho de eficiência para o transporte de cargas no Mercosul

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Apresentação: Guillermo Vallés, Ex-Embaixador do Uruguai no Brasil

Tema: Atual panorama da Hidrovia Brasil-Uruguaí

Debatadores: Ricardo Molitzas, Vice-Presidente do Instituto Brasil Logística (IBL); Hugo Pastore, Director Ejecutivo de la Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas; Fabio Ciocca, Presidente da Câmara Empresarial Argentino-Brasileira do Rio Grande do Sul; Ricardo Dos Santos Izaguirre, Presidente de la Cámara Nacional de Comercio y Servicios de Paraguay

12h30 Almoço de encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

ALCKMIN DIZ A PARLAMENTARES QUE LEI DA RECIPROCIDADE É ÚLTIMO RECURSO CONTRA TARIFAÇÃO DE TRUMP

Medida será utilizada apenas se sucessivas tentativas de diálogos falharem

Por Victoria Abel — Brasília



Hugo Motta, Geraldo Alckmin e Davi Alcolumbre — Foto: Reprodução/Instagram

O vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou a parlamentares, em reunião nesta quarta-feira, que a Lei da Reciprocidade será utilizada pelo governo brasileiro apenas como último recurso, caso as tentativas de diálogo com os Estados Unidos para reverter o tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros naquele mercado falhem.

Alckmin esteve na Residência Oficial do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), onde também se encontrou com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Na saída os

chefes do Legislativo buscaram demonstrar união com o Executivo e posaram para uma foto de mãos dadas com o vice-presidente.

Mais cedo, o governo divulgou uma carta enviada na terça-feira ao governo americano em que manifesta “indignação” com o tarifaço de 50% sobre importação de produtos brasileiros imposto pelos Estados Unidos. E pede resposta à proposta de negociação do governo brasileiro.

União contra agressão

Também participaram do encontro o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Depois do encontro, os presidentes das duas Casas afirmaram em nota que o Congresso e o governo atuarão juntos na reação à “agressão” do governo americano, com o tarifaço de 50% imposto a produtos brasileiros.

Na conversa, Alckmin destacou que a Lei da Reciprocidade é um importante escudo de proteção da economia brasileira, mas que não será utilizado por enquanto.



O vice-presidente Geraldo Alckmin, ladeado pela secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, comanda nova reunião com empresários em Brasília hoje para discutir reação ao tarifaço de Trump — Foto: Brenno Carvalho

O vice-presidente discutiu com parlamentares os impactos que já estão sendo sentidos por produtores brasileiros, antes mesmo do tarifaço se concretizar. Geraldo Alckmin garantiu que irá priorizar a diplomacia e afirmou que tenta

contato com os representantes do comércio americano.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou nesta terça-feira o decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade Econômica. A norma permite que o Brasil possa retaliar em guerras tarifárias com ferramentas como taxas contra produtos específicos e saída de acordos comerciais.

Parlamentares a par da conversa que ocorreu pela manhã relataram que o clima era de colaboração entre Congresso e governo, independentemente da preferência partidária.

Missão parlamentar

Na segunda-feira, o GLOBO mostrou que, após meses de desgaste político e semanas de enfrentamento direto em torno da crise do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Palácio do Planalto e parlamentares do Centrão se realinharam em um discurso em comum: a defesa dos interesses da economia nacional em reação às tarifas.

Deputados e senadores de centro, porém, destacam que o governo brasileiro errou em não estabelecer um diálogo mais próximo ao governo Trump desde o início de seu novo mandato. Para eles, a costura diplomática tinha que ter sido reforçada, quando na verdade, foi deixada de lado, justamente pelo alinhamento de Trump as pautas do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No fim do mês, um grupo de senadores brasileiros deve ir em missão oficial aos Estados Unidos, após convite do encarregado de negócios dos EUA no Brasil, Gabriel Escobar. A ideia é arrefecer os ânimos e buscar encontros com parlamentares americanos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

É INACREDITÁVEL QUE TRUMP ESTEJA PREOCUPADO COM A 25 DE MARÇO E PIX, DIZ RUI COSTA

Ministro da Casa Civil disse que Brasil vive momento de "intromissão absolutamente indevida"
Por Bernardo Lima — Brasília



Rui Costa, Ministro da Casa Civil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, criticou nesta quarta-feira a abertura de investigação comercial contra o Brasil pelo governo americano. Segundo ele, é "inacreditável" que o presidente Donald Trump esteja preocupado com a 25 de março e o Pix.

O documento que detalha a investigação comercial aberta pelo governo dos Estados Unidos contra o Brasil cita de Pix a redes sociais, passando por desmatamento ilegal a práticas de corrupção. O processo foi aberto pelo Escritório do Representante do Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), que vai conduzir a investigação.

Em evento no Palácio do Planalto nesta quarta, Rui Costa se mostrou surpreso com a iniciativa do governo americano e disse que o Brasil vive um momento de "intromissão absolutamente indevida".

— Não dá para imaginar um cenário onde um presidente de uma das duas maiores potências do mundo está preocupado com a 25 de março e coloca isso num documento internacional. Está preocupado com o meio de pagamento que o país adota e é abraçado por todos, pela população, pelas empresas, pelo sistema financeiro, que é o Pix. É inacreditável algo dessa natureza — disse o ministro.

Segundo Rui Costa, a reação do Brasil acontecerá com "serenidade", "diálogo" e união em torno do país para resolver o problema.

— Nenhuma outra nação ou líder mundial pode escolher, seja a atividade que vai se dar na 25 de Março, seja o meio de pagamento ou qualquer outra coisa que seja de definição do Brasil. Nós, brasileiros, que vamos definir — reiterou.

No relatório elaborado pelo Escritório do Representante do Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), que será reponsável pela investigação, os EUA alegam que o modelo brasileiro de pagamento pode impactar os negócios de empresas americanas.

"O Brasil parece adotar uma série de práticas desleais em relação aos serviços de pagamento eletrônico, incluindo, mas não se limitando a favorecer os serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo", diz o documento.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

MESMO COM IOF, GOVERNO DEPENDERIA DE NOVAS RECEITAS PARA CUMPRIR CENTRO DA META PARA CONTAS PÚBLICAS EM 2026, DIZ TESOURO

Em 2027, relatório aponta que nem o piso da meta seria cumprido, sem elevação de arrecadação
Por Thaís Barcellos — Brasília

Mesmo considerando uma retomada da vigência do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo ainda precisaria de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em receitas

extras para alcançar o centro da meta de 2026, mostra o Relatório de Projeções Fiscais do Tesouro Nacional, publicado nesta quarta-feira.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad no palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O documento aponta que a situação seria ainda pior a partir de 2027, considerando que nem o piso da meta seria cumprido sem novas medidas de arrecadação - algo que vem enfrentando bastante resistência no Congresso, vide à derrubada do IOF.

O relatório do Tesouro incorpora em seu cenário inicial a receita prevista com a última versão do decreto do IOF, que previa a entrada de R\$ 12 bilhões nos cofres da União este ano e de R\$ 31,3 bilhões em 2026, mas que foi derrubado pelos parlamentares. Segundo o documento, não deu tempo de incorporar os efeitos do decreto legislativo que sustou o aumento do tributo.

Atualmente, o caso está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Sem acordo entre governo e Congresso na audiência de conciliação, o relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes, irá decidir sobre a constitucionalidade ou não do aumento do IOF, assim como sobre seu restabelecimento.

No cenário inicial, o relatório do Tesouro também incorpora as receitas previstas na Medida Provisória que altera a tributação de ativos financeiros. A MP prevê uma arrecadação de R\$ 20,9 bilhões em 2026 e de R\$ 10,9 bilhões nos anos seguintes. O exercício considerou ainda a renúncia fiscal do programa "Agora Tem Especialistas", de cerca de R\$ 2,7 bilhões a partir de 2026.

Mesmo assim, as projeções do Tesouro apontam para um resultado negativo de 0,6% do PIB e de 0,4% do PIB em 2025 e 2026, sem outras receitas.

A meta de primário é zero este ano, com limite de tolerância de déficit de 0,25% do PIB, o que significa um rombo de R\$ 31 bilhões. Para 2026, a meta é de superávit de 0,25% do PIB e o piso é zero. Mas resultados previstos pelo Tesouro no cenário inicial ainda cumpririam o objetivo, descontando as exceções, como os precatórios, em linha com o entendimento do STF. Os precatórios são dívidas decorrentes de processos judiciais finalizados.

Para 2027, contudo, o Tesouro prevê um superávit de 0,2% do PIB, que ficaria fora do limite permitido pela meta, de resultado positivo de 0,25% do PIB.

"Cabe frisar que, apesar de o Regime Fiscal Sustentável se revelar como principal indutor de uma trajetória de consolidação das contas públicas no período, o cenário apresentado evidencia a necessidade de novas medidas fiscais para compatibilizar o desempenho fiscal com as metas traçadas no PLDO 2026, conforme será apurado na seção seguinte", disse o Tesouro.

Nesse caso, o órgão considera a retomada da contabilidade dos precatórios na meta. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 já mostrou que, sem nenhuma mudança, o governo não teria espaço no orçamento para pagar nem suas obrigações referentes ao piso de saúde e educação em 2027.

O formato atual da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66, no entanto, prevê que o governo poderá considerar apenas 10% do gasto com essas dívidas em 2027, subindo esse percentual em 10 pontos a cada ano. O projeto deve ser votado no Senado ainda nesta quarta.

"Cabe reiterar que a trajetória estimada para as despesas não adota como hipótese execução de despesa em nível inferior ao limite de despesas estipulado pelo Regime Fiscal Sustentável e que a

economia fiscal refletido na tabela acima poderia ser alcançado a partir de uma combinação de várias ações, como medidas adicionais de receita, revisões de gastos, redução das vinculações entre despesas e receitas, medidas de contingenciamento, além da própria subexecução natural das despesas previstas no orçamento (empenhamento)", completou o Tesouro, no documento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/07/2025

PLANALTO VÊ 'PRESENTE' DE TRUMP PARA A COMUNICAÇÃO DE LULA EM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL MIRANDO O PIX

Secom identifica oportunidade de explorar popularidade do meio de pagamento em peças que pregam a defesa da soberania do país

Por Renata Agostini — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/09-07-2025

Integrantes do Palácio do Planalto veem na investigação aberta pelos Estados Unidos sobre as práticas comerciais brasileiras um novo “presente” de Donald Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os pontos citados no documento que detalha a apuração, está o uso do Pix pelos brasileiros, meio de pagamento desenvolvido pelo Banco Central e que se popularizou em todo o país.

Para o time de Lula, ao mirar no Pix, o governo americano dá novo combustível à campanha pela defesa da soberania, que vem sendo explorada pela gestão petista em sua campanha de comunicação desde que o tarifaço de Trump foi anunciado.

Entre o time da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), comandado pelo ministro Sidônio Palmeira, já se discute como usar a popularidade do meio de pagamento e a boa imagem que ele tem junto à população em novas peças nas redes sociais.

Divulgada nesta quarta-feira, a investigação comercial aberta pelo governo Trump não envolve somente o Pix. O documento que explica a apuração cita redes sociais, falta de controle ao desmatamento ilegal, práticas de corrupção e até o comércio da rua 25 de março, em São Paulo, ao tratar de supostas falhas na proteção e aplicação adequada e efetiva dos direitos de propriedade intelectual. Esses pontos serão alvo de investigação do Escritório do Representante do Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), que abriu o processo e vai dizer se as práticas listadas são consideradas desleais.

No Planalto, a ideia é usar imagem positiva do Pix contra a oposição, reforçando que a culpa da ofensiva dos EUA é dos bolsonaristas.

Sondagens encomendadas pelo governo dão suporte ao plano. Elas vêm mostrando que a rejeição aos EUA entre os brasileiros está em patamar elevado e segue crescendo. Além disso, somente um percentual pequeno diz concordar com o tarifaço de Trump, de acordo com essas pesquisas internas.

Apesar disso, integrantes do governo dizem que estão atentos aos pedidos feitos pelos empresários de que o Planalto haja com temperança e busque o caminho do diálogo e da negociação com os americanos. Está nos cálculos do time da Secom, os riscos de se errar o tom na politização.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/07/2025

TRUMP DIZ QUE ENVIARÁ CARTAS TARIFÁRIAS A MAIS DE 150 PAÍSES

Presidente afirmou ainda que 'será tudo igual para esse grupo'

Por Bloomberg — Washington



Um navio de contêineres parte do Porto de Newark em direção ao Oceano Atlântico — Foto: Spencer Platt/ Getty Images via Bloomberg

O presidente Donald Trump disse que enviaria cartas para mais de 150 países notificando-os sobre as tarifas, enquanto avança com uma agenda comercial que levou parceiros dos EUA a correrem para evitar impostos de importação mais altos.

— Teremos, bem, mais de 150 países para os quais vamos simplesmente enviar um aviso de pagamento, e o aviso de pagamento dirá qual será a tarifa — disse Trump a repórteres nesta quarta-feira, na Casa Branca. — Será tudo igual para todos, para esse grupo.

— Não são países grandes, e eles não fazem tanto comércio assim —, acrescentou Trump sobre os parceiros comerciais que receberão as cartas.

Nos últimos dias, Trump lançou uma série de exigências tarifárias, informando outras economias sobre novas tarifas que entrarão em vigor em 1º de agosto, caso não consigam negociar termos melhores com os EUA.

As cartas estenderam o prazo inicial de 9 de julho por mais três semanas, desencadeando uma corrida frenética entre os parceiros comerciais que buscam evitar tarifas mais altas.

Embora Trump e seus assessores inicialmente tivessem esperanças de fechar vários acordos com parceiros comerciais, o presidente tem promovido as próprias cartas de tarifas como “acordos” e sugerido que não está interessado em negociações prolongadas.

Ainda assim, Trump deixou a porta aberta para que países fechem acordos que possam reduzir essas tarifas.

As tarifas impostas até agora são em grande parte semelhantes às que Trump ameaçou em abril e depois suspendeu rapidamente devido à volatilidade do mercado, mas as cartas injetaram mais incerteza nos mercados financeiros e surpreenderam parceiros como a União Europeia, que esperavam concluir acordos preliminares com os EUA.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/07/2025

EMPRESA ARGENTINA PLUS BYTE VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DA PONTE INTERNACIONAL DE SÃO BORJA COM R\$ 162 MILHÕES DE OUTORGA

A concessão terá prazo de 25 anos. A estimativa é que os investimentos cheguem a R\$ 550 milhões

A empresa argentina Plus Byte venceu o leilão para concessão da ponte Internacional de São Borja, que liga a cidade gaúcha à Santo Tomé, na Argentina, com uma outorga fixa de US\$ 29 milhões R\$ 162 milhões) e ágio de 9,43%. O certame foi realizado pela B3 nesta quarta-feira em Foz do Iguaçu (PR).

O prazo de concessão será de 25 anos e a empresa será responsável por recompor e aprimorar as características técnicas e físicas da ponte. A estimativa é que os investimentos cheguem a US\$ 99 milhões (R\$ 550 milhões).



Empresa argentina Blues Byte vence leilão de concessão da Ponte Internacional São Borja-São Tomé — Foto: Prefeitura de São Borja/Divulgação

Com 1,42 km de extensão, a Ponte Internacional de São Borja é fruto de um acordo binacional assinado em 1989. O trecho concentra cerca de 23% das operações comerciais entre os dois países e 39,98% das relações comerciais entre Brasil e Chile.

O acesso rodoviário pelo lado Brasileiro tem início no entroncamento com a Rodovia BR-285 (Avenida dos Imigrantes) e se estende até o início da ponte, com uma extensão 6,60 km. Já o acesso pelo lado argentino começa no entroncamento com a Ruta Nacional, nº 14 e se estende por 7,61 quilômetros até o início da ponte.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 16/07/2025

TRUMP ARRECADA QUASE US\$ 50 BI COM TARIFAS; APENAS CHINA E CANADÁ RETALIARAM

Segundo Financial Times, quatro meses após iniciar guerra comercial, presidente americano reforçou os cofres, mas parceiros comerciais evitaram entrar em uma espiral de represálias

Por O GLOBO, com agências internacionais — Washington



Trump pode comemorar: receitas dos EUA com tarifas alfandegárias atingiram um recorde de US\$ 64 bilhões no segundo trimestre — Foto: Bloomberg

Quatro meses depois de o presidente Donald Trump dar o pontapé em sua guerra comercial, os Estados Unidos já arrecadaram quase US\$ 50 bilhões em receitas alfandegárias extras a um custo relativamente baixo, aponta reportagem do Financial Times. Isso porque a maioria dos parceiros comerciais falhou em retaliar contra as tarifas impostas pelo presidente

americano.

Até agora, apenas China e Canadá ousaram revidar contra o governo Trump, que impôs uma tarifa recíproca de ao menos 10% a praticamente todos os países, uma taxa de 50% sobre aço e alumínio, e de 25% sobre automóveis.

Ao mesmo tempo, acrescenta o FT, as receitas dos EUA com tarifas alfandegárias atingiram um recorde de US\$ 64 bilhões no segundo trimestre, US\$ 47 bilhões a mais do que no mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo Departamento do Tesouro americano na semana passada.

Embora as tarifas retaliatórias da China sobre a importação de produtos americanos tenham sido até o momento as mais duradouras e significativas entre todos os países afetados pelo tarifaço de Trump, não tiveram o mesmo efeito: a receita total proveniente das tarifas registrou um aumento de apenas 1,9% em maio deste ano, em comparação com 2024.

O Canadá, cuja retaliação se limitou até agora à aplicação de um imposto sobre serviços digitais, ainda não divulgou os dados alfandegários do segundo trimestre.

Enquanto buscam fechar um acordo com o governo Trump e, assim, evita tarifas ainda maiores, outros parceiros comerciais dos EUA decidiram não responder às ameaças do presidente americano com medidas retaliatórias.

A União Europeia, o maior bloco comercial do mundo, segue empenhada numa negociação com os EUA, embora já tenha planejado tarifas de retaliação, mas está condicionando sua aplicação ao prazo de Trump para as negociações, marcado para até 1º de agosto. O bloco europeu, no entanto, já finalizou uma segunda lista de medidas retaliatórias contra produtos americanos, no valor de € 72 bilhões (US\$ 84 bilhões), incluindo aeronaves da Boeing, automóveis e bourbon, caso decida responder ao agravamento das tensões comerciais transatlânticas.

As tarifas adicionais da UE também seriam aplicadas a maquinários, químicos e plásticos, dispositivos médicos, equipamentos elétricos, vinhos e outros bens agrícolas, de acordo com uma lista de 206 páginas preparada pela Comissão Europeia e obtida pela Bloomberg News.

Apesar das tarifas dos EUA terem atingido níveis não vistos desde a década de 1930, a timidez da resposta global a Trump evitou uma espiral de retaliações do tipo que devastou o comércio global entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, apontam economistas ouvidos pelo jornal britânico.

Ouvido pelo FT, Alexander Klein, professor de história econômica da Universidade de Sussex, acrescentou que considerações de curto prazo — como reduzir a exposição a tarifas e minimizar o risco de inflação — estão guiando a maioria das negociações com Trump, o que dá vantagem à Casa Branca.

O Financial Times ressalta que o fracasso dos países em se unir para enfrentar coletivamente as ameaças de Trump também deixou mais espaço para que o presidente dos EUA atacasse individualmente determinados países.

Na semana passada, por exemplo, ele ameaçou impor uma tarifa de 50% aos produtos brasileiros, citando justificativas em grande parte políticas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu, afirmando que o Brasil não aceitará ser tutelado por ninguém e que a elevação unilateral de tarifas sobre exportações brasileiras anunciada por Trump seria respondida com base na Lei da Reciprocidade Econômica.

O maior parceiro comercial dos EUA, o México, não retaliou depois de ser atingido por tarifas de 25% em março sobre exportações não cobertas pelo Acordo EUA-México-Canadá.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

DIMENSÃO DA LISTA DE INVESTIGAÇÃO DOS EUA ELEVA RISCO DO BRASIL

Por Miriam Leitão



O Presidente dos EUA, Donald Trump — Foto: SAUL LOEB / AFP

Ao ler a lista das investigações sobre práticas comerciais desleais brasileiras abertas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), observa-se que vai além da questão das tarifas. Como já era previsível, o documento cita o etanol, que é alvo de embate há muito tempo devido à tarifa imposta pelo Brasil ao produto americano, e a queixa pelo lado brasileiro da taxaçoão do açúcar. Mas o

rol de temas sob a análise americana passa também por PIX, legislação anticorrupção, desmatamento ilegal, afirmando que o Brasil falha na aplicação eficaz das leis e regulamentos, o que prejudica a competitividade de produtores americanos de madeira e produtos agrícolas. O documento trata ainda da pirataria, citando até o comércio da tradicional Rua 25 de março, em São Paulo.

O Brasil já aparecia na Watch List (lista de acompanhamento) do Relatório Especial 301, divulgado pelo USTR, em maio. Nesse relatório, são identificados os países que adotam práticas desleais ou ineficazes na proteção de direitos de propriedade intelectual na visão dos EUA, o que pode justificar sanções comerciais. O documento, divulgado em maio, reconhece avanços importantes do governo brasileiro no combate à pirataria online em 2024 e em apreensões de grande porte, em operações na Rua 25 de Março, em São Paulo, e no Porto de Santos. Por outro lado, há crítica ao tempo excessivo de análise de patentes. Combater a pirataria é algo de nosso próprio interesse.

Mas gera dúvida a inclusão do Pix, sistema desenvolvido pelo Banco Central, que na avaliação do USTR que tem sido favorecido em detrimento de outros meios, o que caracterizaria uma das supostas práticas desleais em relação aos serviços de pagamento eletrônico.

No passado, esse relatório servia como um aviso, agora soa como uma ameaça. O que os EUA estão fazendo é escalar e aproveitar esse momento de negociação da tarifa de 50% para pressionar o Brasil a se comprometer em cumprir todos esses apontamentos, que são interesses americanos não é de hoje, em um prazo estabelecido ou aplicará sanções, avalia Benny Spiewak, advogado, mestre em propriedade intelectual e especialista em direito internacional pela George Washington University, sócio de SPLAW Advogados.

Uma audiência pública foi marcada para o dia 3 de setembro, ainda é cedo para dizer se essa data poderá ser lida como uma postergação da entrada em vigor da tarifa de importação de 50% sobre os produtos brasileiros, mas pode abrir essa possibilidade.

Independentemente da lista ou da chance de sucesso, cabe à diplomacia negociar, negociar e negociar. E despolitizar completamente esse assunto, não aceitando as razões iniciais alegadas pelo presidente Donald Trump para elevar a tarifa de importação aos produtos brasileiros. Se isso acontecer, deixa de ser um assunto comercial e passa a ser uma interferência em instituições brasileiras. E isso é inaceitável.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

SEM LULA, SILVIO COSTA FILHO ASSINA DECRETO SOBRE 'BR DO MAR' COM INCENTIVOS PARA CONTRATAÇÃO DE 'EMBARCAÇÕES VERDES'

Presidente cumpre agenda com representantes dos bancos públicos e precisou se ausentar de última hora

Por Luísa Marzullo — Brasília



Lula com Silvio Costa Filho (Republicanos-PE): ele é o favorito no seu partido para a Esplanada; "governistas" da legenda avaliam que apoio pode variar de 30 a 35 dos 41 deputados — Foto: Divulgação

O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, participou nesta quarta-feira da cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a "BR do Mar", programa criado para ampliar o transporte marítimo de cargas entre portos brasileiros, a chamada cabotagem. A iniciativa visa estimular o

crescimento do setor com medidas que incluem a ampliação da frota, criação de novas rotas, redução de custos logísticos e geração de empregos.

De acordo Silvio Costa Filho, a redução de custo do setor portuário deve ser de 20% a 60%.

— O programa tem um propósito de fortalecer a cabotagem no Brasil. Este programa vai fazer que uma carga circule entre portos. (...) vamos fazer este ano o maior leilão da história brasileiro. Estamos focando na intermodalidade do país e estamos trabalhando pela descentralização e essa integração.

Estiveram presentes na cerimônia a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e deputados como o líder de governo, José Guimarães. O evento estava previsto na agenda do presidente Lula, mas que se ausentou por conta do atraso da reunião com os bancos públicos federais, onde foi discutida uma nova proposta de crédito imobiliário.

Uma das principais novidades do texto será a inclusão de incentivos à contratação de “embarcações verdes”, ou seja, navios que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental. Embora o conceito ainda precise ser definido em uma portaria específica, o governo pretende abrir consulta pública para discutir parâmetros técnicos e ouvir o mercado.

O decreto é uma etapa prevista pela Lei da BR do Mar, sancionada em 2022, ainda durante o governo de Jair Bolsonaro. A norma flexibilizou o afretamento de embarcações estrangeiras para a cabotagem, abrindo caminho para a modernização da frota nacional.

O decreto vai detalhar as modalidades de contratação permitidas e as condições para a operação de navios com bandeira estrangeira — que, mesmo assim, deverão manter tripulação brasileira a bordo.

O governo avalia que a regulamentação da BR do Mar é estratégica para fortalecer o setor logístico brasileiro, com foco na transição energética e na diversificação dos modais de transporte.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

DEMOCRATAS ACUSAM TRUMP DE CEDER INFLUÊNCIA GLOBAL À CHINA, E PESQUISA MOSTRA QUEDA DOS EUA EM PERCEPÇÃO POSITIVA

Levantamento mostra avanço de Pequim na visão sobre qual país figura como líder na economia, e Washington aparece como uma das maiores ameaças mesmo entre aliados

Por O Globo e agências internacionais — Pequim e Washington



Os presidentes da China, Xi Jinping, e dos EUA, Donald Trump, durante visita de Estado em Pequim, em 9 de novembro de 2017 — Foto: Doug Mills / The New York Times

A imagem global dos Estados Unidos como parceiro confiável sofreu forte desgaste desde que o presidente americano, Donald Trump, retornou à Casa Branca — enquanto a percepção sobre a China melhorou em diversas regiões. Um levantamento feito pelo Pew Research Center em 24 países mostra que, apesar de a visão positiva sobre Washington (49%) ainda ser maior do que a de Pequim (37%), a diferença está diminuindo consideravelmente.

Entenda: Sob Trump, confiança nos EUA cai ao redor do mundo, incluindo no Brasil, revela pesquisa
Análise: Trump inventa crises para acumular poder na Casa Branca, dizem especialistas em Direito nos EUA

O estudo, realizado a partir de entrevistas com 28 mil pessoas entre 8 de janeiro e 26 de abril e divulgado na terça-feira, indica ainda uma mudança na visão sobre qual país lidera a economia global. Em metade dos países pesquisados, a maioria dos entrevistados vê a China como a principal potência econômica — número que cresceu em comparação com 2023. Na França, por exemplo, 49% agora veem a China como dominante, ante 37% que dizem o mesmo sobre os EUA.

A pesquisa também revela um paradoxo: embora os EUA ainda sejam vistos como principal aliado de muitos dos entrevistados, também são apontados como uma das maiores ameaças, sobretudo em países europeus e latino-americanos. França, Alemanha, Suécia e Reino Unido colocam os EUA como segunda maior ameaça — atrás apenas da Rússia, em guerra com a Ucrânia desde 2022 —, enquanto argentinos, brasileiros e mexicanos citam Washington como principal ameaça percebida.

A divulgação do estudo foi feita apenas um dia após democratas da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano acusarem o governo Trump de estar “cedendo a liderança global à China”, citando a guerra comercial e o recuo no engajamento internacional por meio de cortes na ajuda externa e em agências de mídia como a Voz da América, além do afastamento de aliados estratégicos para os Estados Unidos.

‘Desengajamento americano’

Em relatório, os membros da minoria na comissão afirmaram que o país estava “minando alianças e parcerias econômicas” e enfraquecendo sua capacidade de superar Pequim. A declaração foi feita enquanto republicanos na Câmara propõem um projeto de lei orçamentária que prevê a redução da assistência externa e a formalização do fechamento da Usaid, a agência de ajuda externa americana.

“À medida que os Estados Unidos recuam de sua liderança global sob o governo do presidente Trump, a China está bem posicionada e ansiosa para explorar esse momento de desengajamento americano”, disseram os parlamentares no documento. O texto também acrescenta que a China vem ganhando influência no cenário internacional enquanto o governo dos EUA reduz seu apoio a organismos como as Nações Unidas e diminui sua presença diplomática ao redor do mundo.



Os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da China, Xi Jinping, se cumprimentam durante jantar no resort Mar-a-Lago, na Flórida, em 6 de abril de 2017 — Foto: Doug Mills / The New York Times

Os democratas disseram que a campanha de tarifas promovida pelo presidente estava prejudicando as alianças dos Estados Unidos, e que os ataques a universidades e estudantes internacionais haviam danificado a reputação do país como polo global de talentos. Mas talvez o elemento mais interessante do relatório, conforme o New York Times, seja o fato de os democratas terem escolhido o relacionamento com a China — em vez da recusa inicial de Trump de ajudar a Ucrânia ou o efeito das tarifas — como eixo principal da crítica à segurança nacional do governo.

— Democratas e republicanos concordam em uma coisa: uma das maiores ameaças ao nosso futuro nos EUA, tanto em termos econômicos quanto de segurança nacional, é a competição com a China — disse a senadora Jeanne Shaheen, responsável pela iniciativa do relatório.— E ainda assim, ao observar o que o governo fez desde que assumiu o poder, vemos uma decisão atrás da outra que enfraquece qualquer resposta estratégica coordenada para lidar com a China.

Imagem desgastada

O governo do líder republicano rejeitou as conclusões do relatório, afirmando que a política externa de Trump tem sido “eficaz por causa de sua disposição de encarar qualquer um para conseguir

acordos melhores para o povo americano”. Em comunicado, a vice-secretária de imprensa da Casa Branca, Anna Kelly, acrescentou:

“Os democratas do Senado facilitaram e aplaudiram a fraqueza de Joe Biden quando negaram a teoria do vazamento do laboratório de Wuhan e permitiram que um balão espião vigiasse nosso país. Com o presidente Trump, os EUA voltaram a ser fortes (...). A estratégia [do presidente] está dando resultados, como evidencia o recente acordo comercial que abriu caminho para o acesso ao mercado chinês e as ações da China para controlar a disseminação do mortal fentanil”.



O presidente dos EUA, Donald Trump, participa de reunião comandada por seu homólogo chinês, Xi Jinping, durante a cúpula do G-20, em Hamburgo, na Alemanha, em 8 de julho de 2017 — Foto: Stephen Crowley / The New York Times

O relatório do Pew Research Center, porém, mostra que a imagem dos EUA tornou-se significativamente mais negativa no último ano, enquanto a visão sobre a China melhorou ligeiramente. Um exemplo é o caso do Canadá, que, apesar de hoje ainda ter uma visão favorável tanto de Washington (34%) quanto de Pequim (34%), apresentou uma queda de 20 pontos percentuais na percepção positiva sobre o vizinho americano, enquanto a visão favorável sobre a potência chinesa subiu 13 pontos.

Além disso, apesar de Trump ter índice de confianças mais altos do que seu homólogo chinês, Xi Jinping, em 11 dos países pesquisados, Xi aparece na liderança em outros seis, sendo a maior diferença no México, onde 36% confiam mais nele do que no republicano (8%). Desde o ano passado, quando o então presidente Biden era avaliado, a confiança na liderança americana caiu em 13 países e aumentou em seis, enquanto a confiança em Xi cresceu em 16 países e caiu apenas em Israel.

Na Alemanha, por exemplo, 63% dos adultos expressavam confiança em Biden em 2024. Este ano, bem menos alemães (18%) confiam em Trump. No mesmo período, a confiança em Xi subiu de 17% para 25%. Segundo o instituto, nos dez países pesquisados anualmente desde 2017, a mediana de confiança em Biden sempre foi superior à confiança em Xi. Neste ano, no entanto, a confiança mediana em Trump (22%) e Xi (24%) está praticamente empatada — algo que não ocorria desde 2020.

Lista de recomendações

Destacando a forte preocupação bipartidária em relação à China, o relatório democrata apresenta uma série de recomendações, incluindo a restauração da ajuda externa, a manutenção de um engajamento em organizações internacionais e o apoio a uma mídia global independente para combater a propaganda chinesa no exterior. Também pede que o Congresso recupere seu papel na formulação da política comercial.

Nos primeiros meses do segundo mandato de Trump, a Usaid foi desmontada, e a Agência dos Estados Unidos para Mídia Global — responsável por veículos como a Voz da América e a Rádio Ásia Livre — sofreu cortes drásticos de financiamento e demissões em massa. O governo ainda ordenou a revisão da participação em organizações internacionais, e retirou-se de entidades como o Conselho de Direitos Humanos da ONU e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Departamento de Estado iniciou o processo de demissão de milhares de diplomatas e outros funcionários sediados nos EUA como parte de uma ampla reestruturação, com relatos de que o governo estuda fechar 10 embaixadas e 17 consulados. Enquanto isso, observa-se que a China aumentou seu orçamento diplomático em 8,4%, planejou direcionar US\$ 500 milhões para a OMS e “segue investindo bilhões em programas internacionais de intercâmbio educacional e cultural”.

“A China está usando suas alavancas diplomáticas em países do Sul Global para retratar os Estados Unidos como um parceiro pouco confiável”, conclui o relatório da oposição.

(Com Bloomberg e New York Times)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/07/2025

TRUMP DIZ QUE TARIFAS SOBRE MEDICAMENTOS E CHIPS PODEM SER IMPLEMENTADAS ATÉ O FIM DO MÊS

Expectativa é que elas sejam implementadas com as sobretaxas que entrarão em vigor em 1º de agosto sobre importações de diversos países, incluindo o Brasil

Por Bloomberg — Washington



Donald Trump afirmou que provavelmente irá impor tarifas sobre produtos farmacêuticos já no fim deste mês — Foto: Al Drago/Bloomberg

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que vai impor tarifas sobre produtos farmacêuticos provavelmente no fim deste mês e que medidas semelhantes para os semicondutores também poderão ser aplicadas em breve.

A expectativa de analistas é que as tarifas sejam implementadas com as sobretaxas que passarão a vigorar em 1º de agosto sobre importações de diversos países, incluindo o Brasil.

— Provavelmente no fim do mês, e vamos começar com uma tarifa baixa, dando às empresas farmacêuticas cerca de um ano para se adaptarem, e então vamos torná-la uma tarifa muito alta — disse o presidente americano a repórteres ao retornar a Washington após participar de uma cúpula sobre inteligência artificial em Pittsburgh., onde anunciou acordos para o desenvolvimento de infraestrutura e produção de energia no valor de US\$ 92 bilhões (cerca de R\$ 511 bilhões), visando atender à crescente demanda por IA.

Trump também disse que o cronograma para a implementação de tarifas sobre semicondutores seria “semelhante” e considerou que impor essas tarifas sobre chips é “menos complicado”, sem fornecer mais detalhes.

Em uma reunião de gabinete no início deste mês, Trump disse que planejava impor uma tarifa de 50% sobre o cobre nas próximas semanas e que esperava que as tarifas sobre produtos farmacêuticos chegassem a 200%, após dar às empresas um ano para trazer a produção de volta aos Estados Unidos.

Ele já anunciou investigações sob a Seção 232 da Lei de Expansão do Comércio de 1962 sobre medicamentos, argumentando que uma enxurrada de importações estrangeiras estaria ameaçando a segurança nacional.

Ainda assim, quaisquer tarifas poderiam impactar imediatamente fabricantes de medicamentos como Eli Lilly, Merck e Pfizer, que produzem remédios no exterior — além de correr o risco de elevar os custos para os consumidores americanos.

O mesmo vale para os planos de Trump para tarifas sobre semicondutores, que devem atingir não apenas os próprios chips, mas também produtos populares como laptops e smartphones da Apple e da Samsung, que são produzidos fora dos EUA.

Em 2 de abril, em seu evento “Dia da Libertação”, Trump anunciou sua política de tarifas recíprocas, de ao menos 10%, afetando praticamente todos os países do mundo. As alíquotas de 10% entrariam em vigor no dia 5 daquele mês, enquanto que as maiores, no dia 9. No entanto, o presidente americano anunciou uma trégua de 90 dias, período em que os parceiros comerciais poderiam tentar chegar a um acordo com o governo americano.

A dois dias do prazo final para as negociações, Trump começou a enviar cartas a países que até então não tinham fechado acordo com os EUA, entre eles o Brasil. Nelas, informava que as sobretaxas seriam impostas a partir de 1º de agosto. No caso do Brasil, Trump surpreendeu o governo Lula impondo taxa de 50% sobre as importações brasileiras.

A ameaça de impor tarifas sobre medicamentos e chips surgiu justamente enquanto Trump, nos últimos dias, enviou cartas a diversos parceiros comerciais ditando unilateralmente as tarifas sobre muitas importações — ao mesmo tempo em que afirmava que continuaria realizando negociações.

Mais cedo, na terça-feira, Trump anunciou um acordo com a Indonésia reduzindo de 32% para 19% a tarifa anunciada em uma das cartas. Segundo os EUA, como parte do acordo, a Indonésia concordou em comprar US\$ 15 bilhões em energia americana, US\$ 4,5 bilhões em produtos agrícolas e 50 jatos da Boeing.

No mesmo dia, Trump previu que poderia fechar “dois ou três” acordos comerciais com países antes da implementação de suas chamadas tarifas recíprocas em 1º de agosto, afirmando que um acordo com a Índia era um dos mais prováveis. Ele acrescentou que os EUA estavam em discussões substantivas com entre cinco e seis países, mas que ele não se sentia necessariamente inclinado a finalizar acordos quando poderia simplesmente determinar uma tarifa unilateralmente.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/07/2025

CHEFE DA OTAN ADVERTE CHINA, ÍNDIA E BRASIL SOBRE RISCO DE SANÇÕES POR SEUS VÍNCULOS COM A RÚSSIA

Insatisfeito com resistência de Putin a um cessar-fogo na Ucrânia, Trump ameaçou taxar países que compram produtos russos

Por Bloomberg — Washington



O ex-premier da Holanda, Mark Rutte, que atualmente é secretário-geral da Otan — Foto: Denis Balibouse/AFP

O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, alertou que Brasil, China e Índia poderão enfrentar sanções secundárias dos Estados Unidos caso a Rússia não negocie um acordo de paz com a Ucrânia, e disse que esses países deveriam pressionar o presidente Vladimir Putin por um cessar-fogo.

— Minha recomendação a esses três países, especialmente, é: se você vive agora em Pequim, em Délhi, ou é o presidente do Brasil, talvez queira prestar atenção nisso, porque isso pode atingi-los com força — disse Rutte a jornalistas nesta terça-feira.

E continuou:

— Então, por favor, façam a ligação para Vladimir Putin e digam a ele que precisa levar a sério as negociações de paz, porque, caso contrário, isso vai se voltar contra o Brasil, a Índia e a China de forma massiva.

Trump anunciar, na segunda-feira, que está dando a Putin um prazo de 50 dias para iniciar conversas de paz com a Ucrânia, sob pena de enfrentar o que chamou de “tarifas secundárias” de 100%, além de sanções secundárias. Essas penalidades miram países que fazem negócios com nações sancionadas.

Trump não mencionou diretamente Brasil, China ou Índia, mas esses três países continuam comprando petróleo e derivados da Rússia desde que as forças de Putin invadiram a Ucrânia em 2022. Senadores americanos estão pressionando por um projeto de lei que impõe tarifas de 500% a países que mantêm relações comerciais com a Rússia.

— Continuaremos pressionando pela aprovação do projeto de sanções contra a Rússia, de minha autoria com o senador Graham, com penalidades ainda mais duras para dissuadir Índia, China, Brasil e outros de alimentar a máquina de guerra de Putin — escreveu o senador democrata Richard Blumenthal, de Connecticut, na rede X, na segunda-feira, sobre o projeto de lei que propôs com o senador republicano Lindsey Graham. — A ação do Congresso envia uma mensagem poderosa de apoio.

Medidas desse tipo podem dificultar as negociações dos EUA com Índia e China. A Índia está próxima de um acordo que prevê tarifas recíprocas de 20% antes da conclusão final, prevista para o outono. Já as relações com a China parecem estar melhorando após uma trégua comercial firmada em maio entre as duas maiores economias do mundo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ALCKMIN E VIEIRA COBRAM RESPOSTAS E MANIFESTAM INDIGNAÇÃO COM TARIFAS EM NOVA CARTA AO GOVERNO TRUMP

Apesar do apelo dos exportadores, governo brasileiro não solicitou extensão de prazo do início do tarifaço por 90 dias

Por Felipe Frazão

BRASÍLIA - O governo Luiz Inácio Lula da Silva enviou aos Estados Unidos uma nova carta endereçada ao governo Donald Trump, na qual cobra respostas sobre uma proposta de negociação e manifesta indignação com as tarifas de 50% anunciadas na semana passada.

O documento é assinado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.



O vice-presidente não solicitou aos EUA mais prazo para entrada em vigor de tarifas, como queriam exportadores brasileiros Foto: WILTON JUNIOR

A carta foi enviada nesta terça-feira, 15, por via diplomática. A embaixada do Brasil em Washington já protocolou o documento nesta quarta-feira, dia 16, perante as autoridades do governo Trump.

Os destinatários finais são o secretário de Comércio americano, Howard Lutnick, e o representante comercial (USTR) dos EUA, embaixador Jamieson



Greer.

Alckmin havia revelado que, dois meses atrás, enviou uma carta com uma proposta de negociação sobre as tarifas até então anunciadas, de 10% sobre o Brasil, cujos termos foram mantidos confidenciais. Porém, o governo americano jamais respondeu.

O vice-presidente e o chanceler alteraram uma versão anterior da carta, em que citavam questões de soberania e respeito à separação de poderes no Brasil.

Agora, restringem o teor a questões comerciais, como o superávit dos EUA na balança com o Brasil. Eles pedem a retomada do diálogo técnico, com negociadores comerciais e diplomáticos de Brasil e EUA. A última rodada de conversas ocorreu em 4 de julho, segundo o governo brasileiro.

Apesar do apelo dos exportadores ouvidos no MDIC para que o governo tentasse postergar o tarifaço de 50% por 90 dias, Alckmin e Vieira não solicitam extensão de prazo ao governo Trump.

Segundo diplomatas, os americanos afirmaram que o próprio presidente decidiu na Casa Branca adotar as tarifas de 50%, sem comunicar antes a decisão a suas autoridades de comércio exterior, e estabeleceu como prazo 1º de agosto.

Os ministérios divulgaram a seguinte nota conjunta sobre o teor da carta, antecipado pelo Estadão.

No contexto do anúncio por parte do governo norte-americano da imposição de tarifas contra exportações de produtos brasileiros para os EUA, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, enviaram ontem, dia 15 de julho, carta ao secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, e ao representante de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, nos seguintes termos:

1. O governo brasileiro manifesta sua indignação com o anúncio, feito em 9 de julho, da imposição de tarifas de importação de 50% sobre todos os produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos, a partir de 1º de agosto. A imposição das tarifas terá impacto muito negativo em setores importantes de ambas as economias, colocando em risco uma parceria econômica historicamente forte e profunda entre nossos países. Nos dois séculos de relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, o comércio provou ser um dos alicerces mais importantes da cooperação e da prosperidade entre as duas maiores economias das Américas.

2. Desde antes do anúncio das tarifas recíprocas em 2 de abril de 2025, e de maneira contínua desde então, o Brasil tem dialogado de boa-fé com as autoridades norte-americanas em busca de alternativas para aprimorar o comércio bilateral, apesar de o Brasil acumular com os Estados Unidos grandes déficits comerciais tanto em bens quanto em serviços, que montam, nos últimos 15 anos, a quase US\$ 410 bilhões, segundo dados do governo dos Estados Unidos. Para fazer avançar essas negociações, o Brasil solicitou, em diversas ocasiões, que os EUA identificassem áreas específicas de preocupação para o governo norte-americano.

3. Com esse mesmo espírito, o governo brasileiro apresentou, em 16 de maio de 2025, minuta confidencial de proposta contendo áreas de negociação nas quais poderíamos explorar mais a fundo soluções mutuamente acordadas.

4. O governo brasileiro ainda aguarda a resposta dos EUA à sua proposta.

5. Com base nessas considerações e à luz da urgência do tema, o governo do Brasil reitera seu interesse em receber comentários do governo dos EUA sobre a proposta brasileira. O Brasil permanece pronto para dialogar com as autoridades americanas e negociar uma solução mutuamente aceitável sobre os aspectos comerciais da agenda bilateral, com o objetivo de preservar e aprofundar o relacionamento histórico entre os dois países e mitigar os impactos negativos da elevação de tarifas em nosso comércio bilateral.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/07/2025

EUA USAM INVESTIGAÇÃO CASO LEI ECONÔMICA NÃO SIRVA PARA TAXAR BRASIL, DIZ DIRETOR DA EURASIA

Para Christopher Garman, lei pode não ficar de pé pelo fato de a relação dos EUA com o Brasil ser superavitária; negociação com abertura de investigação pode ser facilitada, avalia
Por Aline Bronzati (Broadcast)

NOVA YORK - O diretor da Eurasia para as Américas, Christopher Garman, avalia que a abertura de uma investigação contra práticas injustas do Brasil é uma tacada da gestão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, caso o uso da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) para taxar o País não se sustente.

“O governo Trump está preparando o terreno caso o uso da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional para taxar o Brasil em 50% não fique de pé pelo fato de a relação dos EUA com o Brasil ser superavitária”, diz Garman, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Após ameaçar o Brasil com uma taxa de 50%, a partir de 1º de agosto, o governo Trump vai abrir uma investigação comercial contra o Brasil. O anúncio foi feito na noite desta terça-feira, 15, por meio de comunicado do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), uma agência do governo federal.



Para Garman, abertura da investigação não escala guerra comercial entre os EUA e o Brasil Foto: Taba Benedicto/Estadão

Na visão de Garman, a abertura da investigação não escala a guerra comercial entre os EUA e o Brasil. Ao contrário, a negociação pode ser facilitada, mas é um processo mais longo, que pode durar cerca de seis meses, calcula. “É muito mais fácil negociar com o governo Trump tarifas nos termos da Seção 301 que uma tarifa linear de 50% usando a lei de poder econômico”, diz Garman.

A gestão Trump quer apurar se práticas e políticas do governo brasileiro seriam “irracionais ou discriminatórias” e se “oneram ou restringem o comércio dos EUA”. Entre os focos da investigação estão o comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, cobrança de tarifas preferenciais injustas, falha na aplicação de medidas anticorrupção, a proteção da propriedade intelectual, o acesso ao mercado de etanol e o combate ao desmatamento ilegal.

“É um processo de investigação, que passa pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos e pelo comércio. A decisão de se valer da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional foi direta do Trump sem passar pela equipe técnica”, explica o especialista.

Para Garman, alguns alvos da investigação podem não ser bem recebidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas, ainda assim, não é possível cravar uma reação pública por parte do Brasil à ofensiva americana. O ponto mais sensível é a questão ambiental.

Os EUA afirmam que o País “parece estar falhando em aplicar efetivamente as leis e regulamentos destinados a impedi-lo, prejudicando assim a competitividade dos produtores norte-americanos de madeira e produtos agrícolas”.

Na visão de Garman, os americanos estão se valendo da questão do desmatamento ilegal para ter cobertura para taxar a madeira vinda do Brasil. “Mas é claro que atinge um ponto sensível do Brasil diante da falta de credenciamento ambiental do Trump”, conclui.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/07/2025

CNI: TARIFAÇÃO PODE REDUZIR EM 0,16% O PIB DO BRASIL E DA CHINA; PIB AMERICANO PODE CAIR 0,37%

Segundo o levantamento, economia mundial pode ter queda de 0,12% e comércio global sofrer uma retração de 2,1% (US\$ 483 bilhões)

Por Talita Nascimento (Broadcast)

O conjunto de tarifas anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pode reduzir em 0,16% o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e da China, além de provocar uma queda de 0,12% na economia global e uma retração de 2,1% no comércio mundial (US\$ 483 bilhões). Estimam-se ainda queda de R\$ 52 bilhões nas exportações brasileiras e diminuição de 110 mil empregos no País. Já o PIB americano poderia cair 0,37% a partir das barreiras tarifárias impostas a Brasil, China e 14 outros países, além das taxas impostas à importação de automóveis e aço de qualquer lugar.

Os dados são de um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a partir de fontes oficiais e estudos econômicos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Universidade Federal de Minas Gerais), que traça um panorama das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos e estima o impacto das tarifas norte-americanas sobre a produção brasileira.



Levantamento estimou uma queda de R\$ 52 bilhões nas exportações brasileiras e a diminuição de 110 mil empregos no País
Foto: Anderson Coelho/Estadão

“Os números mostram que esta política é um perde-perde para todos, mas principalmente para os americanos. A indústria brasileira tem nos EUA seu principal mercado, por isso a situação é tão preocupante. É do interesse de todos avançar nas negociações e sensibilizar o governo americano da complementariedade das nossas relações. A racionalidade deve prevalecer”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

O levantamento menciona que os setores mais prejudicados com a tarifa sobre o Brasil são o de tratores e máquinas agrícolas, com queda estimada em 11,31% na exportação e redução de 4,18% na produção; aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte, com queda de 22,33% na exportação e redução de 9,19% na produção; bem como o de carnes de aves, com queda de 11,31% na exportação e redução de 4,18% na produção.

O Estados brasileiros mais afetados no PIB seriam:

- São Paulo (com queda de R\$ 4,4 bilhões)
- Rio Grande do Sul (- R\$ 1,9 bilhão)
- Paraná (- R\$ 1,9 bilhão)
- Santa Catarina (- R\$ 1,7 bilhão)
- Minas Gerais (- R\$ 1,66 bilhão)

Estima-se ainda que a participação das exportações aos EUA no faturamento bruto da indústria extrativa seja de 4,5% do total. Na extração de petróleo e gás natural, essa porcentagem é de 5,3%;

na indústria de transformação, 2,6%; outros equipamentos de transporte (aeronaves e embarcações), 22,1%; Madeira, 17%; Metalurgia, 10,1%; Máquinas e equipamentos, 4,8%; e Couros e Calçados/Celulose e papel, 4,5%.

Ainda segundo o estudo, o Brasil aplica tarifa média de 2,7% às importações de produtos americanos. Nos últimos dez anos (2015-2024), os EUA mantiveram superávit consistente com o Brasil de US\$ 43 bilhões em bens e US\$ 165 bilhões em serviços.

Além disso, os EUA são o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, sendo o destino de 12% das exportações brasileiras e a origem de 16% das importações. Os EUA são ainda o principal destino das exportações da indústria de transformação, correspondendo a 78,2% das exportações em 2024.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/07/2025

BRASIL CONTINUARÁ IMPORTANDO COMBUSTÍVEL RUSSO MESMO SE HOVER TARIFA DE EUA E OTAN, DIZ ABICOM

Gasolina e diesel produzidos pelas refinarias russas são fundamentais, afirma Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - As distribuidoras de combustíveis brasileiras até podem tentar priorizar a compra de derivados de petróleo de outros países, como os Estados Unidos, para tentar evitar sanções tarifárias prometidas pelo governo americano e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para quem faz negócios com a Rússia.

No entanto, a importação de diesel e gasolina russos ainda será necessária, avalia Sérgio Araújo, presidente-executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

“Se o cenário evoluir para o ponto em que o Brasil seja taxado por manter relações comerciais com a Rússia, o Brasil vai continuar comprando os produtos russos. Os derivados do petróleo produzidos pelas refinarias russas são fundamentais para o atendimento da demanda mundial. Não é simples assim tirá-los do mercado e encontrar fornecedores alternativos com a mesma capacidade de volume”, afirma.



Setor de importação considera que combustível da Rússia é fundamental para atender a demanda Foto: Paulo Liebert/Estadão

O presidente americano, Donald Trump, que tem promovido ondas de tarifas contra diversos países desde 6 de julho pelos mais diferentes motivos, anunciou na segunda-feira, 14, que vai impor tarifas de 100% à Rússia caso um acordo de paz com a Ucrânia não seja alcançado em 50 dias.

Na terça-feira, 15, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou que países como Brasil, China e Índia também podem ser tarifados em 100% como uma penalidade secundária por manterem negócios com Rússia, país já sancionado pelos Estados Unidos.

Brasil importa gasolina e diesel

As ameaças acendem um alerta, já que o Brasil importa entre 20% e 30% do diesel que consome e entre 5% e 10% da gasolina. Desde 2022, sem poder vender para a Europa, a Rússia tem praticado descontos em seus produtos e ganhou espaço nas exportações de gasolina para o Brasil.



Entre janeiro e junho de 2025, a compra do produto russo representou 39,1% do volume adquirido pelo Brasil. Os Estados Unidos aparecem em segundo (32,8%), aponta a consultoria StoneX, a partir de dados do governo.

Bruno Cordeiro, analista de Inteligência de Mercado da StoneX, pontua que “o mercado anda mais cético com a possibilidade de confirmação das medidas de Trump”, mas, se isso ocorrer, um caminho provável das importadoras seria buscar outro mercado, neste caso os Estados Unidos.

A compra de derivados americanos ganhou mais relevância com a queda do preço do petróleo desde o início do ano, o que reduz o principal diferencial russo.

“O Brasil tem uma exposição muito pequena em relação ao petróleo russo, mas em relação aos derivados e fertilizantes, a situação é mais preocupante. Se houver sanções secundárias, podemos ver uma maior chegada de produtos americanos e de produtos do Oriente Médio como uma forma de evitar sanções e punições pela internalização de produtos russos. Mas ainda não está claro como se dariam as sanções secundárias, ou seja, se é para empresas ou apenas para o país”, diz.

Araújo, da Abicom, pondera que o mercado americano também apresenta potenciais entraves.

“Os países da União Europeia não estão comprando produtos da Rússia, estão comprando dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, se as tarifas de 50% prometidas ao Brasil na última semana forem praticadas e houver retaliação brasileira, grande parte do diesel e da gasolina que são importados pelas empresas brasileiras vão ficar mais caros. Esse aumento de custo possivelmente levaria à procura de outros fornecedores.”

A visão é endossada por Frederico Nobre, gestor de investimentos da Warren. “Historicamente, o Brasil importava muito diesel da Costa do Golfo, nos Estados Unidos, mas talvez isso fique inviável se não houver nenhuma exceção na questão da tarifa de 50% [que os Estados Unidos prometem aplicar ao Brasil a partir de 1º de agosto]. Como uma alternativa, temos a própria Petrobras que possui a maior parte do mercado”, diz.

Mercados alternativos

Araújo avalia que os mercados de Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait podem trazer uma resposta parcial para a demanda brasileira. Ao mesmo tempo, a estatal brasileira teria dificuldades em atender a demanda que hoje é suprida pela Rússia, de pelo menos 1 milhão de metros cúbicos de diesel por mês.

Além disso, em se confirmando o cenário de imposto de importação, o “preço seria bem maior do que a empresa tem praticado, que é abaixo da paridade de importação”, reforça.

“A poeira precisa assentar para ver exatamente quais vão ser os impactos, mas por ora predomina uma avaliação de que o quadro que está pintado não vai ser totalmente concretizado”, complementa.

Dentre as distribuidoras, a Vibra aparece como a maior importadora do diesel russo, podendo ser a mais impactada caso o Brasil, de fato, se torne alvo das sanções secundárias, avalia João Abdouni, analista da Levante Inside Corp.

Raízen e Ultrapar aparecem num segundo grupo. No entanto, o especialista vê os efeitos para as companhias bastante limitados.

“Há uma sensação ruim no momento que talvez leve à perda de um pouco de margem se as distribuidoras não puderem contar com o diesel russo, mas as medidas tarifárias são inócuas para fins de commodities primárias. Se as negociações com um país não são possíveis, essas empresas buscam outras rotas. Vejo um impacto muito pequeno na margem da Vibra”, finaliza.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/07/2025

TARIFAÇÃO SOBRE A CARNE BOVINA É PROBLEMA MAIOR PARA OS EUA DO QUE PARA O BRASIL, DIZ ESPECIALISTA

EUA compram 4,5% da produção nacional por ano e teriam dificuldade de encontrar rapidamente outro fornecedor desse volume com preço tão baixo como o do produto brasileiro

Por Márcia De Chiara

Em meio às turbulências que o tarifaço de Donald Trump tem provocado no mercado de carne bovina brasileira, com aumento da cautela por parte de pecuaristas e frigoríficos e até um ligeira queda nos preços da arroba do boi gordo, Guilherme Jank, economista e analista da Datagro, considera o problema muito mais difícil de ser resolvido pelos Estados Unidos do que pelo Brasil. “O Brasil é mais importante para os EUA na carne bovina do que os EUA para o Brasil”, afirmou o economista.

Na terça-feira, 15, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Roberto Perosa, disse, após reunião do setor agropecuário no âmbito do comitê interministerial do governo que discute a reação do Executivo ao tarifaço dos EUA, que a sobretaxa de 50% sobre a carne bovina brasileira torna inviável a exportação para o mercado americano.

Perosa destacou que cerca de 30 mil toneladas de mercadoria com destino aos EUA estavam paradas em portos e até em alto-mar.



EUA compram 4,5% da produção anual de carne bovina brasileira Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Os EUA são o segundo maior comprador da proteína brasileira, atrás apenas da China. Neste ano, o país comprou 4,5% da produção brasileira. Isso representa 400 mil toneladas por ano, disse Jank. Os 95,5% restantes da produção de carne bovina têm mercado.

Publicidade

No entanto, esses 4,5% representam um pequeno excesso de oferta no curto prazo, que afeta as operações, os mercados futuros. “Isso é natural”, observou o economista. Num primeiro momento, essa sobreoferta assusta e tem reflexos em preços e nas expectativas.

Dependência brasileira

Jank ressaltou que o mundo depende da carne do Brasil. “Mesmo que o Brasil não consiga exportar para os EUA, os americanos terão de comprar carne de outros países e os outros países têm limitação de oferta.” O resultado desse movimento de realocação é que será aberto espaço para o Brasil em outros mercados.

México, por exemplo, lembrou o analista, não era um mercado relevante até um ano e meio atrás para o Brasil. Mas, no primeiro semestre deste ano, foi o quarto maior comprador de carne bovina brasileira.

Também o país se tornou o segundo mercado entre os 20 principais que mais aumentaram as compras do Brasil no período. Há um consenso entre os analistas, disse Jank, de que outros mercados teriam interesse em absorver parte do que o Brasil exporta aos EUA. “Isso tende a aliviar um pouco o choque inicial da medida.”

Dificuldade de novos fornecedores

Outro ponto levantado por Jank que reforça que o tarifaço sobre a carne bovina brasileira é uma problema maior para os EUA do que para o Brasil diz respeito a dificuldade que os americanos terão para encontrar rapidamente um fornecedor de grandes volumes e com preços competitivos.

O Brasil respondeu neste ano por 5,4% de toda a carne bovina consumida pelos americanos entre janeiro a maio. São 710 mil toneladas por ano. Isso equivale a 90% das exportações anuais de carne bovina da Argentina e a um terço da exportação anual da Austrália. “Será difícil ter essa carne de outros lugares do mundo, seja em volume, seja em preço. Em volume podem até conseguir, mas vão pagar muito caro por isso.”

O preço da carne brasileira destinada à exportação, em média, de US\$ 5,45 por quilo, é um dos mais baixos do mundo, observou o analista.

Na Argentina, essa média é de US\$ 5,6, no Paraguai, US\$ 5,8; no Uruguai acima de US\$ 6,6, no México e Canadá varia entre US\$ 8 e US\$ 9, na Austrália supera US\$ 7 e nos EUA, oscila entre US\$ 11 e US\$ 12 por quilo. “Nenhum outro mercado tem capacidade de competir nas mesmas condições do Brasil.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/07/2025

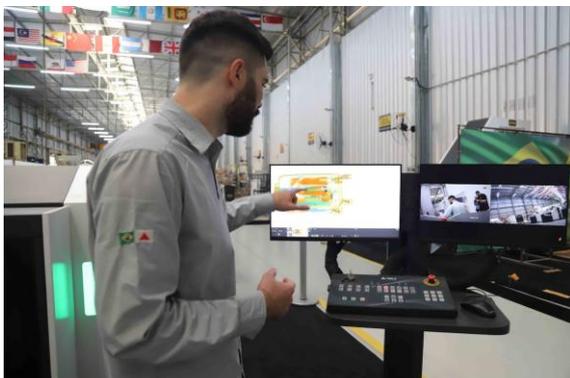
GOVERNO DE MINAS GERAIS IMPULSIONA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COM O PROGRAMA COMPETE MINAS

Iniciativa já apoiou quase 200 projetos e fortalece o empreendedorismo tecnológico em todo o Estado

Por Governo de Minas Gerais e Estação Blue Studio

Com investimento de mais de R\$ 67,8 milhões desde 2022, o programa Compete Minas, do Governo de Minas Gerais, tem estimulado a inovação tecnológica das empresas que atuam em todo o Estado. A iniciativa já beneficiou cerca de 200 projetos de base tecnológica com recursos não reembolsáveis, fomentando o desenvolvimento de soluções inovadoras em diferentes regiões mineiras.

O programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), e busca ampliar a competitividade empresarial por meio do estímulo à inovação, ao desenvolvimento tecnológico e à geração de soluções que impactem positivamente a vida da população.



O Compete Minas busca ampliar a competitividade empresarial por meio do estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico Foto: SedeMG/Divulgação

Um dos exemplos de destaque entre os projetos apoiados é o da VMI Sistemas de Segurança, de Lagoa Santa (RMBH), que desenvolveu um sistema de raio X com quatro perspectivas alimentado por inteligência artificial (IA), capaz de identificar objetos ocultos em bagagens com maior precisão. A tecnologia, que representa um avanço significativo na segurança de aeroportos, recebeu R\$ 992 mil em recursos do Compete Minas na primeira rodada do edital, em 2022. O projeto proporciona imagens mais detalhadas ao utilizar quatro geradores de raio X, o dobro do que é comumente usado em aeroportos, reduzindo pontos cegos e a necessidade de inspeções manuais.

Expansão e novas oportunidades

Com foco no estímulo contínuo à inovação, o programa lançou sua quarta rodada de editais, que está com inscrições abertas até 31 de julho. Nesta edição, serão destinados R\$ 50 milhões para apoiar novas propostas de empresas, startups e cooperativas que desenvolvam produtos, serviços, bens e processos inovadores.

A novidade desta rodada é a unificação das linhas “Tríplice Hélice” e “Empresas, Cooperativas e Startups”, proporcionando mais simplicidade e flexibilidade na participação. Além disso, o programa agora conta com o apoio do Sebrae, ampliando o suporte às empresas de pequeno e médio porte na elaboração e execução dos projetos.

O Compete Minas reforça o compromisso do Governo de Minas Gerais com o fortalecimento do ecossistema de inovação, criando um ambiente propício ao empreendedorismo tecnológico, à geração de empregos qualificados e ao desenvolvimento econômico sustentável no Estado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/07/2025

O QUE É A SEÇÃO 301 E O QUE PODE ACONTECER COM O BRASIL COM A INVESTIGAÇÃO COMERCIAL DOS EUA?

Órgão americano abriu, a pedido de Donald Trump, investigação contra práticas comerciais do País
Por Geovanna Hora

O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) anunciou, em um comunicado divulgado na noite desta terça-feira, 15, que iniciou uma investigação contra o Brasil a pedido do presidente americano Donald Trump.

A investigação ocorrerá com base na Seção 301, que faz parte da Lei de Comércio de 1974, assinada pelo então presidente Gerald Ford. A ferramenta da legislação norte-americana já foi utilizada em outros momentos, inclusive contra o Brasil nos anos 1980, e voltou a ser citada uma semana após o anúncio de que todos os produtos brasileiros enviados aos Estados Unidos serão taxados em 50% a partir do dia 1º de agosto.

O que é a Seção 301?

A Seção 301 é uma ferramenta de política comercial que permite aos EUA investigar e retaliar outras nações contra práticas comerciais consideradas injustas, discriminatórias ou restritivas ao país, explica José Luiz Pimenta, professor do curso de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). “Funciona, na realidade, como um mecanismo de pressão unilateral fora do âmbito direto da Organização Mundial do Comércio (OMC)”, afirma.

Com este mecanismo, a Casa Branca pode investigar políticas tarifárias, barreiras comerciais e restrições digitais - no caso do Brasil, o comunicado do USTR afirmou que a investigação abordará “atos, políticas e práticas do governo brasileiro relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais injustas; interferência anticorrupção; proteção da propriedade intelectual; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal”.



USTR iniciou investigação contra o Brasil a pedido do presidente Donald Trump. Foto: Andrew Caballero-reynolds/ANDREW CABALLERO-REYNOLDS

O que pode acontecer com o Brasil?

Pimenta explica que, em um primeiro momento, o Brasil será investigado pelo USTR, responsável por comprovar ou não as irregularidades apontadas. Se a agência considerar que o País está errado, os EUA estariam autorizados, pela legislação norte-americana,



a impor medidas retaliatórias.

O professor da ESPM aponta que, entre as possíveis respostas, estão a imposição de tarifas adicionais, além das taxas já anunciadas, e a suspensão de concessões tarifárias, programas ou benefícios comerciais, como o Sistema Geral de Preferências, programa de benefícios tarifários concedidos pelos países desenvolvidos as nações em desenvolvimento. “Eles também podem restringir às exportações de produtos dos EUA ao Brasil e, por fim, limitar a quantidade de produtos comprados pelos EUA originários do Brasil”, acrescenta.

Como acontece a investigação?

Qualquer pessoa pode solicitar uma investigação nos termos da Seção 301 ao USTR, que tem até 45 dias para avaliar se a , de acordo com informações do Congresso dos EUA. A lei não especifica os critérios para essa decisão. A agência também pode iniciar uma investigação por conta própria, desde que as partes interessadas - públicas ou privadas - sejam consultadas.

Se for aberta uma apuração sobre o caso - como acaba de acontecer com o Brasil -, a investigação é encaminhada ao Comitê da Seção 301, órgão subordinado ao Comitê de Política Comercial Interagências (TPSC, na sigla em inglês), liderado pelo USTR. Trump havia pedido na semana passada a investigação sobre o País, o que se deu oficialmente nesta terça-feira, inclusive com o USTR já solicitando informações ao Brasil. Uma audiência relacionada ao caso está marcada para o dia 3 de setembro.

A fase investigativa tem prazo de 12 meses, que pode ser prorrogado, e conta com análise da petição, audiências públicas e consultas formais com o país investigado, além da possibilidade de solicitar procedimentos formais de soluções de controvérsias no âmbito da OMC.

A USTR é a responsável por determinar se há ou não violações, com base em recomendações do TPSC. Em casos afirmativos, a agência decide quais ações serão tomadas em até 30 dias. Ainda segundo o Congresso dos EUA, as ações retaliatórias autorizadas pela Seção 301 são:

- Imposição de tarifas ou outras restrições à importação;
- Retirada ou suspensão de concessões de acordos comerciais;
- Firmamento de um acordo vinculativo com o governo estrangeiro para cessar a conduta em questão ou compensar os EUA.

As ações cessam após quatro anos, a menos que o USTR receba um pedido de continuidade e faça uma revisão do caso.

Quais países já foram investigados sob a Seção 301?

Esta não é a primeira vez que o Brasil é investigado sob a Seção 301. Em 1985, o País foi acusado pelos EUA de impor leis que restringiam o acesso de empresas de tecnologia americanas ao mercado nacional. As tensões duraram por anos, mas o Brasil começou a abrir o mercado gradualmente a partir do governo de Fernando Collor.

Já em 1987, o País foi investigado pelo USTR devido a reclamação dos americanos de que o Brasil não concedia patentes para produtos farmacêuticos e para processos de fabricação de medicamentos, com a intenção de manter preços baixos. Os EUA chegaram a suspender benefícios tarifários ao País sob o Sistema Geral de Preferências. O governo brasileiro rejeitou a pressão, mas em 1996 decidiu conceder as patentes para medicamentos.

Outros países também foram investigados sob a Seção 301, como o Japão (que chegou a sofrer uma imposição tarifária de 100% sobre US\$ 300 milhões em bens eletrônicos japoneses em 1985), a Índia (que exigiu que as montadoras estrangeiras elevassem o conteúdo local a 70% e limitassem importações, em 1997, mas retirou as exigências após decisão da OMC favorável ao USTR) e a China, investigada durante o primeiro governo de Donald Trump.



VALOR ECONÔMICO (SP)

BR DO MAR REDUZIRÁ DE 20% A 60% OS CUSTOS LOGÍSTICOS E POTENCIALIZARÁ SETOR PORTUÁRIO, DIZ COSTA FILHO

Programa, que veio na esteira da greve dos caminhoneiros, de 2018, visa estimular o crescimento da cabotagem – o transporte entre portos ou pontos do território brasileiro

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho
— Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência BR

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o programa BR do Mar, voltado para a cabotagem, irá reduzir de 20% a 60% os custos logísticos no Brasil, potencializando o setor portuário brasileiro. O decreto que regulamenta o programa foi assinado, nesta quarta-feira (16), pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e lançado, sem a presença do chefe do Executivo, em evento no Palácio do Planalto, em Brasília.

O Programa BR do Mar visa estimular o crescimento da cabotagem, que é o transporte entre portos ou pontos do território brasileiro. A iniciativa foi criada por lei sancionada em janeiro de 2022.

O objetivo é facilitar a entrada de novos transportadores de carga na cabotagem e a utilização de embarcações estrangeiras afretadas por Empresas Brasileiras de Navegação. O governo também espera estimular a construção de embarcações sustentáveis.

Greve dos caminhoneiros

A ideia veio na esteira da greve dos caminhoneiros, em 2018. A paralisação, que afetou diversos setores da economia, evidenciou a dependência do sistema logístico brasileiro do transporte rodoviário de cargas. O projeto de lei com a ideia inicial do programa foi apresentado ao Congresso em 2020.

Costa Filho afirmou que o programa BR do Mar vai gerar fortalecimento da indústria naval e terá impacto importante na cabotagem. Segundo ele, o programa foi construído com participação de entidades, sindicatos e setor produtivo.

"Vai fazer com que possamos utilizar nosso mar, rios e, sobretudo, os oito mil quilômetros de litoral brasileiro para transformá-lo em uma grande BR, para que a gente amplie cabotagem no Brasil", afirmou. Costa Filho mencionou que 65% do transporte de carga do Brasil são feitos pelo modal rodoviário e defendeu a importância de o Brasil diversificar sua matriz com iniciativas como a lançada hoje.

Em entrevista a jornalistas após o evento, o ministro afirmou, entre outros pontos, que o governo está autorizando que as empresas possam contratar empresas de navegação saindo de um período de 12 meses para em torno de 36 meses. Passa a permitir ainda que se possa fazer contratos a longo prazo, o que, até então, era proibido.

"Agora vamos poder ter contratos de dez, quinze, vinte anos para que possa fortalecer a indústria e dar previsibilidade para que quem investir no Brasil", disse.

Programa BR dos Rios

Em outra frente, o ministro afirmou que o governo irá lançar o programa BR dos Rios no segundo semestre. A iniciativa tem como objetivo incentivar o uso dos rios brasileiros para movimentação de cargas.

Sobre o tema, o ministro afirmou que o governo está indo em direção a dialogar com a agenda hidroviária no Brasil. Ele afirmou que o ministério trabalha para lançar o programa, no mais tardar, em outubro.

"Nunca houve nenhuma concessão hidroviária no Brasil. Vamos fazer esse ano, já foi autorizado pela Antaq [Agência Nacional de Transportes Aquaviários] e em breve deve ser aprovada pelo Tribunal de Contas da União a primeira concessão hidroviária brasileira, que será a hidrovía do Paraguai", disse, sinalizando que o governo tem interesse em lançar outras concessões no setor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025

PARA CNA, PROJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 'MODERNIZA, AGILIZA E DESBUROCRATIZA' CONCESSÃO DE LICENÇAS

Segundo o consultor de meio ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, a medida ajudará a reduzir custos logísticos, garantir segurança jurídica e gerar benefícios aos produtores rurais

Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília



Segundo o consultor de meio ambiente da CNA, o custo de transporte para o produtor rural por falta de licenciamento de hidrovias, ferrovias e portos é muito alto, e, com a aprovação deste projeto de lei, esse custo de frete poderá baixar — Foto: Fabio Scremin/Divulgação/APPA

O consultor de meio ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus, avalia que o projeto de lei do novo marco do licenciamento ambiental "moderniza, agiliza e desburocratiza" o processo de concessão de licenças.

Segundo ele, a medida ajudará a reduzir custos logísticos, garantir segurança jurídica e gerar uma série de benefícios aos produtores rurais.

"O custo de frete de um produtor rural, hoje, na região Centro Oeste, por exemplo, chega a custar 30% da produção. Nos Estados Unidos, esse custo é de 3%. É um custo muito alto só em transporte por falta de licenciamento de hidrovias, ferrovias, de modal de transporte, de portos", afirma.

"Esperamos que, com a aprovação e sanção dessa lei, nós possamos baixar os custos de produção para o produtor rural. Produzir alimentos com um custo menor beneficia toda a sociedade brasileira", completa.

Segundo o consultor, o tema não tem um marco regulatório atualizado, o que é aguardado desde 2011, quando foi publicada a Lei Complementar 140, que regula a divisão de competências entre a União, Estados e municípios.



“Os processos de licenciamento ambiental serão mais ágeis, menos onerosos e previsíveis, evitando-se, por exemplo, a duplicidade de exigências e demora nos procedimentos de análise”, afirma Justus.

Com o novo marco, Justus diz que aumentará a segurança jurídica dos negócios em geral. “Hoje há divergência de entendimentos entre órgãos federais, estaduais, o Ministério Público. Agora, com a lei do licenciamento, o produtor vai saber de forma mais clara quais são suas obrigações para que ele continue produzindo e cumprindo suas obrigações com a legislação ambiental”, opinou.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) considera que a proposta de nova lei moderniza e padroniza o licenciamento ambiental em todo o território nacional. O projeto “enfrenta os gargalos burocráticos que hoje travam a infraestrutura essencial do país, como rodovias, ferrovias, energia, saneamento e habitação, o que impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros”, disse, em nota.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), há mais de 27 mil normas federais e estaduais que regem o licenciamento ambiental. “Essa fragmentação normativa gera insegurança jurídica, paralisa obras e afasta investimentos”, diz a FPA.

A bancada ruralista citou o exemplo da Transnordestina, obra que deveria estar pronta desde 2017 e ainda não foi concluída. Também há dezenas de hidrelétricas, linhas de transmissão e sistemas de saneamento parados por falta de licenciamento, o que compromete o abastecimento, encarece a produção e prejudica o meio ambiente.

A bancada também rebateu críticas em relação à dispensa de licenciamento para atividades agropecuárias, como agricultura ou pecuária extensiva, mesmo em imóveis com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) pendente, o que poderia favorecer irregularidades. De acordo com a FPA, a dispensa está limitada a atividades tradicionais em áreas com CAR inscrito e que estejam em processo formal de regularização. “Isso estimula e evita penalizações indevidas aos pequenos produtores”, defendem os parlamentares em nota técnica divulgada recentemente.

A bancada ruralista também pontuou que não há isenção ampla, geral e irrestrita para projetos de licenciamento ambiental e que os entes federativos, como Estados e municípios, terão autonomia para definir quais obras têm médio e baixo impactos. A frente ainda aponta que os prazos previstos no texto são “razoáveis” e que há previsão de prorrogação.

Segundo a FPA, o projeto reforça a autonomia técnica dos órgãos ambientais, que continuam responsáveis por definir, caso a caso, o tipo de licença e os estudos exigidos. Projetos como a BR-319 ou a exploração de petróleo na Foz do Amazonas seguem sujeitos a licenciamento completo, com atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e exigência de estudos aprofundados.

Também permanecem obrigatórias as manifestações técnicas de órgãos como Funai, Iphan e ICMBio nos casos de impacto direto sobre áreas reconhecidas. “O projeto apenas organiza o papel desses órgãos, preservando sua atuação quando há sobreposição com territórios formalmente titulados”, diz a FPA.

Outra inovação destacada pela bancada é a definição de prazos máximos para a tramitação do licenciamento, trazendo previsibilidade sem prejudicar a análise técnica. Hoje, há casos em que empreendedores aguardam por anos uma decisão. O novo texto corrige essa distorção, sem reduzir o rigor dos padrões ambientais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025

COSTA FILHO CRITICA DECLARAÇÕES DE EDUARDO BOLSONARO SOBRE TARIFAÇO: 'ME DEU VERGONHA'

Eduardo voltou a pressionar o governo brasileiro e o Supremo Tribunal Federal (STF) pela anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



Costa Filho: 'A fala do deputado me deu vergonha em exercer o mandato de deputado federal' — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, criticou as falas do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) envolvendo o tarifaço. Ele firmou que as declarações o envergonharam em exercer mandato como parlamentar na Câmara. As críticas aconteceram durante evento, nesta

quarta-feira (16), no Palácio do Planalto, para assinatura do decreto que regulamenta o BR do Mar.

"Nunca vi um cidadão, com mais de 1 milhão de votos representando o Estado de São Paulo, pegar o telefone celular e dizer que ou o Brasil adota medidas como anistia, entre outras, ou vamos prejudicar o Brasil no tarifaço", afirmou. "A fala do deputado me deu vergonha em exercer o mandato de deputado federal."

Pressões por anistia

Eduardo voltou a pressionar o governo brasileiro e o Supremo Tribunal Federal (STF) pela anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em publicação nesta semana, afirmou que, caso a medida não avance, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, poderá impor novas sanções ao Brasil.

O deputado está desde março nos Estados Unidos, em diálogo com o governo americano. Ele também iniciou uma série de críticas ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por buscar intermediação com os empresários paulistas na busca por soluções sobre o tarifaço.

O argumento dele é que a busca de acordo pode esvaziar a pressão por um recuo das instituições brasileiras em relação ao julgamento de Bolsonaro e por "anistia ampla, geral e irrestrita". Já o governador tem oscilado entre acenos ao bolsonarismo e a empresários após o tarifaço.

Costa Filho afirmou a jornalistas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem adotado uma postura estadista e equilibrada, ouvindo diversos segmentos para construir soluções para a questão.

Pix e 25 de março

Também presente no evento, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, mencionou a postura do presidente americano e afirmou que é "inacreditável" a preocupação com o Pix e com o comércio popular na rua 25 de março, em São Paulo.

"É inacreditável algo dessa natureza. A resposta que o Brasil tem que dar é com serenidade, muito diálogo, firmeza, altivez e união do seu povo, porque o Brasil pertence aos brasileiros. Nenhuma outra nação ou líder mundial pode escolher, seja a atividade que vai se dar na 25 de Março, seja o meio de pagamento ou qualquer outra coisa que seja de definição do Brasil. Nós, brasileiros, que vamos definir", defendeu.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025

ECONOMIA RESILIENTE DA CHINA ESCONDE CORTES SALARIAIS E TRABALHOS PARALELOS

Falta de demanda está pressionando os lucros e alimentando a deflação no país, apesar do aumento das exportações no trimestre

Por Reuters — Pequim



Vista de cruzamento em Shanghai, na China — Foto: Wilbur Ludlow/Pexels

Zhang Jinming, funcionário de uma empresa estatal da China, compensa um corte de 24% em seu salário entregando comida por três horas todas as noites após o trabalho e aos fins de semana – e espera conseguir evitar encontros constrangedores com colegas.

“Ser entregador em tempo parcial enquanto trabalho para uma empresa estatal não é exatamente visto como respeitável,” disse Zhang, cujo salário na empresa imobiliária é de 4.200 yuans (US\$ 585) por mês, abaixo dos 5.500 yuans anteriores.

Enquanto a China tem sustentado o crescimento econômico mantendo seus portos e fábricas ativos, a falta de demanda real afetou os lucros, pressionando trabalhadores como Zhang com cortes salariais e obrigando-os a ter empregos extras.

“Não há outra saída,” acrescentou o jovem de 30 anos, que anda de scooter até as 23h30, ganhando 60 a 70 yuans por noite. “O corte salarial me deixou sob enorme pressão. Muitos colegas pediram demissão e eu assumi a carga de trabalho deles.”

A economia chinesa registrou um crescimento robusto de 5,2% no segundo trimestre, mostrando que seu modelo focado em exportações resistiu até agora às tarifas dos Estados Unidos. Mas por trás da aparente resiliência, as fissuras aumentam.

Atrasos em pagamentos de contratos e faturas estão crescendo, inclusive entre campeões das exportações como as indústrias automotiva e eletrônica e no setor de utilidades, cujos donos, governos locais endividados, precisam administrar com rigor enquanto apoiam fábricas afetadas pelas tarifas.

A feroz competição por uma fatia da demanda externa, afetada pelas tensões comerciais globais, está comprimindo os lucros industriais, alimentando a deflação nos preços de fábrica, mesmo com o aumento do volume de exportações. Os trabalhadores suportam o peso dos cortes de custos das empresas.

Lucros e salários em queda reduziram a arrecadação fiscal, pressionando empregadores estatais como o de Zhang a cortar custos também. Em alguns segmentos do sistema financeiro, os empréstimos inadimplentes estão aumentando à medida que as autoridades pressionam os bancos a emprestar mais.

Na maior parte, a natureza desigual do crescimento na segunda maior economia do mundo é resultado de políticas que favorecem exportadores em detrimento dos consumidores.

Economistas há muito tempo recomendam que Pequim redirecione o apoio para setores focados no mercado interno, como educação e saúde, ou aumente o consumo das famílias — por exemplo, fortalecendo o bem-estar social — sob o risco de desaceleração na segunda metade do ano.



Max Zenglein, economista sênior para Ásia-Pacífico do Conference Board of Asia, descreve a China como uma “economia de velocidade dupla”, com indústria forte e consumo fraco, observando que os dois aspectos estão relacionados.

“Alguns dos desafios econômicos, incluindo baixa lucratividade e pressão deflacionária, são em grande parte causados pela expansão contínua da capacidade nos setores de manufatura e tecnologia,” disse Zenglein.

“O que está se desenrolando agora” na guerra comercial com os EUA “está voltando para casa como um problema doméstico.”

Impacto na renda

Frank Huang, professor de 28 anos na cidade de Chongzuo, com mais de 2 milhões de habitantes na região endividada de Guangxi, perto da fronteira com o Vietnã, diz que sua escola não o paga há dois a três meses, esperando que as autoridades liberem os fundos.

“Só posso aguentar, não ousa desistir,” disse Huang, que depende dos pais quando seu salário de 5.000 yuans não chega. “Se eu fosse casado, com hipoteca, financiamento de carro e filho, a pressão seria inimaginável.”

Outra professora de Linquan, um condado rural de 1,5 milhão no leste da China, disse que recebe apenas seu salário básico mensal de 3.000 yuans. A parte variável do pagamento, baseada em desempenho, normalmente cerca de 16%, “tem sido constantemente atrasada.”

“Depois de pagar gasolina, estacionamento e taxa de condomínio, o que sobra não é suficiente para as compras,” disse a professora, que forneceu apenas o sobrenome Yun por questões de privacidade.

“Sinto que estou implorando,” acrescentou Yun. “Se não fosse pelos meus pais, eu passaria fome.”

Não há dados sobre atrasos em pagamentos no setor governamental. Mas entre as empresas industriais, os atrasos cresceram rapidamente em setores com forte presença estatal, seja por política industrial ou, como nas utilidades, por propriedade direta.

Os atrasos nos setores de computadores, comunicação e equipamentos eletrônicos, e na fabricação de automóveis — duas prioridades dos planejadores econômicos da China — aumentaram 16,6% e 11,2%, respectivamente, no ano até maio, mais rápido que a média de 9% nas indústrias em geral. Os pagamentos atrasados subiram 17,1% e 11,1% nos setores de água e gás.

Esses números indicam estresse de liquidez e são um efeito colateral das autoridades priorizarem produção sobre demanda, disse Minxiong Liao, economista sênior da GlobalData.TS Lombard APAC.

“O resultado deve ser crescimento mais lento para esses setores campeões” no futuro, afirmou.

Gastos adiados

Com a renda sob pressão, Pequim enfrenta dificuldades para cumprir sua promessa de aumentar o consumo das famílias e cresce a preocupação de que a deflação persistente prejudique ainda mais a economia, já que os consumidores adiarão seus gastos.

Huang Tingting deixou seu emprego de garçomete no mês passado, depois que o movimento em seu restaurante — e na maioria das lojas próximas — despencou em abril, no auge das tensões comerciais entre EUA e China. Respondendo à queda nas receitas, o dono do restaurante pediu aos funcionários que tirassem quatro dias de licença não remunerada todo mês.

“Ainda preciso pagar o aluguel e viver minha vida,” disse a jovem de 20 anos da província leste de Jiangsu, potência exportadora que supera o crescimento nacional, explicando por que saiu do emprego.

Antes, porém, ela conseguia outro trabalho em restaurante em um ou dois dias. Desta vez, está desempregada desde junho. Um recrutador disse que para a vaga que ela se candidatou havia mais de 10 candidatos.

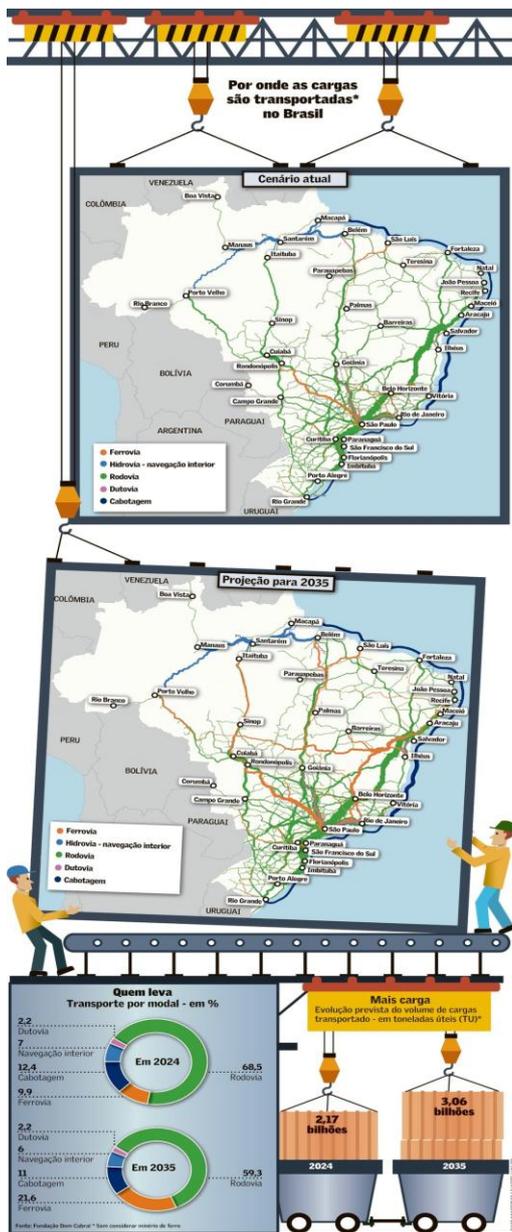
“O mercado de trabalho este ano está pior do que no ano passado,” disse Huang.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/07/2025

PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA 2050 DEVERÁ REFERENCIAR EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Pela primeira vez, novos corredores logísticos serão planejados a partir da expectativa de demanda futura por parte do setor produtivo

Por Por Domingos Zapparoli — Para o Valor, de São Paulo



O governo prevê publicar neste ano o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, documento que deverá referenciar a expansão da oferta de infraestrutura de transportes do país. Pela primeira vez, novos corredores logísticos serão planejados a partir da expectativa de demanda futura por parte dos usuários. “Ouvir a sociedade é uma mudança de paradigma”, diz o professor Paulo Resende, especialista em logística da Fundação Dom Cabral (FDC) e responsável pelo levantamento, encomendado à instituição pelo Ministério dos Transportes. “No Brasil, os investimentos em infraestrutura sempre foram realizados para atender interesses políticos, não a demanda dos usuários”.

A ferrovia Transnordestina e o corredor bioceânico são exemplos, segundo Resende, de obras que não estão entre as prioridades do setor produtivo. “O agricultor pode se interessar em uma saída para o Pacífico, se for bem planejada e representar uma redução de custos, mas não vê ganhos com um corredor bioceânico que pode encarecer o projeto e os custos.” Outro problema é a descontinuidade das obras. Em abril eram 11.469 as obras paralisadas, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nas entrevistas, Resende se deparou com uma grande descrença de embarcadores e transportadores na capacidade do Brasil em planejar e executar uma eficiente expansão da malha de transportes. Um planejamento para 2050 é ainda menos crível. “Está enraizado na sociedade que historicamente nossos governantes são imediatistas e não contemplan o longo prazo”, afirma. “Eu mesmo nutro um sentimento misto de esperança e desconfiança”, reconhece. “Só vai funcionar se houver continuidade, visão de Estado.”

Resende, porém, vê evolução. Há 30 anos, havia grande resistência na concessão de infraestrutura de transportes para a iniciativa privada, hoje uma realidade em governos de



diferentes ideologias. Ele avalia que pode ser criada uma cultura de planejamento logístico capaz de transcender governos. A primeira iniciativa com esse propósito foi no governo Michel Temer, com o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que deixou uma série de projetos para os governos seguintes. Na sequência, o governo Jair Bolsonaro criou a primeira versão do PNL, voltado para 2035, mas sem ouvir a sociedade. Agora é a vez do PNL 2050. “Há uma continuidade nesse processo de planejamento que precisará evoluir para uma continuidade nas ações”, diz Resende.

Segundo George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes, a perspectiva da demanda futura já direciona o planejamento de obras e concessões, e o PNL 2050 será um legado para os próximos governos. “Estamos desenvolvendo uma carteira de projetos viáveis economicamente e ambientalmente para os próximos anos”, afirma. O envolvimento da sociedade, das associações empresariais e dos governos estaduais, diz ele, irá criar o respaldo para o PNL 2050, que envolve ainda as pastas de Portos e Aeroportos (Mpor), do Planejamento e Orçamento e a Casa Civil.

“Nos últimos 40 anos, o Brasil pecou por falta de planejamento na expansão da infraestrutura. O PNL 2050 vai permitir uma concepção mais estratégica da integração entre os modais logísticos do país”, diz o ministro Sílvio Costa Filho (MPor). Ele afirma que conhecer em detalhes a expansão do agronegócio, por exemplo, vai apoiar a agenda de concessão de hidrovias que o ministério pretende implementar até o final de 2026.

***Investimentos sempre foram para atender interesses políticos, não dos usuários”
— Paulo Resende***

“O governo ouvir os setores produtivos é uma evolução”, diz Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica de infraestrutura e logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A produção de soja e milho em Mato Grosso alcançou 86 milhões de toneladas na safra 2023/24 e a projeção conservadora é de 144 milhões de toneladas em 2035. “Uma ferrovia se viabiliza com 10 milhões de toneladas. Só a expansão em Mato Grosso viabiliza cinco ferrovias”, diz Lopes.

A Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), projetada em 2010 para atender a região, não tem data para ser concluída, e a Ferrogrão aguarda desde 2021 uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre sua viabilidade socioambiental. Já a hidrovia do rio Madeira depende do aprofundamento do seu leito e sinalização adequada para ser navegável em períodos secos, melhorias previstas há anos e que só deverão ocorrer com a concessão para a iniciativa privada. Enquanto a infraestrutura não chega, o produtor de Sorriso (MT) pagava, em abril, pagava US\$ 108 para levar 1 tonelada de soja até a China via Barcarena (PA), ou US\$ 126 via Porto de Santos (SP). Os concorrentes americanos de Illinois (EUA) gastam US\$ 67 por tonelada.

Em abril, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou seu Ranking da Competitividade Industrial. Entre 18 países que competem em produtos semelhantes com o Brasil, o país ficou na 15ª posição em infraestrutura; os principais gargalos são as condições das rodovias, a baixa densidade de ferrovias e a ineficiência dos portos. “Investimos pouco e mal”, diz Ramon Cunha, especialista em políticas e indústria da CNI. O país investe anualmente entre 0,6% e 0,7% do PIB em transportes, quando a necessidade, segundo analistas, é de aporte contínuo de 2% do PIB por 25 anos. Os investimentos atuais privilegiam o modal rodoviário e pouco vai para ferrovias, hidrovias e cabotagem.

“Uma matriz de transporte mais equilibrada poderia reduzir significativamente os custos”, diz Cunha. Estudo do Movimento Brasil Competitivo (MBC) avalia uma economia de 12,9% no custo da tonelada transportada com uma matriz logística mais diversificada, com ganhos de R\$ 224,76 bilhões por ano. “O histórico de planejamento no Brasil é muito ruim. Se o PNL 2050, de fato, se tornar uma referência de longo prazo, será um avanço”, afirma o especialista.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025



CONTRATO DO GALEÃO ABRE CAMINHO PARA OUTRAS REPACTUAÇÕES

Ministério pede ao TCU renegociação do contrato do aeroporto de Brasília
Por Marina Lang — De São Paulo

A aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da repactuação do contrato do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em junho, abriu caminhos para outras renegociações - caso do de Brasília, gerido pela Inframérica, cujo pedido foi apresentado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (Mpor) no começo de julho. Os pontos dessa alteração seguem sob sigilo, mas uma portaria do Mpor de 10 de junho dá pistas do que a pasta pretende incluir: o programa AmpliAR “consiste na incorporação de aeroportos regionais deficitários, individualmente ou em blocos, aos contratos de concessão aeroportuária vigentes, por meio de processo competitivo simplificado”, diz o texto.

Órgão do TCU para mediar parcerias público-privadas (PPPs), a SecexConsenso fará um workshop para debater e melhorar o processo competitivo das renegociações, apurou o Valor. O evento deve ocorrer no final de julho.

No caso do Galeão, gerido pela Changi, a reformulação prevê contribuição mínima inicial de R\$ 932 milhões pela concessionária. A cifra é um piso, já que outras interessadas podem oferecer um valor maior em leilão. Outras medidas preveem outorga variável de 20% sobre a receita bruta do terminal, em substituição à fixa anual estabelecida no leilão de 2013 (parte do lance vencedor de R\$ 19 bilhões), saída da Infraero com os 49% de participação acionária, desobrigação de construção de uma terceira pista e retirada da exigência de expansão da infraestrutura.

Diferentemente dos primeiros leilões de repactuação de rodovias (a BR-163 no MS e a BR-101 entre ES e BA), há mais empresas interessadas, mas a Changi quer manter o contrato e diz que a renegociação é “resultado de meses de trabalho e intensos debates técnicos”. Além disso, acrescenta que haverá R\$ 1,1 bilhão de investimentos próprios e de terceiros para inaugurar complexo logístico, hotel e centro comercial no espaço. O trânsito de usuários no Galeão aumentou 83% em 2024 em comparação com o ano anterior, após a restrição de voos no aeroporto Santos Dumont.

O advogado Adriano Maia, sócio do VMB Jurídica, foi conselheiro do Galeão no início da operação do contrato, entre 2014 e 2016. Ele avalia que a renegociação traz segurança jurídica e que a repactuação coloca todos os eventuais concorrentes em pé de igualdade. “Há grupos estudando a participação no leilão”, diz.

Nicola Khoury, secretário de controle externo do TCU e responsável pela SecexConsenso, disse que o leilão deve ocorrer até março de 2026 e que o acordo prevê uma série de investimentos a curto prazo. “Havia um pleito da concessionária pedindo uma indenização superior a R\$ 8 bilhões [devido a prejuízos]. Com a renegociação, houve a resolução desse potencial passivo futuro”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/07/2025

GOVERNOS APRESENTAM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA EM ROADSHOWS

Resolução de eventuais imbróglis por meio de relitações com regras mais bem definidas atraindo participantes
Por Denise Mirás — Para o Valor, de São Paulo

União e governos estaduais têm feito roadshows para apresentar seus projetos em infraestrutura a possíveis interessados em disputá-los e investidores dispostos a financiá-los. Mesmo com desafios como as altas taxas de juros e a sombra de projetos passados cujos retornos não se realizaram como o previsto, um novo panorama tem atraído players ao mercado brasileiro, como os franceses da Vinci Highways, vencedora do leilão da Rota dos Cristais, que conecta o Centro-Oeste e Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A agenda da Roadshow Brasil 2025, realizada pelo Ministério dos Transportes, inclui Portugal, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, México, França, Emirados Árabes, Singapura e China. Um movimento acertado, segundo Luiz Paulo Assis, sócio de finanças sustentáveis da Deloitte. “No México, por exemplo, havia pouca atuação [em busca de players], mas agora vemos um movimento novo”, afirma.

Depois de ir a Nova York e Londres, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, promoveu em abril um roadshow sobre o túnel Santos-Guarujá na Noruega e Holanda, onde compareceram as especializadas TEC Tunnel e Immontec. Os planos paulistas incluem a concessão de trechos de canais hidroviários ligados a outros modais, a PPP (parceria público-privada) das travessias hídricas e o arrendamento do porto de São Sebastião, em integração com o contorno da rodovia dos Tamoios.

O Piauí levou 16 projetos de transporte ao roadshow do Catar em maio, apresentados pelo governador Rafael Fonteles, também presidente do Consórcio Nordeste (que atraiu a atenção do Qatar Investment Authority, um fundo soberano de mais de US\$ 600 bilhões). A agenda incluiu Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Há dois anos, o governador do Paraná, Ratinho Jr., apresentou o programa de concessões rodoviárias e o projeto da Nova Ferroeste nos Estados Unidos e em Portugal.

Esses também são espaços nos quais potenciais pretendentes podem tirar dúvidas sobre as propostas. Felipe Borim, superintendente da área de infraestrutura do BNDES, afirma que a presença do banco, que participa das rodadas da União, contribui para trazer segurança aos interessados em projetos de maior risco. Segundo ele, o investimento em infraestrutura vem crescendo mais de 15% ao ano no Brasil, e há interesse por vários modelos de captação e por regiões de todo o país.

As apresentações parecem ter dado resultado, na avaliação de especialistas. “Nos últimos 12 meses houve aumento de concessões e busca no mercado de capitais para financiamentos”, diz Victor Tâmega, gestor de infraestrutura da Rio Bravo. “Desde 2024, o momento é muito positivo, até com mais projetos que players, mesmo em contexto desafiante”, concorda Igor Fonseca, head de project finance do Santander. “O Brasil interessa a investidores porque ainda tem espaço aberto pelas grandes deficiências de infraestrutura de transporte e pelo tamanho de mercado”, completa Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes.

Para Bruno Pahl, diretor de infraestrutura global da Fitch, esse maior interesse por parte de concessionários e investidores decorre da modernização dos contratos promovida pelo governo federal, como a resolução de eventuais imbrólios por meio de relitações com regras mais bem definidas. A agência mantém a classificação de risco do Brasil como BB, em perspectiva estável. Edson Lopes Cedraz, líder de indústria de governo e serviços públicos da Deloitte, cita ainda os efeitos da reforma tributária, sobre as concessões, “com menos fricção tripartidária entre concedente, concessionária e usuário”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025

SUZANO ENCONTRARÁ FORMAS DE VENDER PARA OUTROS MERCADOS DIANTE DE TARIFAS DOS EUA, DIZ DIRETOR



Segundo o diretor-geral para as Américas da companhia, o Brasil é responsável por cerca de 83% da celulose importada anualmente pelos EUA

Por da Reuters e Marcela Ayres e Patricia Vilas Boas, Valor — Brasília e São Paulo

— Foto: Divulgação/Guilherme Miranda

A Suzano, maior fabricante de celulose de eucalipto do mundo, encontrará formas de vender seus produtos para outros mercados diante das novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos sobre produtos do Brasil, disse o diretor-geral para as Américas da Suzano, Guilherme Miranda, nesta terça-feira (15).

Segundo o executivo, o Brasil é responsável por cerca de 83% da celulose importada anualmente pelos EUA.

Ele afirmou que a empresa ainda não viu impactos no curto prazo da tarifa de 50% anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a partir de 1º de agosto, sem desistências ou cancelamentos de pedidos.

Miranda destacou que o cenário ideal seria a manutenção das relações comerciais estabelecidas ao longo dos anos com a América do Norte, observando que o consumidor da região deverá absorver o custo adicional gerado pelas tarifas.

Os comentários foram feitos em evento virtual organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/07/2025



AGÊNCIA BRASIL - DF

REUNIÃO ENTRE STF E CONGRESSO SOBRE IOF TERMINA SEM ACORDO

Impasse continua sobre mudanças nas alíquotas do imposto

Por Priscilla Mazonetti - Repórter da Rádio Nacional



Brasília (DF), 15/07/2025 - Presidente do STF, Alexandre de Moraes, participa de audiência de conciliação sobre decretos que tratam do IOF. Foto: Antonio Augusto/STF© Antonio Augusto/STF

Terminou sem acordo a reunião de conciliação entre o STF e o Congresso para tratar do IOF. Audiência convocada pelo ministro Alexandre de Moraes para tentar um acordo com relação ao impasse sobre as medidas que aumentavam a alíquota do IOF, o Imposto sobre Operações Financeiras. No início do mês, ele suspendeu os decretos sobre as mudanças na cobrança desse imposto. Na sexta, tanto a Câmara quanto o Senado defenderam a validade das votações que derrubaram essas novas regras.

Depois disso, já nessa terça, sentaram-se à mesa Advocacia Geral da União, Ministério Público, Ministério da Fazenda e o Congresso para tentar um acordo. Que não saiu.

Quando o ministro Alexandre de Moraes perguntou se seriam possíveis concessões recíprocas para a conciliação, a resposta foi que não. Que era preciso aguardar decisão judicial. Ou seja, que o próprio Supremo decida o assunto.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse esperar uma decisão rápida de Alexandre de Moraes. Ainda nesta semana porque, segundo ele, 90% do decreto é incontroverso. Ou seja, não

cabe questionamento. O impasse está no risco sacado, que é quando o fornecedor recebe do banco antecipadamente o valor que receberia do comprador.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 16/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CLÁUSULAS ESSENCIAIS EM CONTRATOS DE LONGO PRAZO DA CABOTAGEM ENTRAM EM CONSULTA PÚBLICA

Por Danilo Oliveira Navegação 16/07/2025 - 13:01



Processo tem duração de 15 dias e vai receber contribuições sobre pactuações entre armadores e embarcadores de cargas, nos termos de hipótese de afretamento prevista na lei que criou BR do Mar

O Ministério de Portos e Aeroportos submeteu à consulta pública a minuta de portaria que estabelece as chamadas 'cláusulas essenciais' dos contratos de transporte de longo prazo a serem pactuados entre armadores e embarcadores de carga, nos termos do artigo 7º da Lei 14.301/2022, que criou o programa BR do Mar. O processo será conduzido pelo período de 15 dias, de acordo com a portaria da secretaria executiva do MPor, publicada nesta quarta-feira (16), no Diário Oficial da União.

O artigo trata de uma hipótese de afretamento prevista na lei, através da qual o MPor poderá estabelecer essas cláusulas para que a empresa habilitada no programa BR do Mar possa afretar, por tempo, embarcações de sua subsidiária integral estrangeira ou de subsidiária integral estrangeira de outra empresa brasileira de navegação (EBN) para operar na cabotagem.

A legislação prevê que um ato do poder executivo federal pode estabelecer a quantidade máxima de embarcações afretadas, como proporção em relação à tonelagem de porte bruto (TPB) das embarcações efetivamente operantes que arvoem bandeira brasileira, sobre as quais a EBN tenha domínio. As embarcações afretadas nesta hipótese não poderão ser utilizadas para comprovar a existência ou disponibilidade de embarcação de bandeira brasileira, do tipo e porte adequados para o transporte ou apoio pretendido, para o afretamento de embarcação estrangeira por viagem ou por tempo.

Como o ato do Poder Executivo federal previsto no artigo não terá efeito retroativo, não serão afetadas as outorgas ou os pedidos de outorga da autorização, nem os afretamentos já realizados na hipótese prevista, desde que outorgados ou realizados até a data de sua publicação.

A portaria entra em vigor hoje, sendo que o prazo de 15 dias começa a contar a partir da data da publicação oficial, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. O período de consulta pública poderá ser prorrogado, se necessário, a critério da secretaria executiva do MPor. A minuta ficará disponível no site da plataforma Participa + Brasil. As contribuições e sugestões devem ser encaminhadas por formulário eletrônico disponível na plataforma.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/07/2025

CNI CRITICA POLÍTICA DE JUROS DO BC E 'TARIFAÇO' DOS ESTADOS UNIDOS

Da Redação Portos e logística 15/07/2025 - 22:26



A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) divulgou, na última segunda-feira (14), nota em que criticou a política de juros praticada pelo Banco Central (BC) do Brasil e a ameaça de imposição de taxa de importação de 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. No documento, a CNI diz que a economia e a indústria brasileira estão "asfixiadas pelo injustificado patamar das taxas de juros", hoje em 15% ao ano. A entidade acrescenta que esse é o patamar mais alto desde 2006, o que coloca o país na segunda posição do "infame ranking de maiores taxas de juros reais do mundo".

Segundo a confederação, a taxa de juros pune, de forma brutal e desnecessariamente, o sistema produtivo do país e todos os brasileiros. E prossegue: "as consequências do desmonte da capacidade de fazer investimentos produtivos, primeiro efeito de uma Selic tão alta, são graves e moldarão o presente e o futuro do país". A entidade representante dos industriais brasileiros alerta ainda para a pressão externa, com a entrada massiva de produtos manufaturados importados, sobretudo de bens de consumo. Segundo a CNI, em 2025, o aumento das importações de manufaturados foi superior a 20% em relação ao primeiro semestre de 2024.

A CNI diz ainda que o 'tarifaço' imposto pelos Estados Unidos não teve fundamentos econômicos e complica ainda mais a situação da indústria nacional. "A decisão do governo norte-americano de sujeitar todos os produtos importados do Brasil a uma tarifa de 50%, desamparada por qualquer estudo técnico que o justifique, vai além da ruptura de uma relação comercial centenária, marcada por forte integração produtiva", manifestou.

Segundo a Confederação, "a taxação põe fim à previsibilidade que sustenta milhares de contratos de longo prazo, afetando fábricas brasileiras e plantas nos Estados Unidos que dependem de componentes e insumos produzidos no Brasil para manter linhas produtivas e empregos". Além disso, diz a nota, aumenta "o risco de retrocesso de forma substancial, ameaçando a competitividade de ambos os lados e lançando mais incerteza sobre planos de investimento e negócios em andamento".

A CNI cobra "ações enérgicas, contundentes, para reverter o quadro, interna e externamente". Mas ressalta que, nas relações exteriores, é preciso moderação e equilíbrio para contornar a política tarifária dos Estados Unidos. "Devemos negociar a revogação da taxação na condição de país parceiro e de nação soberana. Cabe ao governo brasileiro defender os interesses da sociedade brasileira evitando, sobretudo, as armadilhas da polarização política que o episódio coloca no caminho".

No cenário interno, a CNI classifica como árduas e imprescindíveis as tarefas que precisarão ser adotadas para superar o quadro de perdas da indústria brasileira. "Depois da queda de 1% no PIB da indústria de transformação no primeiro trimestre de 2025, a produção da indústria de transformação amargou queda acumulada de 1,2% em abril e maio na comparação com março, segundo o IBGE".

Segundo a entidade, pesquisas feitas por ela mostram quedas consecutivas no faturamento real, no uso da capacidade instalada e nas horas trabalhadas na indústria de transformação. "Assim, aumentam os estoques e a falta de confiança do empresário, que já dura sete meses – a sequência mais longa de pessimismo em dez anos", diz o documento.

De acordo com a entidade, o equilíbrio fiscal e mais sensibilidade do Banco Central sobre o momento econômico são necessários para a redução da taxa de juros e o destravamento dos investimentos. Diz ainda que o país precisa avançar em reformas estruturantes que melhorem o ambiente de negócios e reduzam custos, sobretudo em energia, insumo essencial para a indústria. "Não há soluções fáceis. O aumento de impostos para financiar uma máquina pública ineficiente nem sequer deveria estar em discussão. Não há espaço para isso". "O mesmo senso de união que deve nos

governar para defender nossos interesses no mundo deve se fazer presente para atacar os problemas internos que comprometem a atividade produtiva e a nossa competitividade. Não há mais tempo de hesitar”, conclui a CNI.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025

FIRJAN MANIFESTA GRANDE PREOCUPAÇÃO COM TARIFAÇÃO DOS EUA E PEDE ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA POR SOLUÇÃO NEGOCIADA

Da Redação Portos e logística 15/07/2025 - 20:46



A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) divulgou nota em que “manifesta grande preocupação com o anúncio de novas medidas tarifárias realizado pelo governo dos Estados Unidos”, de 55% sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto. No documento, a Federação lembra que as medidas anunciadas “vêm na sequência da aplicação de tarifas de importação de 25% sobre os produtos dos setores de aço e de 10% com relação ao setor de alumínio”.

No documento, a entidade que reúne os industriais do estado do Rio ressalta que “Brasil e Estados Unidos mantêm um longo histórico de relações mutuamente benéficas, parcerias econômicas e industriais salutares e voltadas para a promoção dos negócios”. E ainda que os Estados Unidos são o principal investidor externo direto no mercado brasileiro, sendo o segundo maior parceiro no comércio de bens nacional.

“Os Estados Unidos registraram um superávit comercial de US\$ 7 bilhões em relação ao Brasil em 2024”, afirma a Federação. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, a Firjan lembra que o país americano “é parceiro estratégico e um importante player na balança comercial, investindo em importantes setores da economia fluminense como energia, bens manufaturados e os de alto valor agregado”. “Nesse contexto, a Firjan defende a intensificação da atuação diplomática e paradiplomática em diversos níveis para construção de uma solução negociada”, conclui o documento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025

GRUPO INTERMINISTERIAL DISCUTE TARIFAS AMERICANAS COM SETOR PRODUTIVO

Da Redação Portos e logística 15/07/2025 - 20:07



O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, participou, nesta terça-feira (15), da reunião, liderada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do Comitê Interministerial, criado pelo governo federal com participação do setor produtivo, para discutir o anúncio pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que passará a cobrar, a partir de 1º de agosto, tarifas de importação de 50% sobre os produtos brasileiros.

Também participaram os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, do Planejamento, Simone Tebet, e a ministra substituta das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha. Pelo setor produtivo, acompanharam a reunião representantes da indústria da aviação (Embraer), do setor industrial, de máquinas e equipamentos,



calçados, alumínio, têxtil, madeira, autopeças e aço, entre outros. O objetivo do Comitê é buscar alternativas para evitar que a economia brasileira seja prejudicada.

“Quero me colocar à disposição de todos os setores, especialmente daqueles que atuam nos portos brasileiros, para que possamos colaborar neste momento mais delicado”, afirmou Costa Filho.

Na ocasião, o ministro de portos e aeroportos propôs a elaboração de um planejamento estratégico para a próxima década, lembrando que a economia mundial é extremamente globalizada. “Acho que devemos transformar este momento que estamos vivendo em uma janela de oportunidades”, sugeriu.

O Comitê Interministerial foi criado por decreto presidencial publicado nesta terça-feira (15) no Diário Oficial da União. A meta das reuniões do grupo é “deliberar sobre a possibilidade de adoção de contramedidas provisórias” e “acompanhar as negociações para a superação das medidas unilateralmente impostas em detrimento da competitividade internacional brasileira”.

ApexBrasi critica Trump e pede diálogo

Também nesta terça-feira, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, criticou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por impor tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil. Para ele, a medida representa retrocesso nas relações comerciais entre os dois países e mistura questões políticas com argumentos comerciais inconsistentes.

Viana ressaltou que o comércio bilateral tem sido historicamente positivo para os Estados Unidos, diferentemente do que afirma Trump. “Nos últimos 15 anos, gerou mais de US\$ 400 bilhões de saldo para os Estados Unidos, mas é também muito bom para o Brasil. E, se formos pragmáticos, separando a parte ideológica, política e cuidarmos da parte do comércio, acho que vai ter diálogo”, ressaltou.

O presidente da ApexBrasil chamou atenção para a forte interdependência nas cadeias produtivas entre os dois países e alertou para os impactos negativos que a elevação das tarifas pode causar aos próprios Estados Unidos. “Os Estados Unidos têm dependência do suco de laranja do Brasil. Mais de 70% do que se consome lá é o Brasil que fornece. Eles têm uma dependência do aço brasileiro de mais de 30%”. Segundo ele, os efeitos da medida podem ser sentidos de forma mais aguda em estados com forte presença exportadora. “Praticamente 70% do que nós exportamos para lá sai do Sudeste. Os grandes prejudicados serão São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais”, reforçou.

Apesar da gravidade da situação, o presidente da ApexBrasil defendeu a manutenção do diálogo como prioridade. Segundo ele, a opção por medidas de reciprocidade ou recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) devem ser adotadas no último caso, se o diálogo não tiver andado. Ele elogiou o Congresso por ter aprovado a Lei de Reciprocidade que dá ao Brasil instrumento de defesa de seus interesses. “Mas, antes disso, eu acho que temos que apostar no diálogo e no entendimento”.

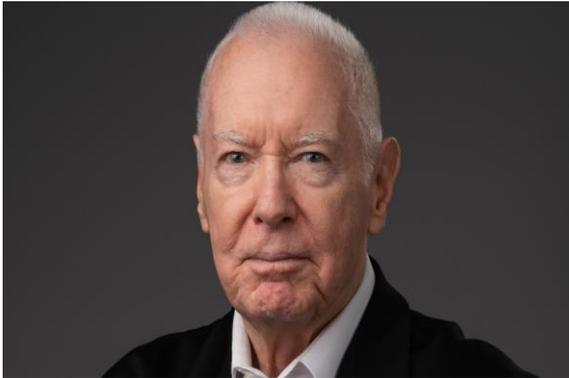
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025

CÂMARA DE COMÉRCIO ESTIMA US\$ 10 BILHÕES DE PERDAS PARA BRASIL COM 'TARIFAÇO'

Por Nelson Moreira Portos e logística 15/07/2025 - 19:48

O diretor da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Brasil (Cisbra), Arno Gleisner, estima que, se forem adotadas a partir de 1º de agosto, as tarifas de importação de 50% dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, anunciadas pelo presidente americano Donald Trump, teriam impacto em torno de US\$ 10 bilhões de perdas para as exportações do Brasil. O número representa aproximadamente 3% de tudo o que o país vende para o exterior.



Diretor da Cisbra avalia que parte desse impacto já começou a ser sentido pelas empresas brasileiras, com cancelamento de contratos e a suspensão de embarques

A avaliação é que parte desse impacto já começou a ser sentido pelas empresas brasileiras, com o cancelamento de contratos e a suspensão de embarques, considerando que os navios partindo do Brasil neste momento não chegariam ao destino antes de 1º de agosto, e os importadores americanos estão inseguros por não saber se teriam que pagar a tarifa de

50%. “A cobrança é feita no desembarço da carga, em sua chegada aos portos dos Estados Unidos”, explicou Gleisner à Portos e Navios.

Segundo o diretor da Cisbra, o impacto atingiria diversos setores da economia brasileira, desde commodities, como produtos agrícolas, a produtos industriais de maior valor agregado, já que o Brasil é exportador de bens manufaturados para o mercado americano. Ele ressaltou que não seria possível, no curto prazo, destinar a produção para outros mercados. O resultado seria perda de vendas para os Estados Unidos com reflexos em toda a cadeia da economia brasileira, com redução da produção interna e no mercado de trabalho.

“A situação se refletiria nos empregos. Não seria um grande impacto, mas empresas teriam que demitir”, prevê. Mas, segundo ele, com negociação e equilíbrio dos dois lados será possível, apesar do prazo curto, chegar a acordos que evitem a aplicação das sobretaxas ou, pelo menos, sua redução, já que, na sua avaliação, se for mantida a cobrança em patamares tão altos, não só o Brasil, mas também dos Estados Unidos serão prejudicados.

Gleisner avalia que as taxas de 50% levariam a aumento dos preços no mercado interno, redundando em inflação, e criariam dificuldades para empresas americanas de vários setores que dependem de importação de produtos brasileiros para sua própria produção. Diante do quadro de instabilidade causado pelas medidas anunciadas por Trump, que estão sendo contestadas inclusive dentro dos Estados, o melhor caminho apontado por Arno Gleisner para chegar a um resultado que seja bom para todos é o da negociação. “Precisamos negociar. E o Brasil quer negociar”, afirmou.

Ele elogiou a postura do governo brasileiro de adiar a possibilidade de retaliar e de convocar empresários de todos os setores afetados para buscar alternativas que impeçam grandes prejuízos para a economia brasileira, inclusive chamando para a discussão importadores e outros empresários americanos que seriam afetados. “Retaliação seria prejudicial. O melhor é uma negociação”, reafirmou.

Gleisner acredita que a negociação deve evitar as questões políticas e se concentrar nas questões econômicas envolvidas, lembrando que, ao contrário do que argumentou Trump, os Estados Unidos têm superávit e não déficit no comércio bilateral com o Brasil. E esse deve ser o argumento central para reverter ou mitigar os efeitos danosos que a cobranças de taxa de importação de 50% sobre produtos brasileiros pelos americanos causaria às economias dos dois países. “Dos 20 principais países que negociam com os Estados Unidos, o Brasil é o que tem déficit comercial com os americanos”, disse.

Nesse sentido, ele considera que o governo brasileiro deveria ter se preservado de reagir logo no primeiro momento após o anúncio da cobrança da sobretaxa e deveria ter entregado logo a questão à diplomacia brasileira, que classifica como qualificada e porque os diplomatas não são movidos pela política e sabem defender os interesses do Brasil. “A resposta política nem deveria ser dada”, afirmou.



Gleisner disse considerar oportuna a iniciativa brasileira de criar uma comissão interministerial e convocar empresários ligados ao comércio exterior para buscar soluções, proposta que é também da entidade que dirige. “A Cisbra distribuiu nota com a sugestão de participação nas discussões de exportadores e importadores, brasileiros e americanos”, lembrou.

Além disso, ele vê como positiva a entrega do comando das discussões em busca de soluções ao vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Ele ressalta a ponderação de Alckmin e o respaldo do conhecimento e da experiência dos técnicos do ministério, que considera importantes para embasar as discussões com o lado americano e mostrar com estudos e dados que o comércio entre Brasil e Estados Unidos tem sido benéfico para os americanos há longo tempo.

Gleisner mostra um pouco de otimismo ao falar da sua expectativa em relação aos resultados das negociações e prevê que, se for superado o impasse e forem mantidas as tarifas em 10% para a maioria dos produtos brasileiros, o Brasil teria a ganhar e poderia ampliar suas vendas. “Temos vantagens em relação a outros países em logística e em proximidade com os Estados Unidos”, comentou.

Reação americana pode ajudar nas negociações

Um aspecto apontado como fator que pode ser positivo para que as negociações avancem é a reação dos próprios americanos. Nesta terça-feira (15), a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, a maior entidade de empresários do mundo, com cerca de 3 milhões de associados, e a AmCham Brasil (Câmara Americana de Comércio no Brasil) se manifestaram em conjunto para pedir a suspensão das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto. Em comunicado, as duas associações empresariais destacam a boa relação comercial com o Brasil e que as sobretaxas têm caráter político e que, se mantidas, causariam prejuízos a vários setores americanos. “A imposição de tais medidas em resposta a tensões políticas mais amplas corre o risco de infligir danos reais a uma das relações econômicas mais importantes dos Estados Unidos e estabelece um precedente preocupante”, diz o documento.

Segundo a nota dos empresários americanos, mais de 6.500 pequenas empresas dos Estados Unidos dependem de produtos importados do Brasil para suas linhas de produção. Além disso, ressaltam que passam de 3.900 as empresas americanas com investimentos no mercado brasileiro, sejam diretos ou indiretos, e a importância do país para o comércio exterior estadunidense. “O Brasil é um dos 10 principais mercados para as exportações dos Estados Unidos e destino de quase US\$ 60 bilhões em bens e serviços todos os anos”, afirmam.

Para Arno Gleisner, a reação dos empresários americanos será fator importante de pressão sobre o presidente Donald Trump rever a aplicação de tarifas de 50%. Além disso, ele cita que a manutenção das tarifas em 50% teria reflexo direto no aumento no mercado interno dos preços de produtos que dependem de insumos importados do Brasil.

E os reflexos das tarifas já começam a ser sentidos pelos consumidores americanos. Também nesta terça-feira (15), o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos divulgou que a inflação de junho no país avançou 0,3%, a maior alta registrada desde janeiro. Em 12 meses, a taxa chega a 2,7%. Até maio, o acumulado no período de um ano estava em 2,4%. E os economistas debitam a alta da inflação ao aumento das tarifas impostas por Trump a vários países. “Aumento de tarifas de importação geram inflação”, assegurou Gleisner.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2025





INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 096/2025
Página 80 de 80
Data: 16/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 16/07/2025